



Ricardo André Mendonça da Silva de Martins Marques

A construção da imagem de Coimbra no contexto das hierarquias urbanas das cidades portuguesas

Dissertação de mestrado em Cidades e Culturas Urbanas, sob orientação do Professor Doutor Paulo Peixoto, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Imagem da capa

Coimbra – Portugal (vista do Penedo da Saudade), 2006, (escala cinza)

http://farm1.static.flickr.com/77/172123436_c15759b6d4.jpg

Portuguese eyes

Ricardo André Mendonça da Silva de Martins Marques

A construção da imagem de Coimbra no contexto das hierarquias urbanas das cidades portuguesas

Dissertação de mestrado em Cidades e Culturas Urbanas, sob orientação do Professor Doutor Paulo Peixoto,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: COIMBRA, “TERCEIRA CIDADE”, COMPETIÇÃO, CONSTRUÇÃO DA IMAGEM, HIERARQUIAS URBANAS

Explorando a temática da competição entre cidades, este trabalho procura descortinar os fundamentos que determinam a construção da imagem de Coimbra em termos de um *ranking* urbano das cidades portuguesas e as razões que interferem nesse posicionamento. Estabelecendo como categoria analítica o “histórico” epíteto de Coimbra ser a “terceira cidade” do país, a análise segue dos eixos de interpretação – a construção da imagem e as hierarquias urbanas. Recorrendo, em termos metodológicos, às entrevistas e a um observatório de imprensa – intervalado entre a década de 20 do século XX e o ano de 2007 – operacionaliza as intervenções retóricas produzidas sobre a cidade, aferindo quais os principais modelos estratégicos seguidos e a forma como eles se interrelacionam na projecção da imagem de Coimbra. O estudo conclui que na origem do estatuto de “terceira cidade” está uma visão “estrutural-funcionalista” de pendor geográfico de um país dividido na trilogia Coimbra/Porto/Lisboa, fundamentado pelo facto de Coimbra se entender como a “primeira cidade”, o “genuíno” centro cultural/universitário português. A forma como a cidade não se desvinculou desse modelo, não obstante a emergência de diversas alternativas, assim como a presença de um discurso excessivamente autocrítico, condicionaram a que perdesse a capacidade de reclamar esse estatuto, “diluído” em meados dos anos 60, num processo continuado em que a sua capacidade competitiva foi sendo deteriorada e alvo sistemático de “ataques” por parte de outras cidades. Da mesma forma, problematiza a emergência de novos epítetos sobre a cidade, associados a novas estratégias urbanas, traçando uma linha de interpretação entre os mesmos e o de “terceira cidade”.

ABSTRACT

KEYWORDS: COIMBRA, “THIRD CITY”, RIVALRY, IMAGE CONSTRUCTION, URBAN HIERARCHY

This paper seeks to unravel, by exploring the theme of rivalry between cities, the fundamentals that determine the image construction of Coimbra as city in the terms of an urban ranking of Portuguese cities, and the reasons interacting behind that positioning. Establishing as category for analysis the “historic” epithet of Coimbra as the country’s “third city”, the analysis goes on from the axis of interpretation – image construction and urban hierarchies. Methodologically, this paper will use as resources both the interview and a press database – ranging at intervals from the 1920s to the year 2007 – seeking to analyse the rhetorical interventions produced on Coimbra, and assessing the main strategic models followed, and also the ways in which they interact in the projection of Coimbra’s image.

This study concludes that the status of “third city” is based on a “structural-functional” vision of geographical tendency of a country divided into a Coimbra/Porto/Lisbon trilogy, grounded in the fact of Coimbra is understood as being the “first city”, the “genuine” cultural/academic Portuguese centre. The way in which the city has not detached itself from this model, notwithstanding the emergence of several alternative ones, as well as the presence of an excessively self-critical discourse, have conditioned its loss of capacity to reclaim that status, “diluted” in the mid-1960s, in an ongoing process in which its competitive ability has become deteriorated and systematically “attacked” by other cities. Likewise, the paper also brings into discussion the emergence of new city epithets, now associated to new urban strategies, and seeks to draw an interpretative line connecting these and that of “third city”.

Dedicatória

Eugénio de Andrade

AO EDUARDO LOURENÇO,
NA FLOR DA SUA IDADE

Era bonita, mas tão provinciana
a cidade. Dos seus muros pasmados
a luz fina caía preguiçosa
nas areias do rio. Mas o resto
era vulgaridade e sonolência.
Só as árvores não eram vulgares;
de tão formosas tornavam o céu
de cristal, como se o verão fora
imortal entre plátanos e choupos.

Ali nos encontrámos certo dia,
éramos jovens e mais jovens que nós
era a poesia que nos acompanhava.
Hölderlin, Keats, Pessanha e o Pessoa
eram então – e não o serão ainda? –
os nossos amigos. O mais, gente ideias
costumes, tudo tinha o mesmo cheiro
de caserna, aliada a sacristia.
Dessa cidade em nós nada ficou.
De nós que ficará nessa cidade?

Encantada Coimbra, colectânea de poesia sobre Coimbra. Organização de Adosinda
Providência Torgal e Madalena Torgal Ferreira. Dom Quixote. Lisboa. 2003. P. 282

A Coimbra
Aos meus pais
À Daniela

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Doutor Paulo Peixoto por todo o apoio prestado e por, fundamentalmente, me ter sugerido o tema e fornecido algum do material base para a realização desta Dissertação.

Às individualidades que aceitaram receber-me, tornando possível a realização das entrevistas que contribuíram para o aprofundamento do tema em estudo.

À Cláudia Pinto pela tradução para o inglês.

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1. Nota metodológica	7
2. A construção da imagem da cidade	11
3. As hierarquias urbanas.....	23
4. Coimbra na competição entre cidades	34
4.1. Dos anos 20 aos 40	44
4.2. Dos anos 50 aos 70	55
4.3. Dos anos 80 à actualidade	66
5. Conclusão.....	80
6. Referências Bibliográficas	85

1. Introdução

Como se constrói a imagem de Coimbra em termos da hierarquia urbana das cidades portuguesas? Partindo, evidentemente, do pressuposto de que essa construção existe, ou de que existe um *ranking* que a sustente, esta questão adquire importância à luz de um processo de transformação real e simbólica da cidade nos últimos 100 anos. Mas admitindo, também, que as cidades, a exemplo de quaisquer outras entidades, participam, enquanto actores sociais activos, numa lógica similar à de um mercado e que, impulsionadas por regras similares, regidas por elas, concorrem umas com as outras em termos de capitalização de recursos, de mais-valias e de investimento. Até aqui nada de novo nesta visão. Tratar-se-á de mera sobrevivência – fruto de um mundo global cada vez mais competitivo – fomentada pela necessidade de sustentabilidade, aferida na crueza nos números demográficos, da produção das suas empresas, da visibilidade dos seus centros de investigação, das receitas dos fluxos turísticos, da promoção de grandes eventos culturais, desportivos, etc.

Aliada à ideia de competição insinua-se a necessidade de capitalização da imagem de uma cidade, encarada como um projecto ou um processo de construção, mesmo que, muitas vezes, essa mesma cidade tenha muito mais de entidade “imaginada” – de tal forma se podem tornar imperceptíveis as suas, constantemente apregoadas, qualidades – do que de entidade sólida, feita de pedra, concreto e tijolo. O que é, então, a imagem de uma cidade? Como se constrói? Como se afere a imagem, essa palavra pouco definida, sinónimo de uma intangibilidade etérea, tendo em conta a leitura de indicadores económicos, culturais ou demográficos? Qual o peso que esses mesmos números terão na imagem de uma cidade como Coimbra, ou, reformulando, qual a dimensão que terá essa imagem na leitura dos números?

Fora da lógica da complementaridade, da coexistência, mais ou menos pacífica, persiste a esfera do que salta à vista dos olhos de quem assiste nas ruas, na televisão, ou de alguém que lê nos jornais as palavras, trajadas de adjectivos e de subjectividade. E são essas mesmas palavras que ecoam nos ouvidos daqueles que, de forma directa ou indirecta, contactam com Coimbra, com as suas ruas, avenidas e becos, com a mítica Universidade como um centenário postal ilustrado de olhos voltados para o rio Mondego. Mas mais do que os seus cartões postais, as cidades também nos educam pelo que vemos, ou queremos ver nelas, ou pelo que delas ouvimos e, assim, polvilham de referências o nosso imaginário pois a ele atribuímos um sentido e um significado.

Muitos são os epítetos atribuídos a Coimbra. Da tradição do seu fado ao folclore enraizado, da Universidade aos munumentos, são vários os aspectos que contribuem para o sentimento de familiaridade com que grande parte das pessoas que nela viveram, ou dela ouviram falar, a retratam. Sendo assim, que imagem têm as pessoas dela? Ou melhor, que subjectivos, que adjetivos ou que “rótulos”, se conhecem ou são apontados a Coimbra? Começemos pelos positivos: “Lusa Atenas”, “terra do fado”, “cidade dos estudantes”, “cidade universitária”, “Académica de Coimbra”, “cidade da saudade”, “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida”, “terra dos doutores” “cidade das capas negras”, entre outros. Considerando ainda os negativos: “cidade parada no tempo”, “cidade estagnada”, “cidade elitista”, “cidade sem indústria”, etc. Ou, ainda, tendo em particular atenção os epítetos mais modernos, estes últimos particularmente condicionados pelo novo paradigma urbano da capitalização da imagem identitária de uma cidade: “cidade do conhecimento”, “cidade museu”, “capital da saúde”, “cidade da inovação”. Ou ainda, “capital nacional da cultura”¹? De facto, são diversas as supostas definições que tentam “resumir” Coimbra a umas poucas de palavras, algo que não é seu apanágio, mas que acontece com muitas cidades cada vez mais frequentemente.

Transversal a todas estas definições subsiste um outro epíteto, um epíteto que remete radicalmente para a temática das hierarquias urbanas – o de “terceira cidade”. E são, no fundo, estas duas palavras que marcaram com mais premência a ideia generalizada que se tem de Coimbra, apesar de, nos dias de hoje, elas já não serem citadas com a mesma frequência com que acontecia há umas décadas. Há quem atribua este facto à gradual perda de importância de Coimbra, suplantada por cidades que se começaram afirmar no panorama nacional, umas mais recentemente do que outras, fruto de um dinamismo que, ainda dentro desta visão, muitos não apontam a Coimbra. São os casos de Braga, Setúbal, Leiria, Viseu ou Aveiro, por exemplo. Independentemente dos indicadores mensuráveis, persiste uma forte ideia de desgaste, da perda de encanto gradual na percepção das pessoas sobre a cidade. Frias e Peixoto (2002: 9) fornecem-nos um retrato elucidativo sobre este “processo”:

Coimbra é talvez, em Portugal, o exemplo actual mais acabado do desencantamento de uma cidade por força do desgaste da sua imagem tradicional de cidade universitária, cujo monopólio manteve durante séculos. Ao nível discursivo, quando comparada a outras cidades portuguesas, aparece frequentemente como uma urbe que esgotou a sua imagem simbólica e a sua capacidade de representação imaginária, como se fosse governada por acontecimentos que não controla (Frias e Peixoto, 2002: 9).

De facto, aliada a esta ideia de desgaste simbólico, de perda dos traços identitários da sua aura, persiste a ideia de uma cidade que estagnou, que não soube evoluir. É esta a

¹ Referência particular ao ano de 2003, ano em que Coimbra foi “Capital Nacional da Cultura”.

perspectiva que Frias e Peixoto encontram subjacente nesta crónica de Boaventura de Sousa Santos (Santos *apud* Frias e Peixoto: 2002:9) intitulada “A morte de Coimbra”:

Coimbra tem vindo a atravessar nos últimos 30 anos um processo de decadência que os mais pessimistas – entre os quais me não conto – consideram irreversível. Dotada de uma mitologia invejável – a cidade dos doutores que tem mais encanto –, não soube transformá-la em capital simbólico e peso político junto do governo central. Pelo contrário, usou-a como antolho para não se confrontar com os sinais crescentes (cada vez mais evidentes) da sua estagnação. Coimbra é, de todas as cidades do país a que mais dramaticamente mudou de escala nas últimas décadas.

Encontramos neste excerto uma das principais carências apontadas a Coimbra – a incapacidade de “rentabilizar” o seu capital simbólico num sentido progressista, numa visão voltada para o futuro, redundou numa diminuição gradual do seu peso político junto do poder central. Trata-se de um aspecto interessante, visto que, na esfera da competição entre cidades, esta relação com o “Poder” assume contornos nem sempre nítidos. Sendo as cidades entidades particularmente singularizadas, não podem ser entendidas (apenas) face à relação dicotómica entre o poder local e o central. Não é a este tipo de relação que Boaventura Sousa Santos se refere, embora ele não deixe de estar subjacente. O que acontece é que a lógica das cidades subverte e ultrapassa a lógica dos municípios – embora politizados, os actores sociais que se digladiam na arena das cidades não são exclusivamente políticos. Em muitas situações, mais do que apolíticos eles tornam-se mesmo “antipolíticos”. Basta recordarmo-nos, por exemplo, do que foi a crise estudantil de 69 em Coimbra, o chamado “luto académico”, e a forma como esse conflito dividiu a cidade em duas: entre a “cidade dos políticos” – aliança inevitável entre o poder central e o local – e a “cidade dos estudantes” – expressão, mais ou menos, sectorial, ou singularizada, da sociedade civil. Ou seja, a lógica das cidades não se encerra na municipalidade, embora acontecimentos como este não deixem de construir o imaginário simbólico sobre o que é a “essência” de uma cidade. No entanto, isso não parece bastar, pois ao ter como principal (quase único) referencial essa inter relação cidade/universidade – fundindo-se, muitas vezes, uma na outra – perde a capacidade de se reinventar, de se pautar por novas dinâmicas:

A cidade universitária de projecção nacional e internacional, pôde ocultar eficazmente a fragilidade do seu tecido urbano e da sua base económica. Hoje, é uma cidade demasiado pequena para as potencialidades que ainda alberga em si, uma cidade descrente, sem autoestima, onde o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida são apenas factos políticos, protocolos, notícias de jornal sem qualquer tradução concreta no quotidiano das pessoas (Santos *apud* Frias e Peixoto, 2002: 9).

Este desgaste da imagem, da perda da aura simbólica, está comumente apontado a dois aspectos: ter deixado de ser a detentora tutelar do ensino universitário – “suplantada”, gradualmente, por cidades como Aveiro ou Braga; não possuir um tecido económico atractivo em termos de investimento, nem conseguir ser geradora de emprego – particularmente no sector secundário. Mas, mais do que a confirmação desta

realidade, sobressai a retórica negativa de desprestígio, patente nos discursos das suas elites. Trata-se de um desencantamento discursivo que assume a forma de um “estereótipo” (Peixoto, 2006: 373). Nesta óptica, devido a uma visão unidimensional da cidade, torna-se complexo desvincular a retórica discursiva de uma análise de indicadores mensuráveis e vice-versa.

Assim sendo, na esfera competitiva da afirmação encontramos diversos indicadores: o aumento demográfico, a industrialização, os grandes eventos culturais, a relação de proximidade com o poder, os fluxos turísticos, o mediatismo, todos estes aspectos, entre outros, num ou noutro contexto, juntos ou separados, condicionaram e fizeram emergir a percepção de um *ranking*. Mas, convém recordar que todos esses indicadores só ganham força manifesta quando se vinculam na retórica discursiva – ou seja, para Coimbra se afirmar, ou reafirmar, como a terceira cidade do país, esse estatuto tem de estar presente nos discursos dos políticos, nas vozes das elites, tem de ser lido nos jornais ou debitado pela televisão. É desta forma que a realidade se constrói, quando os números, os indicadores, ou a aura e a imagem se transformam em palavras. Nesta óptica, o efeito de desgaste e de desprestígio de Coimbra não é uma leitura de números, mas uma leitura de palavras.

Se partirmos do princípio de que um *ranking* de cidades existe, ainda que meramente em retóricas soltas, talvez já não faça sentido posicionar Coimbra como a terceira do país. Ou será que ainda faz? Mas essa não é, de todo, a resposta que procuramos. Confirmar ou rejeitar esse estatuto não são objectivos desta análise. Pelo contrário, os objectivos passam pela referenciação e pela caracterização dos contextos em que a visão de Coimbra como terceira cidade portuguesa, apenas suplantada pelo Porto e por Lisboa, ainda ostenta um peso preponderante na sua relação com o país e com as outras cidades. Não existe nenhuma cidade portuguesa que se apresente como a quarta, a segunda ou até a primeira do país, ou que reivindique esses lugares. No entanto, tal como constataremos no decorrer desta análise, o mesmo já não acontece em relação ao ser a “terceira cidade”. Essa posição foi, e ainda é, de forma directa ou indirecta, alvo de uma competição acentuada. Isto, convém frisar, num universo de cidades médias cujos indicadores quantitativos e simbólicos não lhes permite competir com os dois primeiros lugares do topo. Logo, o simbolismo da “terceira cidade” não se vincula *ad eternum*, mas deseja-se, reivindica-se ou se tenta manter. Logo, tendo por linha de orientação a possibilidade de a cidade de Coimbra se afirmar como a terceira do país, teremos sempre de considerar este facto, visto que, a partir do mesmo, se podem desenvolver diversas abordagens.

As questões que aqui colocamos a Coimbra poderiam ser direccionadas a qualquer outra cidade num outro contexto geográfico. Sendo assim, a singularidade, numa primeira visão, não deixaria de encenar a lógica da homogeneidade. Mas se existe algum aspecto que caracteriza com alguma exactidão as diversas ramificações que abrangem o estudo das cidades será sem dúvida o seu aspecto subjectivo.

Nesta óptica, a produção teórica no campo dos estudos sobre as cidades, desde alguns dos seus precursores tais como Simmel, Walter Benjamim, Robert Park e a Escola de Chicago, etc., até a autores próximos que analisam a realidade local, tais como Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, entre outros, nunca deixou de estar sustentada em duas visões: a cidade construída – entendida enquanto “edificação”; e a cidade imaginada – entendida enquanto “desejo”. Note-se que, muitas vezes, é imperceptível o espaço entre uma e outra, já que ambas se tornam “fantasmas” uma da outra. Uma cidade se é produto dos indivíduos é construída, edificada. Assim foi com Coimbra – desde os primeiros assentamentos romanos, passando pela presença islâmica, o cristianismo, até à expansão da Baixa e da Alta e de todos os rebordos urbanísticos que permitiram a expansão da cidade para além do seu centro histórico. Da mesma forma, se as cidades são produto dos indivíduos também são imaginadas, “desejadas”, já que encarnam o germen do crescimento demográfico, cultural ou urbano e movem-se numa direcção progressista, tenha ela, ou não, lugar. Logo, se são ambas produto dos indivíduos, a cidade construída e a cidade imaginada caminham lado a lado em fronteiras ténues, mesclam-se, projectam-se e são projectadas. Pois se existe uma imagem para a construção, também não pode deixar de existir uma imagem construída. No entanto, não é sempre na pedra ou no lugar que se visiona o resultado da osmose. Talvez, nem tanto na memória, porque nada é mais construído e volátil à imaginação do que ela. A cidade construída e a cidade imaginada estão sempre mais presentes nas palavras, no sentido para onde estas nos guiam, nos discursos apolíticos ou politizados daqueles que nela, ou para ela, reivindicam um qualquer lugar, um qualquer estatuto. E é esta última palavra – estatuto – que condiciona e que problematiza esta abordagem: como se constrói a imagem de Coimbra na hierarquia urbana das cidades portuguesas?

Esta análise tenta responder a esta questão focando dois eixos de trabalho. O primeiro eixo incide sobre os termos de construção da imagem da cidade de Coimbra enquanto objecto de análise subjectiva, subentendendo-se um nível simbólico em que a cidade, entendida enquanto entidade singular, assume o papel de sujeito/actor socio-cultural, muitas vezes político. O segundo eixo de análise incide sobre os termos da lógica das hierarquias urbanas, focando-se nos diversos indicadores/balizadores sociais, demográficos, culturais ou outros, geralmente aferidos pela economia regional e urbana,

sobre o que comumente se passou a considerar “qualidade de vida” ou “*ranking* de desenvolvimento” qualitativo ou quantitativo. Os dois eixos de análise ancoram-se na temática da competição entre cidades, já que se subentende que a construção da imagem e a lógica das hierarquias urbanas sugerem um resultado a alcançar. Mas tal como na cidade construída e na cidade imaginada, também aqui a fronteira é ténue e permeável às circunstâncias sociais e temporais.

Podemos, então, considerar que o mesmo objecto empírico se desdobra em duas linhas de análise e é no diálogo entre os dois que se procura responder à nossa questão de partida. Ambas estão interrelacionadas com o eixo da abordagem – a competição entre cidades. Nesta óptica, partindo do princípio de que existe uma competição entre cidades, no ponto 2 focaremos a construção da cidade em termos de imagem, enquanto que no ponto 3 debruçar-nos-emos sobre a temática das hierarquias urbanas.

Existem, no entanto, outros níveis a considerar. Embora a competição entre cidades – indispensável para balizar a construção da imagem de Coimbra – tenha existido de diversas formas, umas mais assumidas do que outras, em diversos períodos cronológicos, contextos e lugares, nós, aqui, estamos a cingi-la à contemporaneidade, mais especificamente aos séculos XX e XXI. A análise desenvolve-se a partir do epicentro dessa competição – definido como os anos 20 do século XX – e prolonga-se até ao início do séc. XXI. Não se trata de uma análise exaustiva de datas e eventos, mas de uma análise contextual focalizada em determinados momentos temporais. Será na interpretação discursiva, ancorada na análise de conteúdo, que recolheremos os nossos indicadores. Nesta óptica, tendo como mote um conjunto de notícias dos anos 20, oriundas de um órgão noticioso local, *A Gazeta de Coimbra*², procura-se avaliar posicionamentos, acelerações e inflexões de discursos e práticas que à luz de determinados contextos – sociais e/ou cronológicos – são/foram utilizados por aqueles que, de alguma forma, interferem na óptica da construção identitária da cidade de Coimbra. Esta análise de conteúdo traduz o nosso trabalho de campo e constitui o ponto 4 desta dissertação. Este ponto subdivide-se em: 4.1 – dos anos 20 aos 40; 4.2 – de 50 a 60; 4.3 – de 70 a 80; 4.4 – de 90 ao início do séc. XXI. No ponto 5 procederemos à interpretação e análise dos resultados, assim como às conclusões da análise.

Transversal a todos os capítulos, encontraremos, sem dúvida, os nossos dois “fantasmas” – a cidade construída e a cidade imaginada.

² Que “retrata” uma acesa troca de argumentos entre as elites de Coimbra e as de Braga sobre qual das duas é que detém o estatuto de “terceira cidade”.

1.1. Nota metodológica

Ao fazermos uma abordagem de perfil cronológico focalizada em Coimbra temos de considerar o seguinte aspecto: é impossível separar, completamente, o objecto empírico do contexto macro-estrutural em que ele se insere. Ou seja, a história de Coimbra, a sua retórica discursiva, as suas elites, os seus actores políticos e sociais, por mais peso que tenham ostentado, ou ainda ostentem, não se podem desvincular, quer de uma história mais ampla – a de Portugal, entendido enquanto nível macro –, quer de um contexto socio-temporal específico – entendido enquanto “características” de um tempo que não se repete, por mais frutos ou sementes que este tenha deixado.

Todos os eventos que moldaram a política e a sociedade portuguesas, tais como o advento do Estado Novo, a Guerra Colonial, o 25 de Abril de 1974, as eleições autárquicas de 1976, a entrada na Comunidade Económica Europeia, etc., são mais do que meros reflexos em qualquer cidade. Assim sendo, não só existe uma íntima relação dialéctica entre o macro e o micro, existindo uma nítida imposição hierárquica do primeiro ao segundo, como também muitas das acções do micro não deixam de ser respostas de um posicionamento face a um contexto macro. O que seria a competição entre cidades se não existisse um Todo que a fundamentasse?

Mas existe ainda outra questão que podemos colocar: nos dias correntes, à medida que a lógica global se impõe, desmembrando as fronteiras definidas, alterando a própria noção de cidade, será que as nossas velhas definições de macro e de micro ainda têm lugar?

Estas questões, mais do que problemas metodológicos, traduzem uma constatação *a priori* na nossa abordagem: as políticas de gestão de imagem de Coimbra nunca deixaram de estar condicionadas por eventos que lhe são externos. No entanto, a forma como a cidade se foi posicionando face a um mundo em transformação é o que pretendemos aferir.

Para avaliarmos esse posicionamento, utilizamos como categoria analítica o epíteto atribuído a Coimbra – terceira cidade. Trata-se de uma categoria central visto que é face a ela que as cidades, entendidas como actores sociais singularizados, se tentam posicionar. Esse posicionamento é feito obedecendo a duas lógicas: manutenção e reivindicação. Enquanto que na lógica da manutenção podemos enquadrar as políticas de maximização da imagem por parte de Coimbra; na lógica da reivindicação encontramos as políticas não só de outras cidades que tentam obter esse estatuto (terceira cidade, por exemplo), como também da própria cidade de Coimbra em situações em que existe, ou parece existir, uma orientação político-discursiva em termos

de capitalização de uma imagem “diferente”; ou seja, (aparentemente) não relacionada com a questão (epíteto) da terceira cidade.

Embora este rótulo de “terceira cidade” tenha vindo a perder algum do seu peso simbólico, sendo cada vez menos utilizado em termos discursivos, ele nunca deixou de estar subentendido – não deixando de considerar que é a partir do mesmo que a análise de conteúdo se inicia. Neste aspecto, cremos que uma das razões para a cada vez menor utilização desse rótulo, mais do que uma mudança de paradigma retórico, se deve à nítida percepção de desgaste e desprestígio atribuída a Coimbra.

Esta constatação fundamenta a hipótese principal desta análise: Em termos discursivos, a cidade de Coimbra tem perdido gradualmente a sua importância social e simbólica. Esta hipótese ancora-se em três hipóteses de trabalho: 1- A perda de importância social e simbólica de Coimbra está mais patente em termos perceptivos do que em indicadores “concretos”; ou seja, mais do que a análise de indicadores demográficos, económicos ou de outros que traduzam uma ideia de qualidade de vida, parece tornar-se visível que a competição entre cidades parece assentar mais em aspectos mediáticos, visíveis, capitalizáveis a curto/médio prazo. Assim, parece ser em relação a Coimbra e a qualquer outra cidade portuguesa (ou não); 2- O estatuto de Coimbra como a “terceira cidade” portuguesa tem sido “desafiado” desde os princípios do séc. XX; ou seja, a competição entre cidades pressupõe sempre um objectivo a alcançar. Na base da nossa categoria analítica encontramos, quer a lógica da manutenção, quer a lógica da reivindicação; 3- A competição entre cidades tem sido uma retórica transversal aos diversos períodos temporais – partindo da análise dos artigos dos anos 20 procuramos demonstrar que, ainda que a temática da competição entre cidades seja mais focada nos dias de hoje, ela nunca deixou de estar presente em todos os períodos temporais analisados.

A par das hipóteses de trabalho ainda definimos três sub-hipóteses: 1- a competição entre cidades e a sustentabilidade têm consequências nas estratégias de desenvolvimento de Coimbra – remetendo para a ideia de que existe sempre uma relação causal que orienta o posicionamento estratégico da cidade; 2- as políticas estratégicas de Coimbra, mesmo que procurando mais-valias a curto/médio prazo, assentam numa perspectiva centrada no passado idealizado – remetendo, quer para a ideia de “terceira cidade”, quer para uma estratégia de desenvolvimento que encontra na Universidade (e a sua íntima relação de quase osmose com a cidade) a sua plataforma de desenvolvimento; 3- a perda de exclusividade do ensino superior de Coimbra condicionou o seu posicionamento estratégico na óptica da competição entre cidades – o estatuto de “terceira cidade”

sempre se fundamentou no facto de ser a tutelar exclusiva do ensino universitário, logo teve que se reenquadrar num contexto social de desprestígio ao qual não estava habituada.

Em termos de análise de conteúdo optámos por utilizar como fonte principal a consulta de jornais locais, nomeadamente *A Gazeta de Coimbra* e o *Diário de Coimbra* e definimos um intervalo temporal situado entre 1920 e 2007. Em termos de operacionalização focámo-nos num momento específico – o dia da cidade – e optámos por analisar todos os jornais referentes ao mês em que esse dia é comemorado. Ou seja, observámos todos os jornais, de um mês, para cada um dos anos analisados. A escolha da centralização no dia da cidade prende-se com o facto de ser nessa altura em que são “produzidos” mais discursos socio-políticos, na qual se faz um balanço da evolução da cidade, da mesma forma que são traçadas muitas estratégias de acção. Por ser uma data comemorativa, também se centraliza numa retórica acentuada em termos de manifestação identitária. No caso de Coimbra considerámos duas datas. A primeira refere-se ao dia 8 de Maio – celebrado como dia da cidade, embora nem sempre feriado, desde o ano de 1924 até 1950 – evocando a entrada das tropas liberais na cidade, comandadas pelo duque da Terceira. A partir de 1950 só em 1969 é que o dia da cidade volta a ser instituído, desta vez em 4 de Julho – data evocativa da morte da padroeira da cidade, a Rainha Santa Isabel. Sendo assim, de 1920 a 1968 considerámos a análise do mês de Maio, de cada um dos anos, e de 1969 a 2007 considerámos o mês de Julho. Enquanto que o mês de Maio coincide com a festa da Queima das Fitas, no mês de Julho comemoram-se as festividades da Rainha Santa Isabel. Note-se, no entanto, que a análise não se centra em nenhuma dessas festividades específicas, apenas as referindo quando justificável. Em termos de periódicos utilizámos *A Gazeta de Coimbra* de 1920 a 1947 e o *Diário de Coimbra* a partir dessa data. Optámos por essa escolha devido a não existirem, em arquivo para consulta, *Diário(s) de Coimbra* anteriores a 1947 e o último número de *A Gazeta de Coimbra* ser de 1970. Neste sentido, procurámos atingir um maior equilíbrio na análise dos dois periódicos. Foram analisados oitenta e sete meses, equivalentes ao mesmo número de anos, para uma estimativa aproximada de dois mil e duzentos números de jornais. Embora nos tenhamos centrado nas notícias referentes a Coimbra, algo que se tornava inevitável, visto se tratarem de periódicos locais, para conseguirmos um melhor enquadramento socio-político e aferimos com maior exactidão a retórica utilizada, optámos por também realizar uma análise transversal a todo o conteúdo veiculado pelos jornais. Assim sendo, a nossa triagem foi realizada a um número estimado de doze mil notícias.

Realizámos, ainda, oito entrevistas a actores políticos, sociais e investigadores que têm uma voz activa/participativa na gestão da cidade. As entrevistas não procuram ser representativas, mas servem propósitos exploratórios de recolha de informação sobre a temática abordada, nomeadamente: 1- Coimbra enquanto “terceira cidade”; 2- competição entre cidades e Coimbra nessa competição; 3- construção da imagem, retórica produzida e eventuais estratégias. Nesta óptica foram entrevistadas as seguintes individualidades: 1- António Leite da Costa – historiador; 2- Carlos Fortuna – sociólogo e docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; 3- Francisco Andrade – Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais; 4- Horácio Pina Prata – engenheiro, antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra e actual candidato à presidência do município; 5- Isabel Vargues – docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e directora do Teatro Académico de Gil Vicente; 6- João Rebelo – engenheiro e actual vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra; 7- José Reis – economista e docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; 8- Mário Nunes – historiador e vereador da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra. Refira-se que as entrevistas são abordadas no capítulo introdutório da análise da competição entre cidades.

Sendo assim, procuramos entender quais são as principais linhas mestras da estratégia urbana de Coimbra, assim como aferir o que condiciona a percepção sobre a sua imagem, incidindo sobre a retórica discursiva.

2. A construção da imagem da cidade

Construir a imagem de uma cidade significa redimensionar a sua identidade – trabalhá-la de uma forma progressiva, reforçando os aspectos positivos e ocultando os que se entender ser melhor ocultar. Trata-se de um processo presente e contínuo que, embora não seja apanágio das duas últimas décadas, desenvolveu-se nas mesmas com particular incidência. Fortemente ancorada na retórica da competição entre cidades, esta questão da imagem pressupõe uma singularização de certas particularidades desta ou daquela cidade; ou, dito de outra forma, incorporá-las numa retórica discursiva que se agregue no “objecto” de forma a tornarem-se “características” singulares, imediatamente reconhecidas pela generalidade das pessoas.

Este trabalho sobre o objecto pressupõe a sua personalização: as cidades, assim como quaisquer outras entidades – pessoas, empresas, produtos, etc. – são “construídas”, redimensionadas, podendo até afirmar-se que chegam, inclusive, a ser “recicladas”, subentendendo este aspecto que as características que sobressaem nem sempre são as mesmas ao longo dos anos, ou que muitas dessas características são “(des)enterradas” quando o paradigma de “evocação/singularização” se torna mais (ou menos) incidente. Mais uma vez, no epicentro desta “singularização” encontramos a competição entre cidades como se marcas ou produtos se tratassem, visto que é no confronto/relacionamento entre a identidade – incorporada num *Eu-cidade* – e a alteridade – entendida como a *Não-cidade* ou a *Outra cidade* – que a transfiguração de características subentendidas e/ou reivindicadas em categorias mensuráveis de uma realidade *per se* ganha o seu pleno sentido. Não é, de todo, inocente que o epíteto “terceira cidade” seja aplicado a Coimbra, tal como não será inocente que uma qualquer outra cidade ostente o título de “capital” deste ou daquele aspecto. Reivindicar uma posição, reivindicar um estatuto, reivindicar um título, mais não é do que a reivindicação de imagens. Logo, esta procura da diferença tem sempre como pressuposto a procura da diferenciação, a diferenciação da cidade em relação à outra. Neste sentido, Barbara Czarniawskaa (2008: 56-57) afirma que:

O trabalho de interrelacionamento entre a identidade e alteridade sempre esteve visível na construção da imagem de todas as cidades: podendo afirmar-se que esse mesmo interrelacionamento foi explicitamente exigido pela audiência.

Logo, a par desta omnipresença da cidade e da “outra” ainda temos de considerar outro vector: a competição entre cidades, o posicionamento da identidade face ao seu contrário, tem de ser tornar visível, tem de existir uma arena onde os gladiadores se digladiam para deleite de um público atento, ou seja, o Território em disputa – por

menos auto-centrado que seja ou aparente ser – tem de ser visível, reconhecido e desejado por outros, por mais invisíveis que sejam as suas, aparentes, fronteiras. Tem de existir, em suma, uma voz debitada nas palavras, venham elas dos jornais, da rádio, da televisão, da Internet, ou da boca do mais comum dos cidadãos. Mais do que isso, assumir que se é “terceira cidade”, assumir que se é “capital do móvel”³, “capital da chanfana”⁴, “cidade onde nasceu D. Afonso Henriques”⁵, por exemplo, não é apenas “conquistar” essas características para si com todas as mais valias que daí advêm em termos de capitalização de imagem – mais do que isso, é negar a qualquer outra cidade essas mesmas possibilidades, o que significa, na prática, que esses mesmos modelos de desenvolvimento estratégico lhe estão negados, ou que esse Território já está conquistado e circunscrito. Assim sendo, ser a “terceira cidade”, ser a capital da chanfana ou do móvel, é demonstrar que, num contexto onde outras o poderiam ser, se ganhou essa competição, que se está diante de uma “cidade vencedora”.

Ao ser a reivindicação de um estatuto, o processo de construção da imagem de uma cidade significa investir num modelo de desenvolvimento e numa estratégia de acção. É esse o papel dos actores sociais dominantes, mais ou menos políticos, visto que os critérios de sustentabilidade assim o implicam. Neste sentido, embora exista essa inequívoca imbricação no momento presente, visto todos os actores político-sociais, serem passageiros e terem de prestar “contas” da sua acção em prol da cidade, o elo de ligação ao passado, a esse espaço de mistificação e da criação de lendas e mitos, nunca é, completamente, quebrado. Segundo Irllys Alencar Barreira (2005: 38): “As múltiplas evocações do passado explicitam a dimensão plural da memória com seus conflitos vigentes em diferentes construções discursivas sobre a cidade”. Neste sentido, o passado – mesmo estando assente num conflito por uma “memória dominante” – torna-se muitas vezes na realidade manifestada no presente, mesmo que as estratégias de acção sejam em termos de futuro. Neste âmbito, quando uma cidade conquista um estatuto, quando vai ser palco de um grande evento à escala nacional, como sucedeu com Coimbra, “Capital Nacional da Cultura” em 2003, ou internacional, como sucedeu com o campeonato europeu de futebol de 2004 ou com a Expo 98 em Lisboa, ou quando uma qualquer cidade adopta uma Agenda 21, ou quando aposta numa política de gemação com outras cidades, ou se insere em redes de parceria internacionais, ou se candidata a

³ Epíteto geralmente atribuído à cidade de Paços de Ferreira.

⁴ Tanto os municípios de Miranda do Corvo como de Vila Nova de Poiares reivindicam este estatuto.

⁵ Neste caso persiste uma “curiosa” competição entre as cidades de Guimarães e Viseu (e Coimbra, mas num plano de competição menos acentuado) sobre em quais das cidades nasceu o primeiro rei de Portugal.

Património da UNESCO, como é o caso da candidatura da Universidade de Coimbra, está a demonstrar uma característica interessante: a de intemporalidade – uma lógica circular em que passado, presente e futuro, ao serem partes importantes na engrenagem do modelo de desenvolvimento, se tornam, muitas vezes, imperceptíveis. Logo, o Tempo em que se conjuga a acção assume aspectos de transversalidade e apresenta-se, na maior parte das vezes, indefinido. Neste sentido a identidade mescla-se num tempo não estático, embora a identidade, ao ser construída, determine uma mesma (re)construção do tempo, ou da história, passada e futura. O que dá peso a esse relacionamento volta a ser o território. Esse aspecto está bastante visível no caso de Coimbra. Segundo Frias e Peixoto (2002: 20):

O património, o folclore e as tradições académicas de Coimbra contribuem para a ancoragem de uma identidade local. Na verdade, são aqueles elementos que ajudam a territorializar esta identidade material ou cultural. Ambos os pólos, o da identidade e o da territorialidade, acabam por se apoiar e se reforçar mutuamente.

Ao ser territorializada, a identidade, assim como o tempo, é trazida para o plano de confronto que, simultaneamente, deixa de ser apenas simbólico e passa a ser estratégico já que assenta num modelo de desenvolvimento definido. Cabe aos actores sociais e políticos promoverem estas características da cidade, capitalizando-as numa estratégia de acção que consiga obter mais-valias que, mesmo sendo aferidas em termos de imagem, possam ser facilmente mensuráveis e quantificáveis, seja em termos de turismo, seja em termos de investimento.

Claudino Ferreira (2002: 19-21) afirma existir uma cada vez maior sujeição da gestão municipal das cidades à lógica do mercado, subsistindo duas lógicas de desenvolvimento, tendencialmente adoptadas pelas administrações locais:

Primeiro, a aposta em projectos culturais de prestígio: pequenos ou grandes eventos como festivais artísticos ou Capitais Europeias da Cultura, equipamentos como centros culturais, centros multiusos, parques temáticos, museus, etc. Segundo, a aposta na «patrimonialização», «culturalização» e turistificação do património histórico e do espaço público: recuperação e «culturalização» dos centros históricos, turistificação dos lugares, ruas pedestres, criação de zonas de lazer e cultura como frentes ribeirinhas, etc.

Em suma, “territorialização”, “patrimonialização”, “culturalização” e “turistificação” manifestam aspectos, simultaneamente, “representacionais” e “instrumentais”, visto todas as acções visarem o mesmo objectivo de capitalização de recursos, de “prestígio”, de investimento. Paulo Peixoto (2006: 42) afirma tratar-se, no fundo, de uma lógica de “empresarialização” que promove “dinâmicas de renovação identitária” originando a “difusão de novas imagens”. Esta nova lógica empresarial aplicada às cidades assume, segundo Peixoto, três vectores principais: “Quer através da dinamização cultural, como a organização de actividades e eventos de diferentes dimensões e regularidades que visam captar novos frequentadores para o espaço público”. Temos, no nosso exemplo

particular, a realização de “Coimbra, Capital Nacional da Cultura” em 2003; “Quer através de práticas urbanísticas e arquitectónicas que visam inscrever símbolos modernizadores nas paisagens urbanas”. Neste aspecto podemos considerar, entre vários exemplos, a reconversão do Estádio Municipal de Coimbra para “palco” do campeonato europeu de futebol de 2004, ou o edifício do Arnado, construído, em 1981, em plena zona histórica da cidade; “Quer ainda através da instrumentalização, da reinvenção e da revalorização de um património histórico que é o suporte de uma estratégia de criação e de aferição de um espírito de lugar”. Neste último vector, nada mais elucidativo do que a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, candidatura que assenta, não só, em aspectos materiais – leia-se monumentais ou arquitectónicos – como, essencialmente, imateriais – folclore, tradições, lendas, fado, etc.

É fácil observar que a cidade de Coimbra cumpre os três vectores. Ou seja, mesmo tendo como balizador o passado, a acção, manifesta no presente, tem como meta de chegada esse momento futuro.

Esta relação com a “monumentalidade”, embora não seja exclusiva de Coimbra, é uma das suas “imagens” mais comuns. A questão do património, ou da “patrimonialização” dos lugares, tem inerente uma reconfiguração do imaginário, visto que a própria “monumentalidade” – as igrejas, os centros históricos, etc. – não se encerra no lado palpável, mas subverte a lógica do cimento e desemboca num lado, tendencialmente, “humano”. Nesta questão da relação das cidades com a “monumentalidade”, Carlos Fortuna (2006: 4) afirma tratar-se de:

...patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje (...). Estes patrimónios, tanto os tangíveis como os intangíveis, enunciam modos de viver passados e actuais que, no seu conjunto, constituem a memória social e, em muitos casos e por isso mesmo, revelam e significam o próprio espírito dos lugares.

Esta relação com o “intangível”, muitas vezes mais do que com a matéria, enquadra plenamente esta questão da imagem. Como sugere o autor, os lugares, os centros históricos, as ruas e as vielas, em suma, a “monumentalidade patrimonializada” incarna, simultaneamente, uma vivência passada de um presente manifesto. Encontramos, mais uma vez, o Tempo – uma acção de construção e reconstrução de imagens, de forma a agregá-las na “memória social”, expressão absoluta desse “espírito dos lugares”. No entanto, não deixando de serem Território, tanto o espírito como os lugares, segundo Carlos Fortuna, não deixam de ser alvo de contínua disputa: “É ainda um património feito de lugares de iniciativa política, de informais expressões de resistência cultural, de

lutas, disputas e memórias sociais que fizeram e continuam a fazer a cidade contemporânea!”.

No caso de Coimbra, não obstante o dinamismo inerente à “memória presente” dos lugares, as “...práticas, costumes e imaginários populares que terão sido agregadores sociais potentes (...) definham, são adulterados no seu sentido, ou morrem sem glória”. Logo, não se torna apenas necessário preservar o património, como também entendê-lo numa lógica que não se encerre, apenas, na “monumentalidade” e nos lugares: “Um património urbano a preservar pode ser tanto uma poesia, uma memória de Zeca Afonso, como uma canção (de Coimbra?), um instrumento musical ou um dialecto em desaparecimento”. Esta necessidade de gerir o espaço – tangível e/ou intangível – não é mais do que uma gestão da imagem.

Assumirmos que a imagem de uma cidade é um valor a preservar ou a promover é assumir que a imagem tem um preço e um custo. Logo, todo o investimento tem como objectivo o retorno. Voltamos mais uma vez à incontornável questão da “marca”, da lógica panfletária em que o “objecto” trabalhado tem como destinatário um público, um público a conquistar e a fidelizar. Esta noção de “preço”, “custo” e “investimento” assume os postulados de uma ciência económica, mais especificamente do marketing. A promoção do objecto/cidade ajusta-se a esta lógica e, desta forma, as estratégias de gestão de uma cidade são estratégias de criação de valor. Investir na imagem de uma cidade é valorizá-la. Valorizá-la é investir numa política de marketing. Ao se investir num determinado território está a investir-se numa política de marketing territorial. Beatriz de Oliveira Xavier (1999: 27) traça uma perspectiva pertinente desta relação cidade/marketing:

O conceito de marketing territorial insere-se na apropriação alargada de referenciais teóricos (tais como «imagem de marca», «cidade-empresa», «gestão urbana», «cluster urbano», etc.) e instrumentos de gestão das unidades empresariais por parte das entidades orgânicas responsáveis pela gestão urbana, como por exemplo o «planeamento estratégico» ou «gestão estratégica».

Estamos, sem dúvida, diante de uma reconceptualização na nossa forma de entender as cidades. Torna-se inquestionável que a necessidade de sustentabilidade implica uma política proactiva por parte dos gestores urbanos e dos responsáveis municipais. Esta necessidade de capitalização da imagem, da atracção de turismo e de investimento empresarial, reflecte, nem que fosse, unicamente, em termos conceptuais, em termos terminológicos, o germen “filosófico” do marketing. Não basta às cidades terem “qualidade de vida”, defina-se como se definir, serem geradoras de emprego, possuírem assistência hospitalar ou social, jardins ou pouca poluição. Não. A sustentabilidade é mais do que isso, é assumir a cidade como um valor, admitir que todas as suas potencialidades só fazem sentido quando são promovidas.

Promover um valor territorial é assumir as “palavras” como panfleto – “terceira cidade”, “capital da saúde”, “capital do conhecimento”, “cidade museu”⁶ – assumir a retórica como mecanismo essencial da “patrimonialização”, assumir que, na esfera de relacionamento com as outras, a “singularização” é um requisito nominal. Assuma-se como se assumir, cooperação ou competição, a relação entre cidades subjaz a lógica discursiva dos nomes:

Quero dizer com isto que a cidade tem de promover a coesão interna e a participação democrática de todos os sectores sociais e de todas as expressões culturais. É este o sentido das cidades refúgio, das cidades educadoras, das cidades solidárias, ou das cidades criativas de hoje. (Fortuna: 2006: 10)

Sejam as cidades “educadoras”, sejam elas “solidárias” ou “criativas”, sejam elas “terceiras cidades”, as palavras adjectivadas remetem directamente para a lógica identitária do *Eu-cidade* que assume, diferenciando-se, o carácter subjectivo da criação de epítetos. Segundo Carlos Fortuna e Paulo Peixoto (2002: 1) estas nomeações enunciam:

(...) simplificações de uma realidade mais complexa, este tipo de expressões mnemónicas resumem a identidade das cidades a um estereótipo produzido a partir da selecção de características marcantes e evidentes dos lugares em causa. A sua primeira função é a de enunciar as supostas características e qualidades de um objecto que, pelo menos em aparência, fazem com que ele não se confunda com outro.

Embora o objectivo principal seja a singularização, em última instância a criação da “marca”, os autores referem estarmos diante de um mecanismo de reprodução de estereótipos que se transforma num “instrumento de identificação”, mais do que numa “característica identitária”. Desta forma, os estereótipos tornam-se, muitas vezes, estanques, redutores da “realidade” ou do objecto (cidade), condicionando a multiplicidade de práticas e vivências sociais, todas elas conducentes às múltiplas visões sobre esta ou aquela cidade, sobre esta ou aquela particularidade. Esta pluralidade de visões mescla-se na imagem da cidade, condicionando, segundo os autores, a dualidade da mesma: “real/imaginária”; “visual/ideal”; “instantânea/duradoura”; “consensual/conflituosa”; “positiva/negativa”; “individual/colectiva”.

Tendo como objecto de análise cinco das principais cidades portuguesas – Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto – os autores traçam uma lógica de interrelacionamento entre a cidade e a identidade, referindo que, salvaguardando as devidas diferenças, todas as cinco cidades seguem dois padrões identitários claramente definidos: uma estreita relação com a antiguidade – entendida, não só, como a origem secular, mas também como uma “estratégia de afirmação de uma identidade sólida e estável que é legitimada pela história”, geradora de “símbolos”, imbuída de

⁶ Exemplos de epítetos atribuídos, numa circunstância ou outra, a Coimbra.

“misticismo”; não se verem “apenas como cidades” – significando que são mais do que uma “identidade auto-centrada”: “Cada uma das cinco cidades reivindica para si própria um lugar específico e marcante na história do país”, sendo os momentos mais relevantes desta construção identitária aqueles em que a lógica local se mescla com a lógica nacional, em que a construção da identidade da cidade é a construção da identidade do país⁷. Neste último ponto, mais do que uma afirmação identitária, os autores “subentendem” uma lógica de descentramento – as cinco cidades procuram escapar da “lógica do local”, num país completamente centralizado em Lisboa.

Quer a relação próxima com a antiguidade, quer a desvinculação da “identidade auto-centrada”, remetem para lógica nominal, para a criação de epítetos. A própria capitulação dos autores pretende ser um reflexo desta lógica: Aveiro – “a Veneza portuguesa”; Braga – “a cidade dos arcebispos”; Coimbra – “a cidade dos estudantes”; Guimarães – “a cidade berço”; Porto – “a cidade invicta”. Esta terminologia remete directamente para a questão da imagem, construída em termos de um passado, pejado de referências históricas e de misticismo. Estamos diante de uma perspectiva “apoteótica” em que a construção nominal é apenas a forma mais visível da gestão da cidade, logo, da sua gestão de imagem.

Sobre Coimbra, os autores chamam a atenção para o seu aspecto “lendário”, da sua estreita ligação com o ensino, com o saber e com a cultura – daí o surgimento de três dos seus mais comuns epítetos: “Lusa Atenas”, “cidade dos estudantes”, “Cidade do Mondego”. Da mesma forma, esta identidade está profundamente construída nas palavras, na sua estreita ligação com escritores tais como Miguel Torga, Antero de Quental, Camões, Almeida Garrett ou António Nobre. Ao escreverem sobre Coimbra, mais do que um simples “retrato” da cidade, as “palavras” imbricaram-na como uma referência incontornável no panorama nacional: quer se esteja a falar de história – citando, por exemplo, as lendas da Rainha Santa, os amores de Pedro e Inês, ou ser a “cidade de nascimento de seis reis portugueses”; quer se esteja a falar de cultura ou folclore – a existência de uma universidade com mais de 700 anos, ou o Fado de Coimbra, “mitificador da história da cidade”; quer se esteja a falar de política/sociedade – nada mais emblemático deste aspecto que esta passagem de outro escritor de Coimbra, Fernando Namora: “não houve no nosso país revolução política ou movimento cultural que não encontrasse entre os estudantes de Coimbra apoio ou reflexo”; ou quando se

⁷ Os autores referem, a título de exemplo, o “Porto das lutas liberais”, a “Guimarães, berço da nacionalidade”, ou “Coimbra das lutas contestatárias estudantis”.

está a falar, simplesmente, de Coimbra – que é, no fundo, (ter de) falar sobre a Universidade.

A estreita relação com a Universidade, referenciada pelos autores, manifesta aspectos simultaneamente “monumentais” e “simbólicos” ostentando uma construção icónica – neste nível, nada é mais representativo do que a Torre da Universidade⁸ já que, mais do que um mero monumento, é simultaneamente uma “imagem” facilmente reconhecida pela generalidade das pessoas. Da mesma forma, monumentos tais como o Mosteiro de Santa Cruz – “onde jazem os dois primeiros reis de Portugal”; a Sé Velha – “palco dos amores de Pedro e Inês”, local de coroação de D. Sancho I, considerado “o mais perfeito exemplo de arquitectura românica em Portugal”; o convento de Santa Clara a Nova – onde jaz a Padroeira da cidade, a Rainha Santa Isabel; ou o Portugal dos Pequenitos – embora não ostentem nenhuma relação directa com a Universidade, não se podem entender como contrapontos à iconografia universitária, sendo antes complementares. No mesmo sentido, mais do que o clube da cidade de Coimbra, a Académica de Coimbra⁹ – de onde surge outro dos mais conhecidos epítetos conimbricenses, a “Briosa” – é o clube dos estudantes, estreitamente mesclado com a Universidade e com os seus momentos históricos¹⁰. Se existe um contraponto “ideológico” em Coimbra, embora, também ele “simbólico”, este é menos perceptível – a cidade dividida entre a Alta, símbolo da academia, da Universidade e das “Repúblicas” estudantis, e a Baixa, símbolo das actividades comerciais e dos serviços; entre a margem direita e a margem esquerda¹¹, sendo o rio, mais do que uma “fronteira” física, um “símbolo” dessa divisão; ou entre as “classe sociais”, de onde emergem os “doutores” e os “futricas”. No entanto, mais do que divisões facilmente identificáveis subsiste a lógica de “cidade de

⁸ A Torre também possui, ela própria, um epíteto: “A Cabra”.

⁹ Referimo-nos à Associação Académica de Coimbra O.A.F. (Organismo Autónomo de Futebol). A Académica é conhecida como o “clube dos estudantes”, visível na Torre da Universidade no emblema do clube, assim como na cor negra dos equipamentos. A Académica, “clube dos doutores”, possui um seu “contrário”, encenando o aspecto dual da cidade a que os autores se referem. Trata-se do clube de futebol União de Coimbra, espécie de símbolo da cidade “não estudante”, a cidade dos “futricas” e das “classes populares”.

¹⁰ Nesta óptica, os momentos desportivos mais emblemáticos caracterizam esta dualidade Universidade/cidade – a conquista da primeira Taça de Portugal, em 1939, frente ao Benfica, ou a disputa da final da mesma competição, em 1969, frente ao mesmo clube, em plena luta estudantil – constroem uma imagem de “revolta”, de “contestação” e de luta social de uma entidade Local (Universidade/cidade) face à hegemonia do Poder Central – Lisboa, o Governo, em última instância, o Estado, simbolizado metaforicamente, convém realçar, pelo Benfica, “ícone” principal não só da cidade de Lisboa como também do país.

¹¹ A margem esquerda, da cidade, não só Santa Clara, mas também São Martinho do Bispo, por exemplo, é apelidada, curiosamente, pela praxe académica como o “Japão”. Um epíteto singular, mas que é sintomático desta divisão. No “Japão”, mais especificamente a partir do meio da ponte de Santa Clara, o secular Código da Praxe proíbe as actividades praxistas. Neste caso, o rio, em termos de imagem, parece ser mais um elemento de divisão do que de união entre as margens.

passagem”, celebrenemente retratada no verso: “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida”.

Este trabalho de Fortuna e Peixoto apresenta particularidades distintivas das cinco cidades em termos de construção da imagem. No inquérito aplicado, referindo-se à “caracterização da cidade pelos seus habitantes”, a maior parte dos inquiridos de Coimbra caracteriza a cidade como um “centro universitário” (87,8%), seguida de um “centro cultural” (57%). Este aspecto é curioso. Embora todas as outras quatro cidades também possuam estabelecimentos de ensino superior, nenhuma delas ostenta uma percentagem tão elevada de respostas sobre sua a cidade ser um “centro universitário”. Embora a maior parte das respostas dos aveirenses também recaiam sobre “centro universitário”, esse valor é muito menor quando comparado com o de Coimbra (48,6%). Da mesma forma, enquanto que em Coimbra esse “universitarismo” se destaca claramente, em outras cidades do estudo parece existir uma maior distribuição proporcional em termos de “definições”. São os casos de Braga, onde 56,2% dos inquiridos a apontam como um “centro histórico”, e dos aveirenses, onde embora “centro universitário” seja a primeira escolha, esta apenas recolhe 48,6% das opiniões dos inquiridos. Curiosamente, Guimarães e Porto ostentam uma tipologia semelhante à de Coimbra – uma menor distribuição proporcional – visto a designação de “centro histórico” possuir 80,2% das respostas dos vimaranenses e 76,6% das respostas dos portuenses. Sobre Coimbra, os autores entendem que é aquela que possui traços identitários mais vincados, correspondendo a “uma imagem tradicionalista”, algo desgastada, e a um estigma negativo – a de cidade estagnada, que não soube modernizar-se e que, gradualmente, se foi desprestigiando, sintoma da perda da exclusividade tutelar do ensino universitário. No entanto, quando questionados sobre a “caracterização dos habitantes” a maioria dos inquiridos de Coimbra definem-se como “hospitaleiros” (43,3%), surgindo “doutores” como segunda resposta (20,9%). Em relação aos *símbolos* que melhor identificam a cidade as respostas dos conimbricenses recaem sobre a Universidade – quer enquanto monumento (60,7%), quer enquanto instituição (46,2%)¹². Em relação às “pessoas que são símbolos de Coimbra”, os inquiridos destacam a Rainha Santa (22,2%), Bissaya Barreto (18%) e Miguel Torga (17,3%); podendo, nós, apostar num certo simbolismo inerente à escolha destas três “personagens”. A Rainha (Santa) Isabel – incarna a “santidade” ou o poder divino; Bissaya Barreto, o médico, incarna o poder da ciência; por sua vez, Miguel Torga, o

¹² A Igreja de Santa Cruz (34%) e o Hospital (39,3%) aparecem em segundos lugares respectivamente. Embora ostentem respostas diferentes em termos de monumentos, também os bracarenses e os aveirenses destacam a universidade como instituição mais relevante.

escritor, o poder da cultura. De uma ou de outra forma, todos estes três elementos estão associados à imagem que se constrói sobre Coimbra. Existe outro aspecto interessante neste estudo. Quando questionados em relação a “sentimentos e atitudes em relação à cidade” os habitantes de Coimbra, na generalidade¹³, preterem a categoria “conimbricenses” (38,5%) em relação à de “portugueses” (55,7%). No estudo em causa, esta maior identificação com o “ser português” só é suplantada pela cidade do Porto (59,7%). Em Aveiro, embora os habitantes optem como primeira escolha o “ser português”, esta categoria recolhe um consenso menor (46,8%) do que em Coimbra. No sentido contrário, os inquiridos de Guimarães e de Braga sentem-se, acima de tudo, “bracarenses” (51%) e “vimaranenses” (56,8%).

Embora se tratem de dados interessantes, não se pode afirmar que exista por parte dos habitantes de Coimbra uma menor identificação com o local, com a sua cidade, ou que, subsequentemente, exista uma maior identificação em torno de uma referência nacional. No entanto, os estereótipos veiculados, nomeadamente de ser “uma cidade de passagem”, em que cumprida a sempre apregoada “função educativa” as pessoas se vão embora, uma cidade em que poucos ficam, ora porque não há emprego, ora porque a “cidade se esgotou”, ora porque “não há razão para ficar”, não deixam de ser aqueles que, mesmo inconscientemente, percebemos. Quer se queira entender tais aspectos desta forma negativa, quer se faça um juízo positivo, aliado à ideia de “universalismo” que a própria toponímia universitária ostenta, estas duas visões não deixam de estar presentes. Logo, *o conimbricense*, nesta visão, é uma personagem algo complexa de definir: uma “criatura híbrida”, filha de “algo” que não é bem local com outra “coisa” que não será bem “nacional”, muito menos “universal”.

Há, no entanto, outra consideração a fazer: as visões, as referências, as imagens, as representações, as opiniões, não podem ser entendidas como uma realidade criada *ex nihilo*. Elas são sempre o resultado de um processo contínuo em que as vivências, as práticas sociais e as experiências subjectivas se misturam com a simbologia, com os estigmas, com os estereótipos e com toda a carga simbólica que a cidade como se fosse uma entidade “exterior” (a si e aos outros) condiciona. Toda a cidade é um processo. Coimbra é um processo. E sendo um processo, por mais que se afirme uma cidade como “estagnada” ela está sempre em “rotatividade” – leia-se em reacção, em resposta, em “choque” – face a lógicas globais, nacionais ou locais. O mesmo acontece aos seus

¹³ Os autores chamam a atenção de que essa situação não acontece em relação aos inquiridos que nasceram no concelho de Coimbra em que a categoria “conimbricenses” recolhe 50,5% das escolhas. Acontece, tendencialmente, em relação aos inquiridos que nasceram noutra concelho do distrito de Coimbra – 59,5% consideram-se “portugueses” – e em relação aos inquiridos que, residentes em Coimbra, nasceram noutra distrito (82,8%).

habitantes, visto que o tipo de relação que estabelecem com determinada cidade é fundamentalmente singular. Segundo Kevin Lynch (2007: 44) a cidade pode e deve ser estudada enquanto “fenómeno espacial” coexistindo três ramos complementares: a “teoria do planeamento”, ou “teoria da decisão” – que se debruça sobre as decisões que fundamentam os empreendimentos públicos; a “teoria funcional” – que procura explicar as razões da morfologia das cidades; e, fundamentalmente, a “teoria normativa” – aquela que nos interessa nesta questão da imagem, que assume uma relação inequívoca entre os “valores humanos” e a morfologia dos agregados populacionais possibilitando-nos “reconhecer uma boa cidade quando se encontra uma”. Por sua vez, Simmel (2001: 39) afirma que:

A pessoa não termina nos limites do seu corpo físico ou do espaço em que a sua actividade se desenvolve directamente, mas, ao invés, ela compreende o conjunto dos efeitos significativos que produz, quer no espaço, quer no tempo. Também a cidade existe apenas na medida dos impactes que é capaz de provocar para além do seu raio de acção mais imediato. São estes que expressam a extensão real da existência da cidade.

Assim sendo, a cidade não se esgota na cidade, da mesma forma que os seus habitantes não se esgotam nessa estrutura. No entanto, não deixam de ser condicionados por essa vivência, já que tendo em conta a visão de Simmel – tendente aos efeitos que a cidade (leia-se a metrópole) provoca nos indivíduos, nomeadamente a “intensificação da vida nervosa” resultante de “mudanças ininterruptas das impressões interiores e anteriores” – e, mesmo subentendendo o detrimento da “vida subjectiva” face à objectividade, é nas cidades que o confronto, o conflito, a “luta por diferentes visões do mundo” tem o seu palco privilegiado. Logo, o mesmo é aplicável a Coimbra – a “estagnação”, outro dos epítetos aplicados à cidade, não é um conceito “fechado”, mas inerente a uma inevitável lógica transformista. Não deixa de ser curioso que o, suposto, pouco apego dos coimbricenses face à cidade, poderia ser um fiel retrato da célebre “atitude blasé” de Simmel. E, sem dúvida, essa mesma imagem está inerente a Coimbra: o que será uma “identidade blasé” que também não seja uma “identidade de passagem”?

Encenando uma proposta para uma *Coimbra futura*, José Reis (2006:1), refere que, antes de mais, as cidades se devem pautar pelo “orgulho” e por uma “identidade diferenciada” que possa, não só, ser reconhecida de dentro como também do exterior. Trata-se de uma visão similar à de Simmel – a cidade não se esgota na cidade. Reis entende que o mero reconhecimento pelos seus habitantes, tendo apenas como primado a identidade, facilmente desembocaria numa “passividade contemplativa”. Logo, torna-se urgente promover o “reconhecimento exterior” visto ser gerador de dinamismo: “Coimbra só existe devido à sua singularidade”, a mesma que se encontra noutras cidades históricas, tais como Salamanca, Évora, Lisboa, Porto. O que legitima a

“existência” é o reconhecimento dos outros. Este reconhecimento é a base do que Reis entende como “sentido da constelação”: a “pluralidade que as outras cidades lhe emprestam”. Propositadamente, ou não, o autor toca a lógica da “terceira cidade” que encandeia o nosso trabalho:

Coimbra foi e é reconhecida do exterior: porque é um dos três «lugares centrais» mais importantes do país. Coimbra tem razões para ter orgulho. A centralidade e relevância de uma cidade não se mede apenas pela dimensão, mas também pelo que oferece na cosmografia das cidades e pelo seu papel de estruturadora de um território («massa» e «conectividade»).

Se, como refere o autor, a “lógica de futuro” só se encontra na “*renovação permanente da sua singularidade*”, nunca na “trivialização”, sendo esse o “sentido da ousadia”... não será, de todo, ilógico afirmar que – mantendo Coimbra a mesma “centralidade na cosmografia das cidades” – fará o mais pleno sentido entender o ser a “terceira cidade” como um perfil de imagem, uma espécie de consciência identitária, tendente a uma estratégia de desenvolvimento a manter e a promover (?). Tendo, ainda, em particular atenção que essa “afirmação” deve ser reconhecida pelas outras: “As cidades que se concebem sozinhas são as que morrem depressa”.

3. As hierarquias urbanas

Embora não seja indissociável da construção da imagem de uma cidade, sendo, de certa forma, complementar, a hierarquização urbana pressupõe a análise de diversos indicadores: sejam eles demográficos, sejam eles económicos, sejam eles aferidos em termos de redes de influência geoestratégica, subentendendo este último aspecto o conceito de “cluster”, muito em voga nas temáticas urbanistas contemporâneas. A principal diferença entre a hierarquização de indicadores e a construção da imagem prende-se, principalmente, com uma leitura de pendor quantitativo, de certa forma “cognitiva”, face a outra de pendor mais qualitativo, mais “perceptiva” e focada, tendencialmente, nas imagens. Mas mesmo assim, nem sempre são nítidas as fronteiras e também aqui são diversas as abordagens.

Partindo dos trabalhos de Smailes que, tendo por objectivo uma classificação dos principais serviços centrais de Inglaterra e do País de Gales, originaram um modelo de hierarquização de cidades divididas, nomeadamente, em cinco perfis: cidades principais; cidades; cidades pequenas ou vilas principais; vilas; sub vilas, Smith (1968) traça a evolução das mesmas cidades explorando a noção de interrelacionamento geográfico. Esta noção extrapola para uma outra hierarquização, baseada no princípio de centralidade. No entanto, tal como Smailes, Smith considera a capital Londres num nível à parte – a “primeira ordem”. Esta ordenação distingue: os centros de província – entendidos como a “segunda ordem”; os centros regionais – entendidos como a “terceira ordem” e os centros locais – entendidos como a “quarta ordem”. Para além desta noção de centralidade, encontramos outro aspecto: uma hierarquização urbana não afere o desenvolvimento de uma só cidade, mas também das suas áreas limítrofes. Uma cidade desenvolve-se quando a sua centralidade se conjuga com a expansão das outras que a rodeiam, entendidas enquanto “áreas de influência” ou “áreas metropolitanas”; da mesma forma, não deixam de subsistir fluxos demográficos oscilantes, ora do “centro” para a “periferia”, ora no sentido inverso. Logo, o desenvolvimento de uma cidade – seja ela “central” ou “metropolitana” – baseia-se sempre na lógica de interrelacionamento, sendo o seu primeiro princípio o critério de proximidade geográfica.

Aliado ao princípio da centralidade e da área de influência, o crescimento demográfico é outro dos critérios mais utilizados para a hierarquização. Nesta vertente, Krugman

(1966) refere que, mesmo existindo uma, ou mais, “power law”¹⁴ – ou seja, uma fórmula para aferir o que deve ser a “dimensão ideal” de uma cidade – ela não consegue responder ao facto de grande parte das cidades não “obedecerem” a esse tipo “ideal”. A grande questão para Krugman entende que a par dos critérios de base económica¹⁵ – nomeadamente a concentração ou a “desconcentração” do tecido industrial, a “especialização” dos serviços e os custos dos serviços de transporte¹⁶ – devem ser considerados os critérios de base geográfica¹⁷, nomeadamente uma “hierarquia de locais centrais”. Esta hierarquização condiciona o crescimento demográfico, quer da “cidade central”, quer das suas envolventes, numa lógica similar à de Smith; da mesma forma as cidades raras vezes extrapolam a sua “dimensão ideal”, persistindo uma lógica conciliatória entre “expansão” e “retracção”¹⁸. Os trabalhos de Krugman trazem uma dimensão interessante no estudo das hierarquias urbanas – torna-se necessária a interdisciplinaridade.

No mesmo sentido, Pedro Costa (1993) chama a atenção para o seu carácter “complexo e pluridimensional”, visto o mesmo tema ser abordado de diferentes perspectivas conforme a área de estudo. A par destas diferenças o autor aponta dificuldades no entendimento do que é uma cidade, já que a sua área, muitas vezes, extrapola para as suas zonas envolventes, para as chamadas “áreas de fronteira”, muitas vezes, “apenas” áreas periféricas de grandes cidades tais como o Porto ou Lisboa. No mesmo sentido, aponta para a cada vez maior hibridação entre o espaço rural e urbano, fruto da expansão das áreas habitacionais e industriais ao espaço consagrado do “campo tradicional”. Sobre o processo de urbanização e o sistema urbano português, Costa refere que, tal como em muitos países ocidentais, também este foi marcado por um processo de industrialização recente, iniciado depois do fim da II Guerra Mundial, e pela posterior terciarização da economia. Embora o autor não deixe de considerar a história das sucessivas dinâmicas sociais e demográficas, nomeadamente no Período Romano, que permitiram os primeiros “surto de vida urbana organizada”, não deixa de salientar que a urbanização, enquanto fenómeno de concentração urbana e/ou

¹⁴ Krugman analisa com incidência os modelos de J.V. Henderson, de H. Simon e de M. Fujita/T. Mori.

¹⁵ Enunciados por Henderson.

¹⁶ O custo dos serviços de transporte condiciona a que as cidades pequenas só consigam servir outras pequenas localidades na proximidade da sua área geográfica, enquanto que as cidades de maior dimensão conseguem expandir a sua área de influência. Da mesma forma, o custo dos transportes, geralmente quando associados ao surgimento de novos serviços, é uma das causas para o surgimento de novas cidades.

¹⁷ Enunciados por Fujita *et al.*

¹⁸ Princípios enunciados por Simon.

demográfica, apenas se consolidou nas décadas de 70/80 originando: expansão das cidades; crescimento dos subúrbios; crescimento populacional; êxodo rural e “expansão do modo de vida urbano”. Costa caracteriza em três vertentes o processo de urbanização português: concentração populacional em duas grandes cidades (Lisboa e Porto) e nas suas áreas limítrofes; tendência para a urbanização difusa e densificação dispersa (mais visível no Norte Litoral) originando mudanças no modo de vida e na actividade económica; recente aumento populacional das cidades pequenas que embora existentes em grande número possuem uma dimensão reduzida, mantendo-se uma rede urbana caracterizada pela falta de centros urbanos de dimensão intermédia. Às três vertentes principais ainda se pode acrescentar uma quarta: a grande mobilidade geográfica da população portuguesa, particularmente nos anos 60 e 80, originada pelo êxodo rural, emigração e retorno das ex-colónias que, conciliada com o crescimento natural da população, determinou a desertificação do interior e o conseqüente aumento das assimetrias geográficas. A par dos eixos principais, Costa destaca duas tendências neste processo de urbanização: a bipolarização do sistema urbano – observando-se uma concentração demográfica e económica nas cidades de Lisboa e Porto¹⁹ – e a litoralização – visível na concentração demográfica e económica nas localidades do litoral²⁰. Costa refere que o processo de bipolarização, agravado em larga escala nas últimas décadas, que originou o surgimento de cidades satélites e numerosos subúrbios em torno destas duas urbes, possibilitou o surgimento de uma área metropolitana em redor de Lisboa e de uma “região urbana policêntrica (ou de conurbação)” em redor do Porto, embora esta última sofrendo alguma concorrência de “pólos alternativos de nível inferior”, nomeadamente os de Braga e Aveiro, e de uma urbanização difusa nas suas áreas de proximidade geográfica. Da mesma forma, a par da bipolarização, o processo de litoralização também contribui para as assimetrias geográficas, originando a existência de duas faixas principais em acentuada densificação e expansão: uma a ocidente, desde o Norte até Setúbal, e outra meridional, entre Lagos e Vila Real de Santo António. O fenómeno de litoralização prende-se com a importância das acessibilidades dos portos, dos rios e dos estuários, mas também se prolonga para o interior “imediatos”, nomeadamente para regiões como Coimbra ou Vale do Tejo, que possuem melhores vias de comunicação. Cria-se, desta forma, uma assimetria acentuada

¹⁹ O autor refere que a concentração em Lisboa se deveu, fundamentalmente, à expansão atlântica e à importância das rotas marítimas, enquanto que no Porto a concentração se deveu, essencialmente, à ascensão comercial e industrial impulsionada pelo negócio do vinho do Porto.

²⁰ Devendo-se, principalmente, à importância histórica dos portos marítimos como também a uma necessidade de afirmação de uma “identidade portuguesa” face a Espanha.

entre o litoral e o interior “profundo”, aliada a razões culturais e históricas, tais como a existência de uma maior concentração demográfica no Norte do que no Sul.

Segundo Costa, o que marca, essencialmente, a questão das hierarquias urbanas, prende-se com as relações que a cidade estabelece com o seu meio envolvente e as suas relações de interdependência face a outras cidades. Embora a relação com a área envolvente seja mutável – sucedendo-se a períodos em que a base económica era a agricultura, outros de industrialização e, depois, de terciarização – considerando, ainda, que a expansão das cidades para as áreas rurais tenha originado a “anexação” das mesmas e o surgimento de subúrbios, ou de áreas dispersas, o que marca a importância, geoestratégica, de uma cidade é sempre um critério funcional – a especialização. Neste sentido, quanto mais funções especializadas uma cidade possuir, maior será a sua importância face a outros centros/cidades de menor dimensão e maior será a sua “área de influência”. O que afere esta “especialização” é a “lógica de rede” que determina hierarquicamente diversas áreas de influência, todas subordinadas a um primeiro nível central²¹.

Esta visão é corroborada, não só a nível nacional, como também europeu. Segundo o Relatório de Síntese da Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia, relativo a 2007, intitulado “A situação das cidades europeias”, as cidades, mas também os centros urbanos, desempenham um papel essencial para a sustentabilidade e para o crescimento do emprego, sendo: “ (...) motores indiscutíveis do crescimento económico na Europa. Em quase todas as cidades europeias, as zonas urbanas são os principais produtores de conhecimento e inovação – os centros de uma economia mundial globalizada” (2007). Embora existam excepções, o Relatório refere que quanto maior for a dimensão de uma cidade, mais esta terá possibilidade de contribuir economicamente gerando emprego. No entanto, embora a concentração demográfica não deixe de contribuir para esse crescimento, torna-se mais importante uma cada vez maior concentração de empregos e de serviços. Neste aspecto, a importância da especialização volta a ser determinante. Partindo de uma Auditoria Urbana às cidades europeias o Relatório traça uma tipologia de cidades de forma a aferir a melhor forma de intervenção em cada uma delas. Refira-se que no caso português se debruçou sobre as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Funchal e Ponta Delgada.

O que se entende como o primeiro nível desta hierarquização são os denominados “Centros Internacionais” que, embora europeus, ostentam uma dimensão pan-europeia

²¹ O autor chama a atenção que esse sempre foi o principal critério aplicado em Portugal, quer ao nível político-administrativo, quer ao nível religioso.

global. Estes dividem-se em três níveis: Centros de Conhecimento – ostentando uma forte concentração comercial, industrial, empresarial e de serviços de conhecimento, caracterizados pela facilidade de comunicação a uma escala global; Capitais Estabelecidas – caracterizadas por uma sólida e diversificada base económica; Capitais Reinventadas – caracterizadas pelo papel de “transição da actividade económica para os novos Estados-Membros”. O segundo nível hierárquico compreende um conjunto de “Pólos Especializados”, com algum relevo na economia local e relativa dinâmica internacional. Assumem a seguinte tipologia: Centros Nacionais de Serviços – marcados pela importância funcional dos seus serviços especializados ou administrativos; Pólos de Transformação – assinalados pela capacidade de readaptação do seu tecido industrial; Vias de Passagem – pólos que possuem infra-estruturas (portuárias, por exemplo) que lhes possibilitam serem locais de passagem de rotas comerciais; Modernos Centros Industriais – caracterizados pela forte presença de empresas multinacionais, ou de empresas locais de forte exportação; Centros de Investigação – nomeadamente de ensino superior, dotados de intensa actividade empresarial de âmbito tecnológico e científico operando numa lógica de rede internacional; Centros de Visitantes – funcionando como pólos de concentração turística e conseqüente afluxo intenso de visitantes. O terceiro nível hierárquico compreende os chamados “Pólos Regionais” que funcionam como uma espécie de “ pilar das economias regionais europeias”. Compreendem: Cidades desindustrializadas – caracterizadas por uma forte base industrial, mas em declínio e recessão; Centros de mercados regionais – caracterizados pela concentração de serviços empresariais e financeiros, hotéis e restaurantes; Centros de serviços públicos regionais – caracterizados pela forte presença de serviços administrativos, principalmente nas áreas da saúde e da educação; Cidades Satélites – nomeadamente cidades de menor dimensão, mas que possuem alguma importância funcional face a um centro maior.

Incidindo sobre a realidade das sete cidades portuguesas consideradas encontramos uma distribuição interessante em termos de hierarquias urbanas. Lisboa é a única das sete que é integrada no primeiro nível – Centros Internacionais – definida como “Capital Estabelecida”. Tanto a cidade do Porto, assim como Coimbra, Aveiro e Funchal são ambas integradas no segundo nível – Pólos Estabelecidos – ostentando, no entanto, perfis diferentes. O Porto é definido como “Moderno Centro Industrial”; Aveiro como “Pólo de Transformação”; Coimbra como “Centro de Investigação” e Funchal como “Centro de Visitantes”. Por sua vez, as cidades de Braga – entendida como “Cidade desindustrializada” – e Ponta Delgada – definida como “Centro de serviço público regional” – são integradas no terceiro nível, o dos Pólos Regionais. Reparámos que,

nesta hierarquização, a cidade de Coimbra – enquadrada no segundo nível – é, essencialmente, caracterizada pela sua vertente científico-tecnológica sendo, não só, definida pela sua importância centralizadora, como também pelo seu papel como parte integrante de uma rede nacional e internacional mais vasta. Repare-se que esta visão não enquadra, apenas, a Universidade, mas, antes, toda a actividade científica e tecnológica, quer dos seus diversos centros de investigação, quer de algumas das suas empresas, nomeadamente as de tecnologias avançadas na área da engenharia informática e da saúde²². Nesta vertente, Coimbra encontra-se bem enquadrada nesta hierarquização urbana, já que possui características mais “dinâmicas” que, embora sendo funções especializadas, não possuem a mesma marca de “saturação”, sendo menos permeáveis aos contextos económicos, tal como acontece, por exemplo, com a cidade de Braga onde os efeitos da desindustrialização originaram a quebra do seu potencial produtivo acarretando as, inevitáveis, consequências da sua capacidade centralizadora.

Mas nem todos os estudos apontam para as mesmas interpretações. Patrícia Abrantes e outros (Abrantes *et al*: 2005), a par das principais tendências urbanas portuguesas, apontadas por Costa, nomeadamente a bipolarização, nos anos 60/70, e a litoralização, releva uma outra – a de reorganização. O que marca a “reorganização” é a aprovação da Lei de 1991 que permitiu a constituição das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e, posteriormente, em 2003, o enquadramento jurídico das Grandes Áreas Metropolitanas (GAM) e das Comunidades Urbanas (ComUrb)²³. Estas novas constituições, de perfil intermunicipal, possibilitaram aos municípios, nomeadamente os do interior, ou de menor expressão demográfica e económica, ultrapassarem algumas das suas principais deficiências. Tendo como unidade geográfica de análise o concelho, este trabalho traça um mapa urbano do país tendo em conta uma tipologia de centros urbanos. Define as seguintes categorias de urbanização: centros metropolitanos de Lisboa e Porto; áreas metropolitanas suburbanas – associadas aos municípios contíguos aos dois referidos centros, marcadas pela alta densidade demográfica e emprego especializado; áreas metropolitanas suburbanas em consolidação – caracterizadas pela concentração de indústria, comércio e pela pressão urbanística para a construção²⁴; potenciais centros metropolitanos – caracterizados pelo aumento demográfico e com fortes capacidades

²² Sendo as mais emblemáticas a Crytical Software (informática) e a Crioestaminal (Cantanhede; investigação em células estaminais). Realça-se, ainda, o papel que a incubadora de micro empresas, associada à Universidade, o Instituto Pedro Nunes, desempenhou na sua consolidação.

²³ As Grandes Áreas Metropolitanas necessitam de ser constituídas por um mínimo de nove municípios contíguos e um mínimo de 35.000 habitantes. Por sua vez, as Comunidades Urbanas necessitam de um mínimo de três municípios contíguos e de 150.000 habitantes.

²⁴ Os autores citam Braga como o principal exemplo.

centralizadoras face às suas áreas limítrofes²⁵; áreas de metropolização – definidas como sub-áreas de outras áreas “satélites” consolidadas, caracterizadas por boas acessibilidades e pelo aumento populacional; áreas de dinâmica urbana – associadas a municípios com importância funcional num nível unicamente local ou regional; áreas periurbanas – associadas a áreas de crescimento populacional de baixa densidade demográfica; áreas de fraco dinamismo urbano – caracterizadas pelo decréscimo populacional, envelhecimento demográfico, poucas acessibilidades e com pouca capacidade de estruturação em rede; áreas sem dinamismo urbano – caracterizadas pela retracção demográfica e por pouca cobertura a nível de emprego e cobertura social. Traçando as redes de interrelacionamento entre todas as áreas, o estudo define, hierarquicamente, o seguinte “mapa”: áreas metropolitanas consolidadas, divididas pelas de Lisboa e do Porto; áreas metropolitanas potenciais – nas quais se integram os municípios de Braga, Aveiro, Viseu, Faro e Coimbra; áreas de dinâmicas urbanas – nas quais se integram as “áreas de influência” de Bragança/Mirandela/Chaves, Vila Real, Viana do Castelo, Évora, Beja, Portalegre/Elvas, Leiria, Sines/Santiago do Cacém, Castelo/Branco/Covilhã/Guarda e Entroncamento/Tomar/Torres Novas. No caso de Coimbra, definida como uma “área metropolitana potencial”, para além de possuir uma vasta área passível de “metropolização”, os autores apontam como principal característica o facto de conter um centro consolidado – a cidade de Coimbra –, uma sub-área contígua com funções centrais – Condeixa-a-Nova –; e a forma como as áreas limítrofes se estruturam hierarquicamente face às principais centralidades, quer através uma zona litoral, caracterizada pela existência de uma “estrutura rural homogénea”, de pendor mais disperso e não integrado; quer através da uma zona interior, caracterizada por uma maior homogeneidade e interdependência face ao centro.

Numa outra leitura, agora numa óptica global, Saskia Sassen (1994) traça a seguinte hierarquia: cidades globais – caracterizadas pela facilidade das comunicações e por serem sedes de empresas multinacionais (ex. Nova Iorque, Paris, Tóquio); megacidades – caracterizadas por uma elevada densidade demográfica e acentuadas assimetrias sociais (ex. São Paulo, Calcutá); metrópoles – geralmente cidades que conjugam o seu património e história com as valências da modernidade (ex. Paris, Madrid, Berlim); cidades periféricas – caracterizadas pela perda da sua capacidade centralizadora, funcionalidades e importância simbólica (ex. Marselha, Sevilha, Liverpool); cidades satélite – cidades caracterizadas por uma baixa funcionalidade e uma acentuada dependência face a outra de maior dimensão (ex. Postdam face a Berlim, ABC Paulista

²⁵ Os autores apontam como principais exemplos, Aveiro, Viseu, Coimbra e Faro.

face a São Paulo). Nesta óptica, atendendo à perda de algumas das funcionalidades de Coimbra, nomeadamente a tutela do ensino universitário, assim como o desgaste da sua “aura simbólica” poderíamos, perfeitamente, enquadrar Coimbra no quarto nível – o das “cidades periféricas”.

Uma questão premente na análise das hierarquias urbanas prende-se com a unidade geográfica a ser considerada. Repare-se que enquanto Saskia Sassen e o estudo da Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia optam por ter como unidade territorial a “cidade”, já o estudo de Patrícia Abrantes opta por considerar o “concelho”. Embora as questões principais se mantenham, nomeadamente a consolidação de centralidades, a terminologia aplicada pode ser essencial não só para a percepção (possível) do “todo”, mas também para a leitura dos indicadores. Refira-se que em termos administrativos, o município de Coimbra²⁶, sede de distrito, se situa na Unidade de Nível I (NUTS I) relativa a Portugal Continental, parte integrante da Região Centro (NUTS II), pertencendo à sub-região NUTS III, relativa ao Baixo Mondego. Esta última região administrativa (NUTS III) não serve fins unicamente de recolha de informação por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE). Ela também delimita quais as áreas de influência do município, nomeadamente as que pertencem ao Baixo Mondego: Soure, Penacova, Cantanhede, Mortágua, Coimbra, Montemor-o-Velho, Mira, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Mealhada. Neste sentido, estas são as áreas de influência directa do município de Coimbra, ou as áreas a partir das quais se estende a sua centralidade. Outra tipologia considerada é a da Grande Área Metropolitana de Coimbra, constituída em 2003 que, para além dos municípios citados, ainda integra Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Segundo o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN, 2005) são duas as vertentes determinantes para a capacidade de estruturação de um território: a competitividade – que afere, entre outros aspectos, a capacidade do tecido económico e empresarial, o desempenho do capital humano e financeiro, a inovação, a tecnologia, a capacidade de criação de “clusters”, as condições económicas e sociais da população; e a coesão – entendida nos níveis económicos e sociais, aferida pela distribuição da rede de equipamentos colectivos disponíveis, associada à sustentabilidade e à qualidade de vida. Tendo por base estas duas vertentes é traçado um Indicador Sintético de Competitividade e Coesão, instrumento que relaciona o Indicador Sintético de Competitividade e o Indicador Sintético de Coesão, sendo ambos definidos em termos

²⁶ O município é constituído por 31 freguesias e possui uma área de 319,4Km². (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

de “condições” à partida e medidos em termos de “resultados”. Esta metodologia traça outra hierarquia urbana das regiões portuguesas, baseando-se na tipologia de NUTS III. Considera a seguinte hierarquização: Regiões globalmente “avançadas” – de onde fazem parte as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga; Regiões “seguidoras” – divididas num primeiro grupo, constituído pelo Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego, e num segundo grupo constituído pelas regiões do Alentejo Litoral, Entre Douro e Vouga e Algarve; Regiões intermédias – constituídas pelo Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo; Regiões menos desenvolvidas – onde se integram as do Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Madeira; Regiões industriais com reduzida coesão – constituídas pelo Cávado e pelo Ave; Regiões globalmente “atrasadas” – constituídas pelo Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores.

Repare-se que, mesmo sendo diferente a tipologia utilizada, mesmo sendo aferidos indicadores de competitividade e de coesão e, não propriamente, os de capacidade centralizadora de perfil metropolitano, Coimbra, integrada na região do Baixo Mondego, volta a ser catalogada na mesma “posição hierárquica”, sendo de concluir que, quer entendida enquanto “cidade”, quer entendida enquanto “região administrativa”, os “resultados” obtidos acabam por ser, quase sempre, similares.

No entanto, a par da terminologia a utilizar subsistem outras dificuldades – as cidades (também aqui) são um processo. Logo, a questão principal mantém-se: o que determina as hierarquias urbanas? Segundo Alfredo Mela (1999: 200) aferir a “sustentabilidade” de um sistema implica, não só, o conhecimento sobre a sua realidade actual como também sobre os agentes que lhe determinarão o “estatuto futuro”. Esse “futuro”, que extrapola a lógica local, é parte integrante de um mundo globalizado. Nesta óptica, Whittaker (2000: 16) realça que para uma cidade conseguir sobreviver esta deve se tornar “atractiva” – ou seja, tem de conseguir capitalizar investimento, nomeadamente ser sede de empresas multinacionais, investir em sistemas de informação e comunicação, modernizar as suas infra-estruturas, fortalecer o terceiro sector, criar canais de conexão com o capital financeiro internacional e “dar vida às áreas urbanas degradadas”.

Trata-se de uma visão pertinente, mas para aferir os seus resultados torna-se necessário a consulta de vários indicadores. Nesta vertente, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recolhe informação estatística sobre os seguintes elementos: indicadores de

ambiente por município²⁷; indicadores de população; educação; cultura; saúde; mercado de trabalho; protecção social; contas regionais por NUTS III; variação média anual do índice de preços do consumidor por NUTS II; empresas por municípios; comércio internacional por NUTS II; agricultura e floresta por NUTS II e região agrária; pesca por NUTS II e porto; consumo de energia por município; construção e habitação por município; transportes por município; comunicações por município; hotelaria por município; sector monetário e financeiro por município; actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II; investigação e desenvolvimento (I&D) por NUTS II; sociedade e informação por NUTS II; indicadores de administração local por município; justiça por município; participação política por município. Repare-se que todos estes indicadores, analisados globalmente ou discriminados, constroem as hierarquias urbanas e podem ser interpretados de formas diversas. Neste âmbito, torna-se visível que os critérios que determinam quais as unidades territoriais em evidência nem sempre são coincidentes, ora privilegiando o município, ora privilegiando as NUTS, e, logo, remetem-nos para a visão inicial – a cidade nunca se encerra enquanto entidade fechada, ela traduz um eixo de interrelacionamentos nos quais a capacidade de centralizar é sempre a principal vantagem.

Nesta vertente, o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (2008), para além da competitividade, da coesão e da diversidade regional, determina que, num contexto global, as cidades e as metrópoles se devem pautar por dois objectivos essenciais – atractividade e prosperidade. Em termos genéricos, implicam as seguintes estratégias urbanas: “ser global” – favorecer as infra-estruturas de comunicação, as tecnologias e a utilização do “ciberespaço” como ponte entre a realidade local e o mundo globalizado; “ser digital” – reestruturar as práticas e as funções económicas, sociais e educativas dotando-as de infra-estruturas tecnológicas; “ser verde” – apostar na inovação tecnológica como ferramenta indispensável para a consolidação de uma sociedade “ambientalmente responsável”; “ser leve” – promover a flexibilização da força e dos meios produtivos, evitando o desgaste do meio ambiente; “ser denso em capital simbólico e em valor” – ou seja, “acumular um «capital simbólico» distintivo no quadro da concorrência com outras cidades quando se trata de atrair talentos, visitantes e novos residentes”; “ser competente” – apostar na criação de conhecimento e na inovação, pautar-se pela internacionalização das universidades e centros de investigação e pelo dinamismo cultural. Como podemos constatar, também aqui são muitas as estratégias, todas elas conducentes a outras hierarquizações.

²⁷ Todos os indicadores são analisados em termos de número de infra-estruturas, percentagem de população servida, distribuição por habitantes e despesas e receitas dos municípios.

Este relatório fornece, no entanto uma orientação “positiva” em relação a Coimbra. Ela, a par de Viseu, de Tomar e de outras cidades da região Médio Tejo, é entendida como uma das áreas urbanas a consolidar para a obtenção de um “polígono central de cidades”. A razão para esta “aposta” prende-se com o facto de ambas possuírem importantes funções nas áreas da saúde, do ensino, da investigação e da logística interna, ostentando também funcionalidades agrícolas, silvícolas e industriais. Em suma, são consideradas cidades com capacidade estruturante, ocupando “posições de charneira” entre as Regiões Metropolitanas e as “vastas” regiões do Interior²⁸. Há outro aspecto pertinente a ser considerado: o relatório denomina-as de “cidades rótula” – nomeação que nos remete, outra vez, para a temática da “construção da imagem”, demonstrando que toda a hierarquização, ao categorizar indicadores, não deixa de subentender um terreno favorável à criação de epítetos. Mas como podemos observar, “terceira cidade” não tem sido um dos mais utilizados.

²⁸ Referem-se à região do Pinhal Interior e aos eixos Guarda/Covilhã/Castelo Branco/Portalegre, Vila Real/Régua/Lamego e Ponte de Sôr/Évora/Beja.

4. Coimbra na competição entre cidades

Assistiu-se no início dos anos 20 do século transacto a uma acesa troca de argumentos entre as cidades de Braga e de Coimbra sobre qual das duas é que deveria ostentar o epíteto de “terceira cidade”. Embora, sucessivamente, tenham sido invocadas razões da mais diversa ordem, o que parece iniciar esta quezília prende-se com uma questão, aparentemente, simples – os serviços municipalizados de Braga possuem uma melhor gestão municipal face aos de Coimbra. Esta constatação não parte, especificamente, dos “bracarenses”, mas sim dos próprios conimbricenses, sendo este um dos múltiplos aspectos que parece caracterizar a retórica competitiva ao longo das décadas analisadas – a autocrítica e o autoelogio estão sempre presentes, muitas vezes no mesmo período histórico.

Pode ler-se na Gazeta de Coimbra de 24 de Março de 1923:

Os serviços municipalizados em Braga e em Coimbra: É no próximo dia 1 de Abril que a companhia arrendatária dos serviços de viação e iluminação da Câmara de Braga toma conta da sua exploração fazendo nesse mesmo dia, a inauguração da sub-estação hídrica da Ponte, que, como se sabe, receberá a energia hidro eléctrica da Central do Lindoso (...) Nós, em Coimbra, quanto à energia hidro eléctrica, continuamos a esperar que ela chegue numa manhã de nevoeiro, talvez na companhia de D. Sebastião....

A forma como o conflito se foi densificando a partir desta fase gerou um efeito “bola de neve” em que a retórica de pendor emocional foi sempre constante, não obstante os argumentos utilizados tentarem ser os mais objectivos possíveis. Repare-se, antes de mais, que esta questão da “terceira cidade” é bastante incidente nos anos 20, sendo diversas as notícias que aferem este epíteto e a sua importância enquanto mecanismo de afirmação identitária:

06/07/1922 – **Coimbra e Aveiro:** Estas duas cidades, pertencendo à mesma região das Beiras e têm afirmado nos últimos anos a sua vitalidade e ânsia de progresso. Material e industrialmente Aveiro é uma cidade florescente, a caminho de um grande futuro. (...) Aveiro coopera sempre nas festas aqui realizadas, e ainda há pouco a imprensa local veio em defesa de Coimbra quando se discutiu a primazia da 3ª cidade portuguesa²⁹;

22/07/1922 – **Depois das Festas:** Notas e Impressões: Esta cidade vai, é sabido, a caminho de ser um distinto e animado centro de turismo. (...) Depois pretendendo Coimbra, e com justiça, ser considerada a 3ª cidade do país, não pode dormir, pois, para que como tal se afirme, sem contestação das cidades que invejosamente lhe disputam essa honrosa situação, é preciso que ela as suplante com manifestações bem reais e evidentes de progresso, porque são estes os argumentos mais convincentes para sustentar o seu direito. Só de tradição e de poesia, hoje ninguém vive.

Esta temática da “terceira cidade” ostenta uma perspectiva dualista em que a competição – face a Braga – e a aliança – neste caso face a Aveiro – se constroem mutuamente e determinam os postulados essenciais do relacionamento entre cidades.

²⁹ Sublinhados pelo autor.

Este “conflito”, iniciado pela questão dos serviços municipais, facilmente desembocou numa troca de argumentos das mais diversas ordens. Se em alguns casos podemos, facilmente identificar um só argumento, ou um só foco de conflito, tal como o debate sobre o número de agentes da autoridade (1) que cada cidade deve ter, a questão do número de estabelecimentos de ensino (2) ou uma disputa centrada sobre qual das cidades possui um maior número de depósitos/depositantes na Caixa Geral de Depósitos (3), na maior parte das vezes os argumentos são invocados de uma forma desordenada, “misturados”, embora as temáticas sobre a demografia (4), a importância agrícola (5), a importância comercial e industrial (6), a importância postal (7) e, como seria previsível, a Universidade (8) sejam sempre uma constante:

1- Agentes da autoridade:

03/10/1922 – **A polícia de Braga e a de Coimbra:** O corpo de polícia cívica de Braga vai ter alguns guardas sinaleiros, que farão serviço nos pontos de maior movimento daquela cidade. Tendo Coimbra muito maior movimento de rua do que Braga, entendemos que o sr. comissário geral também deve procurar restabelecer esse serviço nalguns pontos desta cidade (...) A polícia de Braga, como a de Lisboa, também vai usar casaca tetae.;

2- Estabelecimentos de ensino:

10/05/1923 – **Coimbra e Braga:** Para aqueles que alimentem quaisquer dúvidas sobre a categoria e importância da nossa terra como a 3ª cidade do país, aqui publicamos alguns números extraídos do último relatório da Caixa Geral de Depósitos, números que só por si falam mais alto do que quaisquer discursos laudatórios;

3- Depósitos/depositantes na Caixa Geral de Depósitos:

11/09/1924 – **O liceu de Braga:** “De Braga foram expedidos ao Ministro da Instrução os seguintes telegramas: «Exmo Ministro da Instrução. Lisboa. Chamo a atenção de V. Exa para o meu ofício 212 de 29 de Maio, sem resposta, questão do liceu desta cidade. Braga não pode consentir ficar privada do seu liceu central, o que representa menos consideração e falta de justiça à terceira cidade do país. Braga que paga bem mais que Coimbra, tem superior importância comercial, industrial e agrícola àquela cidade, reclama iguais direitos. (...)Seria bem escusado dar a ferroada em Coimbra para conseguir o que deseja e que nós lhe concederíamos se isso dependesse da nossa vontade; mas a linda capital do Minho não vê bem a menos linda (não menos linda????) e próspera capital das duas Beiras, e sempre que pode prega a ferroada na nossa Coimbra. (...) Fique-se lá Braga com o seu Bom Jesus, e já não fica mal, e deixe Coimbra com o que cá tem e que dá para ver durante cinco ou seis dias. (...) Quanto a maior importância comercial, industrial e agrícola, contra essa informação protestamos. Coimbra tem maior importância comercial, o que pode ser afirmado pelas praças de Lisboa e Porto. Tem muito maior número de fábricas e indústrias, e quanto à importância agrícola, só poderia ser maior em Braga se lá tivessem os riquíssimos campos do Mondego.;

4- Demografia:

13/09/1924 – **Braga e Coimbra - Falam os números:** Continuam os de Braga marretando no velho assunto de querer que essa cidade seja a terceira das cidades portuguesas. Várias vezes temos provado à face dos números que nem pela sua população, nem importância comercial, industrial e agrícola, nem pela sua história, nem pelos encantos da natureza, monumentos, etc., etc. Braga pode tirar o direito a Coimbra de ocupar o terceiro lugar.

5- Agricultura:

16/09/1924 – **Braga e Coimbra – A sua importância agrícola:** Os de Braga, não contentes em pretender que a sua terra tenha maior importância comercial e industrial de que Coimbra, levam mais longe a sua doce ilusão, querendo que a sua importância agrícola seja também superior à desta cidade. (...) Confessamos a nossa estranheza pelo arrojo de querer afirmar que Braga tem maior importância agrícola do que Coimbra, quando é certo que Braga não tem um rio para lhe banhar os seus campos nem para dar o encanto das suas margens à paisagem local.

6- Comércio e indústria:

18/09/1924 – **Braga e Coimbra – A sua importância comercial e industrial:** Querem os de Braga que a sua terra tenha maior importância comercial e industrial de que Coimbra, mas nós não podemos conceder-lhe a grata satisfação de lhes dar essa primazia. (...)O movimento das casas bancárias em Coimbra é bastante grande. Assim também o movimento de passageiros e mercadorias das estações desta cidade ocupa o 3º lugar dentre todas as estações do país. A Coimbra chegam 19 comboios diários e a Braga 9.

7- Correios e comunicações:

20/09/1924 – **Braga e Coimbra - A sua importância postal – Falam as estatísticas** – Soma e segue: No que respeita a permutação de correspondência Coimbra surge em 3º e Braga em 4º lugar. Coimbra ocupa o mesmo lugar quando se fala em encomendas postais recebidas e expedidas, mas Braga desce para o 5º lugar. Coimbra conservou o mesmo lugar no serviço de emissão de vales de correio, e Braga desceu para o 6º lugar.

8- Universidade:

23/09/1924 – **Braga e Coimbra – A nossa Universidade – A gírdola final:** Coimbra, que era principalmente conhecida pela sua Universidade passa também a ser conhecida pelos melhoramentos e desenvolvimento que sofreu. Contudo ela não deixa de ser a grande valia da cidade. (...) O que diria Braga se lá tivesse tudo isto?.

Repare-se que, seja qual for o argumento invocado, seja a demografia, ou a importância comercial, industrial, ou agrícola, subsistem sempre duas ordens: a tentativa de hierarquização – sendo o primeiro posto desta competição a dois o terceiro lugar; o posicionamento simbólico – o epíteto de “terceira cidade” traduz uma tentativa, ou de manutenção (no caso de Coimbra), ou de reivindicação (no caso de Braga) da incorporação dessa categoria na “genética da cidade”. A toada retórica “vive-se” num tom de diálogo constante, em que tudo é questionado, tudo é colocado em causa, desde o mais complexo – número de médicos, advogados, tipografias, por exemplo – até o, aparentemente, menos signficante:

(sobre os espaços de lazer) 02/10/1924 – Onde têm os de Coimbra um café como o da Arcada, em Braga? E nós respondemos-lhes: Onde têm os de Braga coisa que se assemelhe sequer aos cafés de Santa Cruz, da Central e da Brasileira de Coimbra;

(sobre a gastronomia) 04/12/1924: Provavelmente nunca Camões iria a Braga nem dela ouviria dizer. (...) ... enquanto os de Braga só têm para nos oferecer as ‘fregideiras’, nós temos não só as arrufadas, mas o manjar branco e os pasteis de Santa Clara, os ovos de fio, os bolos de amor [etc.] (...). Aqui até os rouxinóis, os melros e os grilos cantam como não são capazes de cantar em Braga.

Este conflito retórico entre duas cidades, exactamente por assim o ser, também se baseia num aspecto interessante, a ironia mordaz, aliada à construção (manutenção) da imagem e a luta pelo terceiro lugar do ranking. Neste campo, mais do que as espingardas, até os vivos e os mortos são contabilizados:

07/10/1924 – No ano de 1917-1918 houve no concelho de Braga 2.897 óbitos e no de Coimbra 2.605. (...) Não nos espanta este facto visto que Braga é uma das terras do país que dá maior número de obituário. Provavelmente concorrerá para isto o facto dessa cidade não ter canalização de esgotos senão em algumas ruas. As fossas móveis estão ali ainda muito em uso, o que representa um grande atraso. (...) Nunca ninguém aqui morreu por beber água corrente do rio.

A competição, embora extrapole para órgãos noticiosos nacionais, tais como o *Jornal de Notícias*, é profundamente disputada nos e entre os jornais locais – *A Gazeta e Coimbra* e o *Diário do Minho* – com cada um deles a reivindicar a primazia da sua cidade.

Diário do Minho – 03/09/1924 – Apesar de ser a capital da mais linda e densa província de Portugal, terra que, depois de Lisboa e Porto, mais concorre para o erário público, é sempre esquecida quando tenha de receber o mais pequeno favor, se favor se pode chamar àquilo que ela paga. Se Coimbra tem o seu Choupal com os milhões de mosquitos e a praga de rãs, o penedo da Saudade e a estrada da beira, nós temos coisas muito melhores.

Embora a análise não incida sobre este conflito particular, não deixando, é certo, de o referir, ele torna-se indispensável para o entendimento do posicionamento da cidade de Coimbra desde os anos 20 até à actualidade e serve de mote para a abordagem. Reflecte a óptica da competição – um “processo” no qual a hierarquização e a construção da imagem são os elementos essenciais e implicam a identificação de “adversários”.

Mas a questão mantém-se: será que, actualmente, ainda faz sentido a utilização do epíteto de “terceira cidade” quando falamos de Coimbra? Auscultemos estas “oito visões de Coimbra”.

Para o economista José Reis essa questão já não faz muito sentido actualmente. Refere, no entanto, que Coimbra possui uma particularidade única face à bipolarização existente no país e às subsequentes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, visto que, não tendo uma área metropolitana significativa, consegue estruturar, sozinha, o território envolvente através da sua dimensão demográfica e da sua funcionalidade. No entanto, naquilo que entende como sendo o “paradoxo de Coimbra” refere que esta não se tem conseguido afirmar enquanto pólo dinâmico e estruturador. Menciona, por exemplo, que, mesmo em termos demográficos, a região do Baixo Mondego ostenta uma dinâmica demográfica menor quando comparada com cidades tais como Leiria, Aveiro ou a Marinha Grande e que Coimbra foi perdendo laços relacionais no sistema urbano português, nomeadamente com as cidades do interior. Nesta óptica, torna-se complexo descortinar se está em competição, ou em aliança/cooperação com outras cidades, visto não parecer existir nenhuma posição estratégica definida. Salienta, no entanto, que esta deve procurar “alianças activas”, tendo em particular atenção a transformação de um panorama local das cidades para um panorama global, no qual a “recentragem ibérica” ocupa um papel essencial. Em termos de condicionantes de discurso afirma que a cidade possui três vectores – administração pública, universidade e saúde – mas as pessoas identificam-nos como se fossem um só e, logo, não se consegue afirmar enquanto

estrutura compósita. Da mesma forma, o discurso “passadista” de muitos conimbricenses, incapazes de pensarem em termos de futuro, transforma-se no principal entrave: “Qualquer Queima das Fitas faz pior pela imagem da cidade que qualquer inimigo que tenhamos noutras cidades. Qualquer discurso barroco feito em Coimbra faz pior que qualquer inimigo exterior”. Para fazer face a estas problemáticas José Reis destaca três vectores para a orientação estratégica conimbricense na relação com as outras cidades: investir no eixo relacional Guarda/Covilhã/Castelo Branco; fomentar relações com a periferia espanhola, nomeadamente com Salamanca, Cáceres e Mérida; procurar um eixo relacional com Madrid.

Por sua vez, o engenheiro Pina Prata refere que Coimbra já foi a “primeira” cidade, capital do reino, mas hoje não faz sentido entendê-la como a “terceira cidade”. Pelo contrário, actualmente, Coimbra já não figurará no *ranking* das dez primeiras cidades do país. Como principal razão afirma subsistir uma disfuncionalidade baseada na falta de articulação entre os seus agentes que não conseguem operar numa lógica regional e nacional. Afirma que a competição tem de funcionar numa lógica global não se podendo competir com cidades do mesmo ambiente estratégico. Nesta vertente, refere que Coimbra oferece inovação e conhecimento (potencial) mas não oportunidades para as pessoas se fixarem, não conseguindo gerar o efeito de rede, nem de cooperação, traduzida na não afirmação de uma posição liderante na região centro. Como principais exemplos refere o facto de a cidade ter perdido a competição do “cluster” de saúde para o Porto e ter perdido para Guimarães a realização da “Capital Europeia da Cultura 2012”. Em termos dos condicionantes do discurso negativo, a par da inacção do Poder Local, aponta como principal responsável o Poder Central que, sistematicamente, foi privando Coimbra das suas funcionalidades, retirando-lhe serviços públicos e não lhe facultando recursos, aspectos que contribuem para uma imagem negativa da cidade. Cita, como exemplo, a forma desprestigante como o município leiriense catalogou as pessoas de Coimbra: “uma geração de aristocratas arruinados”. Pina Prata entende que Coimbra se deve afirmar numa estratégia inter-regional, enquanto líder da região centro, e estabelecer relações com cidades que “puxem por ela”, citando o exemplo de Barcelona, assim como cooperar economicamente com Leiria, Aveiro e Viseu. Da mesma forma, refere que esta deve defender vias de “atravessamento”, nomeadamente: apostar num nó ferroviário como “interland” de ligação a Espanha; na funcionalidade do porto da Figueira da Foz; num canal de ligação para a Serra da Estrela; numa maior funcionalidade do aeródromo, assim como na “afirmação” do rio Mondego como centralidade entre o interior e o litoral. Investir na inovação, no elo de ligação entre as empresas e a Universidade, na criação de pólos da Universidade noutras cidades, assim

como a promoção da marca “Coimbra” e não na criação de rótulos de “capital” deste ou daquele sector, são outras das estratégias apontadas. Afirma que: “Nós temos de jogar para primeiro. Não podemos jogar uma cidade para ser terceira”.

O vereador da Cultura Mário Nunes tem uma visão algo diferente. Refere que Coimbra é a “terceira cidade” em termos de cultura, conhecimento científico e monumentalidade, embora não o seja em termos de indústria e população, não deixando, porém, de “lembrar” que até 1255 foi a “primeira cidade”, capital do reino. Aponta como principais razões para o surgimento/manutenção desse epíteto não só a existência da Universidade, mas também de uma base industrial muito forte, entretanto desaparecida. Em termos de relação com outras cidades entende que Coimbra deve procurar uma lógica cooperante, embora realce que a cidade possui uma competição directa com Aveiro em termos de dimensão universitária e com Viseu em termos de monumentalidade. No entanto, embora refira que a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da UNESCO trará incontornáveis mais-valias, o excesso de crítica negativa por parte dos conimbricenses, assim como uma relação negativa com o poder central, simbolizado em Lisboa, são apontados como os principais entraves: “Embora com fases de amortecimento, provocado pelas más vontades de Lisboa e por algo que não se compreende, ainda temos raízes fortes. Raízes de 2000 anos”.

Para a docente Isabel Vargues o estatuto de “terceira cidade” já não faz muito sentido actualmente, visto o país estar centralizado em Lisboa e no Porto, embora considere Lisboa “autofágica”. Enquadra a origem do epíteto no séc. XIX, resultante da funcionalidade universitária de Coimbra no país. Refere que esta já foi capital do reino e a primeira cidade com foral, numa altura em que Lisboa já existia. Isabel Vargues entende a competição entre cidades como “saudável”, citando o exemplo das cidades com centro histórico, tais como Idanha-a-Nova, que têm sabido tirar proveito da sua condição. No caso de Coimbra, entende que esta não consegue competir com cidades da dimensão de Lisboa e do Porto, embora em termos identitários apenas seja comparável a Évora que possui outra das universidades mais antigas do país. Nesta óptica de comparação com outras cidades, embora entenda a realização da “Coimbra Capital da Cultura”, em 2003, como algo positivo, “melhor” do que a realizada no Porto e em Faro, refere que a cidade perdeu a realização da “Capital Europeia da Cultura 2012” para Guimarães, sem que tenham sido apontadas razões “credíveis”. Neste âmbito, refere que os projectos de Coimbra têm tendência para “emperrar”, muitas vezes por falta de articulação entre os actores internos. Da mesma forma, torna-se necessário combater o envelhecimento demográfico que se reflecte na diminuição do número de alunos na Universidade. Assim sendo, uma das soluções passaria por “reeducar” a sua

oferta educativa, não só em termos de perfil de aluno, como também numa aposta da cidade no turismo enquanto área de formação.

Para o engenheiro João Rebelo podemos falar em “terceira cidade” se consideramos Coimbra como a cidade de maior dimensão situada fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, ostentando uma dimensão de “cidade média europeia”. Refere que durante muitos séculos o epíteto se devia à existência da única universidade do país, observando que grupo das cidades mais antigas da Europa ainda se denomina de “Grupo de Coimbra”, algo que atesta o seu reconhecimento internacional. Sobre a competição entre cidades entende que as cidades europeias competem num universo de “cidades médias”, em termos de património e áreas científicas, embora no caso português o Estado Central interfira nessa competição, nem sempre de uma forma correcta. Ainda sobre este ponto, entende que se alterou o conceito de cidade e que hoje Coimbra “é” também Figueira da Foz, Cantanhede Condeixa e Mealhada, sendo a sua área de articulação o espaço da região centro, estendendo-se para a Guarda, Castelo Branco, Leiria e Covilhã. João Rebelo aponta como principais problemas a mentalidade local e uma falta de reconhecimento do exterior. Refere como exemplo o facto de nos últimos dois anos as PME³⁰ de Coimbra receberem prémios internacionais, mas terem sido noticiadas pela comunicação social como sendo de Braga. O mesmo sucedeu com o Instituto Pedro Nunes, premiado como “segunda melhor incubadora do mundo” (primeira da Europa), mas sem que lhe tenha sido dado qualquer destaque. Aponta como principal responsável o poder central por possuir uma política que apenas favorece as áreas metropolitanas e não as cidades médias. Como principal estratégia entende que Coimbra se deve afirmar como cidade alternativa às áreas metropolitanas e definir quais as funções dessas áreas que devem vir para a cidade. Nesta vertente, refere que o país deve apostar num modelo de desenvolvimento sustentado, baseado em cidades médias, e não num modelo subdesenvolvido, o das áreas metropolitanas.

Para Francisco Andrade, presidente da maior freguesia de Coimbra, a dos Olivais, hoje já não faz sentido utilizar o epíteto de “terceira cidade”. Observa que a diversificação de universidades noutras cidades lhe foi retirando esse estatuto, assim como a perda de toda a sua base industrial e o desvio da auto-estrada – aspecto que condicionou a menor entrada de pessoas na cidade. Da mesma forma, a falta de empregabilidade dos estudantes oriundos da Universidade e o encerramento das escolas comerciais também contribuíram para a diminuição do “peso” de Coimbra. Entende que as cidades competem na procura de “especificidades” que as distingam das outras e que possam

³⁰ PME’s – pequenas e médias empresas.

servir de pólos de atracção, citando o exemplo da Marinha Grande, conhecida pela indústria do vidro. Nesta competição Coimbra terá sido ultrapassada, em termos de estatuto, por cidades como Braga e a deslocalização de serviços públicos, ou de funcionalidades, para cidades limítrofes tais como Aveiro, Viseu ou Castelo Branco transformaram essas cidades, anteriores aliadas, em “cidades inimigas”. Como principais condicionantes refere que os habitantes de Coimbra não se preocupam com o facto de a cidade não ter indústria e de ser uma cidade, maioritariamente, de serviços, nem que o emprego gerado seja apenas de curto prazo, contribuindo para a ideia de “cidade estagnada”. Trata-se, no fundo, de um “Somatório de pequenos nadas que são desvalorizados, se estiverem desligados, mas que juntos têm um peso muito grande na vivência da cidade”. Como principais soluções entende que a Universidade deve fazer o elo de ligação com as empresas e que a cidade deve apostar em políticas de mobilidade, segurança, revitalização do centro histórico, promoção da sua identidade cultural, turismo (particularmente a indústria hoteleira), combate à exclusão social e não ter apenas como mais-valias a informática e a tecnologia.

Para o sociólogo Carlos Fortuna falar em termos de “terceira cidade” não faz muito sentido, embora possua um carácter simbólico muito acentuado. Trata-se, no fundo, de um epíteto assumido pela “mentalidade portuguesa” que sempre entendeu Coimbra como “ensanduichada” entre Lisboa e o Porto. Fortuna afirma que as cidades competem numa esfera global, sendo concorrentes face às outras em termos de determinadas estratégias, tais como o turismo, saúde, lazer, ambiente – aspectos que beneficiam os cidadãos. Entende que a competição não pode ser entendida no abstracto, devendo valorizar-se a cooperação com outras cidades. Sobre Coimbra, refere que esta não se tem sabido posicionar numa lógica de rede, sendo complexo definir se está em competição ou cooperação. Nesta vertente, Coimbra tal como outras cidades de pequena/média dimensão não pode ser entendida enquanto autónoma, mas sim em termos de uma “economia de escala” tendo que estar sempre presente o binómio competitividade/cooperação. Refere que, no entanto, embora seja uma cidade pequena compete em algumas dimensões com cidades maiores, sendo um dos exemplos apontados o elevado número de estudantes estrangeiros na Universidade. Da mesma forma, embora aponte a “Capital da Cultura 2003” como um “fracasso” e uma “experiência perdida”, considera que no campo da saúde Coimbra é “mais do que a terceira cidade”, embora, para além do *slogan* de “capital da saúde”, não se tenha sabido posicionar. Alguns dos exemplos apontados são o de não apresentar nenhuma política específica de auxílio à sua população mais carenciada, nem nenhuma política proactiva para fazer face à pandemia da gripe H1N1. Assim sendo, continua a ser uma cidade que

“tem a capacidade de desperdiçar iniciativas e pôr pouca criatividade e entusiasmo naquilo que pode fazer”. Outros casos apontados são a falta de acordos para a fixação de empresas no Coimbra Inovação Parque e a falta de acessos para o, quase pronto, hospital pediátrico. Como estratégias a seguir defende que uma cidade competitiva não pode ter apenas um único recurso (a Universidade) devendo apostar num Centro Internacional de Cultura Urbana e nas diversas áreas de turismo, citando o incremento do turismo religioso fomentado pela estreita relação da “vidente” de Fátima, Irmã Lúcia, com a cidade. Neste último ponto refere que o pacote turístico deve enquadrar uma lógica de rede – não só Coimbra, mas também Figueira da Foz, Bussaco, Sicó, entre outros.

Para o historiador António Leite da Costa o epíteto de “terceira cidade” enquadra-se numa lógica tripartida do país – Lisboa: centro político; Porto: centro económico e Coimbra: centro cultural. Refere que, actualmente, Lisboa enquanto capital enquadra os três níveis, apesar de o Porto continuar a ser um importante centro económico e cultural. Em relação a Coimbra esse estatuto ter-se-á alterado, caracterizando-se, hoje em dia, por uma acentuada decadência ao nível académico, criativo e de divulgação cultural. Aponta como principal causa para a perda de estatuto o facto de nos últimos cinquenta anos terem surgido várias universidades, quer públicas, quer privadas, tornando-se possível a afirmação de novas áreas de investigação e de ensino. Para o historiador, embora Coimbra, durante largos anos, tenha vivido exclusivamente para a Universidade nunca teve capacidades para se transformar numa verdadeira cidade universitária a exemplo de Oxford. Nesta óptica, defende que deve ser a “Universidade a servir a cidade” e não o contrário. Crítico dos slogans de “capital” deste ou daquele vector, entende que Coimbra deve apostar em empresas ligadas à inovação, à informática e às ciências médicas e farmacêuticas promovendo, simultaneamente, a integração dos licenciados no mercado de trabalho.

Estas “oito visões de Coimbra”, embora com diversas diferenças de causas, circunstâncias e estratégias, remetem-nos para a ideia de que, hoje em dia, não fará muito sentido falarmos em termos de “terceira cidade” para nos dirigirmos a Coimbra. Ora, cingindo-nos a este mesmo epíteto, facilmente verificámos que são várias as cidades que, actualmente, ainda disputam esse título ou que alegam tê-lo ostentado³¹. São os casos, por exemplo, de Ponta Delgada que “menciona” ter sido considerada a “terceira cidade” no séc. XIX ou de Luanda a quem muitos apontavam como a “terceira

³¹ Da mesma forma, a discussão sobre qual a cidade deve ser considerada a “terceira” continua bastante presente na actualidade, particularmente em fóruns de discussão na Internet.

cidade do Império” antes da descolonização. Existem outras mais recentes, geralmente imbuídas em projectos partidários, que encontram nesse título uma estratégia de afirmação política. Setúbal e Loures, nesse âmbito são as mais significativas. Mas Braga, sem querermos personalizar esta competição, persiste, actualmente, em ser a cidade que, ainda, reivindica o título de “terceira cidade” do país, no que pode ser considerado uma estratégia clara de desenvolvimento. Este epíteto está presente não só em diversas páginas pessoais de Internet, como também nos sites de diversos organismos oficiais de gestão municipal. Mas também na sua universidade local, nos seus centros de investigação, esta estratégia/constatação parece ter sido adoptada. Repare-se, por exemplo, como é elucidativa esta afirmação dos nossos “colegas” sociólogos bracarense (2003): “Com os fluxos de capital, da força de trabalho e a circulação da população estudantil não só têm aumentado os postos de trabalho (...) Braga-cidade – que é apontada como a terceira cidade do país...” (Leandro e Silva, 2003: 3).

Esta ressurgência, se é que alguma vez submergiu, da “terceira cidade” serve de base ao nosso trabalho embora ele não se restrinja a ela. No entanto, embora as suas roupagens sejam mutáveis, a competição entre cidades nunca deixou de ser uma realidade omnipresente – subentendendo este aspecto os princípios de uma transversalidade cronológica.

4.1 – Dos anos 20 aos 40

Os anos 20 conimbricenses não são imunes às crises internacionais, nomeadamente às consequências da Grande Guerra de 1914/18 na qual Portugal se viu envolvido e, consequentemente, à crise económica que lhe sucedeu. São também anos marcados pelas consequências da gripe pneumónica de 1919, férteis em convulsões políticas e sociais, greves sociais e períodos de fome contínua – aspectos que conduziram ao golpe militar de 1926. A nível municipal todos estes factores estão reflectidos, sendo particularmente assinalável a instabilidade política na administração municipal, visível na sucessão permanente de presidentes de câmara, governadores civis e vereadores, e nas dificuldades de gestão, tendo os municípios de fazer face a problemáticas que, anteriormente, eram da responsabilidade do Poder Central. Não obstante a instabilidade, existe uma noção clara de que a cidade necessita de se desenvolver: crescer demograficamente, ter uma rede de transportes, de iluminação, de saneamento e construir equipamentos sociais. Em suma: infraestruturar-se.

Nos anos 20 a cidade cresce realmente em espaço urbanizado, equipamentos e, principalmente, em termos demográficos, contrariando a tendência registada ao nível do distrito e do concelho. Mas “cresce”, fundamentalmente, em termos de afirmação retórica:

11/05/1920³² – Coimbra é “(...)a terra onde se bebe a água pura da Arte. Quando nos aparece, vista ao longe, depois de nos termos ausentado por algum tempo, ela surge, imponderável, hierática e linda, numa auréola mágica de luz, em sinfonias de rosa e oiro, que parece desabrochar num encanto de feeria”.

Este início apoteótico é, em suma, a imagem de marca desta década que segue oito orientações estratégico-discursivas: Regionalismo e conflito com o Poder Central – materializado na cidade de Lisboa; urgência de serviços públicos e acção social; gestão tripartida da cidade; homenagear os mortos da Grande Guerra; conflito da “terceira cidade” com Braga; a cidade industrial e a cidade turística; paridade com Lisboa e Porto; defesa da Universidade. Todos estes pontos coexistem com o evento mais significativo celebrado no mês de Maio – A Queima das Fitas.

Nos anos 20 a afirmação regionalista é uma constante, com a cidade de Coimbra a querer afirmar-se na vanguarda desse movimento. A linha seguida é fortemente anti centralista, e a cidade de Lisboa é o símbolo do que se considera errado na sociedade portuguesa:

³² O periódico analisado nos anos 20 é *A Gazeta de Coimbra*.

24/05/1921 - **Os congressos regionais – Desilusões e esperanças. A província contra Lisboa. A organização associativa regional:** (...) A província, como se vê, está repelindo energicamente Lisboa, não admitindo que ela se imiscua nos seus congressos, que positivamente não são feitos para que continue a triunfar a política perversa, absorvente e dissipadora do Terreiro do Paço, mas para o combater intransigentemente. (...) uma vez organizada a resistência da província, que quer viver do trabalho honesto e produtivo e da tranquilidade pública assegurada por governos sérios e competentes, ter se há acabado o reinado dos perturbadores (...) e a sua criminosa orgia terá os dias contados. Em Coimbra, parece que se pensa a sério nessa organização. Vai lhe dedicar o seu melhor e mais devotado esforço um grupo de homens sinceros e arrojados. (...) estamos certos que todo o país entusiasticamente os seguirá, abençoando tão útil e patriótica iniciativa, e, assim, Coimbra brilhantemente se afirmará nesse gigantesco movimento de ressurgimento nacional.

Existe um forte pendor crítico, fundamentado por uma orientação: a cidade tem uma palavra a dizer, uma ordem a dar na gestão do país. Existe, no entanto, a par dessa perspectiva crítica, um forte reaccionarismo discursivo – Lisboa, a “modernidade”, cidade das agitações políticas, traduz o contrário à ordem social estabelecida, algo que se deve combater:

26/05/1921 - **Desvairamento:** Os acontecimentos políticos, de carácter acentuadamente militar, que Lisboa, a capital das agitações permanentes, acaba de presentear, embora não produzissem ainda a mais ligeira manifestação sangrenta, alarmaram a alma nacional profundamente ferida pelo entrecocar violento das ambições e dos despeitos. Quem é que tem o direito de levantar conflitos de natureza revolucionária? Ninguém.

Embora esta centralização do “inimigo” em Lisboa tenha “arrefecido” em Junho de 1926³³, a orientação regionalista manteve-se, quer na afirmação de Coimbra como cidade “alternativa”, centralizadora face à capital, quer na sua estratégia de desenvolvimento:

01/05/1928 - **Congresso Beirão** (a realizar em Aveiro): Coimbra, é a capital da Região Central do País, e como tal necessário se torna que todos os Beirões se agreguem em redor da Lusa-Atenas, e peçam, e procurem obter para a nossa cidade, as organizações e instituições que possível seja separar do Terreiro do Paço, contribuindo, assim, para uma descentralização dos serviços públicos (...) Se é certo que Coimbra, militar, universitária, venatória, judicialmente é, o centro da Beira, isso não é bastante: necessário se torna completar o quadro administrativo e institucional de Coimbra com todos os serviços públicos que sejam de interesse regional e que, sem prejuízo para a Nação, se possam desintegrar, e dividir pelas regiões provinciais portuguesas.

Embora as críticas à acção municipal sejam uma constante, chegando a afirmar-se que os municípios não têm capacidades, nem económicas, nem de gestão, nomeadamente orçamental, existe uma reivindicação constante da urgência de serviços de assistência pública e hospitalar. A título de exemplo, refira-se que a obra mais elogiada como a mais emblemática, não só nesta década como nas de 30 e 40, é a Casa dos Pobres, sempre referida como um exemplo das “nobres virtudes conimbricenses” em prol da caridade. Nos sucessivos artigos denominados “Interesses de Coimbra” discute-se o papel das obras sociais (1921); a distribuição de alimentos à população (1922); a construção da maternidade e o edifício do hospício do Instituto Industrial e Comercial

³³ Golpe Militar que, posteriormente, levaria Salazar a Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Conselho de Ministros.

de Coimbra (1923); as dificuldades financeiras do Hospital Universitário, o abastecimento de água e a vacinação contra a raiva (1924); bombas para o abastecimento de água (1925) e a tuberculose (1926).

Muitas destas reivindicações, a par de grande parte dos sucessivos congressos realizados nestas datas, devem-se à acção conjunta de três entidades: a Câmara Municipal, a Associação Comercial de Coimbra – o que revela a importância deste sector nesta década – e, fundamentalmente, a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra – entidade fundada em 1909 com o intuito de preservar e promover os valores conimbricenses. A sua acção é particularmente visível, quer enquanto promotora dos interesses da cidade, nomeadamente comerciais e turísticos, quer enquanto órgão de gestão, naquilo que constitui, claramente, um segundo poder. As suas actividades, as suas contas, são publicadas com o estatuto oficioso, chegando a ser sobre ela que recai a escolha dos representantes da cidade nos congressos regionais³⁴. Muitas vezes, também é sua a decisão sobre as áreas urbanas, ou monumentos, que devem ser alvo de acções promotoras. Da mesma forma, é uma presença regular nas visitas dos membros do Governo e são da sua autoria algumas das iniciativas para a recolha de fundos para a construção de um monumento em homenagem aos mortos da Grande Guerra, tendo este aspecto uma particularidade interessante – mais do que os “mortos portugueses” o monumento pretende homenagear os “mortos conimbricenses”, sendo revelador de um certo nacionalismo de pendor local. É esta vertente “nacionalista, centrada no local”, ou bairrista, que se encontra no conflito com a cidade de Braga sobre o estatuto de “terceira cidade do país”. Embora os meses de Maio apenas refiram uma notícia sobre este conflito:

10/05/1923 – **Coimbra e Braga:** Para aqueles que alimentem quaisquer dúvidas sobre a categoria e importância da nossa terra como a 3ª cidade do país, aqui publicamos alguns números extraídos do último relatório da Caixa Geral de Depósitos, números que só por si falam mais alto do que quaisquer discursos laudatórios;

Esta retórica está fortemente imbricada nesta década. Coimbra é a “terceira cidade”, dado indiscutível, mesmo que se critique por não “ser mais”:

06/05/1926 - **Rainha Santa Isabel, Festas da cidade, o que há feito?:** Coimbra, a Atenas Portuguesa, a terceira de Portugal; dignos da categoria que teem – Primeiros de Portugal, dos melhores da Península, o que se tem feito para que eles revistam o indispensável brilho, e por eles haja o interesse de todos?

³⁴ Chega, inclusive, a par da Câmara Municipal e Associação comercial, a receber os delegados estrangeiros da Conferência Inter-parlamentar do Comércio realizada em Coimbra em 1921 – outro dos factores que realça a ideia da “cidade comercial e industrial”, urbana e profundamente cosmopolita.

Note-se que mesmo quando a cidade reivindica, mesmo quando ela critica, ela não deixa de estar a assumir que o é. E nesta década, Coimbra não apenas reivindica como também se vê como uma cidade industrial e uma cidade turística:

10/05/1923 - Coimbra está demonstrando bem evidentemente que, além dum importante centro comercial e industrial, que já hoje é, pretende ser uma cidade distintamente visitada, entre as mais visitadas do nosso país, e para isso trabalha com vontade, entusiasmo e inteligência”. Restaurantes e luxuosas pastelarias e está a trabalhar para ter um hotel de luxo.

Esta visão da “cidade industrial”, da “cidade turística” não é, de todo, incompatível, com a de “cidade universitária” que continua a reivindicar para si esse estatuto:

(cont.) A cada instante novas iniciativas audaciosas e heróicas teem surgido erguendo empresas, construindo fábricas, traçando planos em que o trabalho canta (...) Como para demonstrar a sua incontestada posição de primeiro centro mental do país, Coimbra, antiga e quasi medieval, lendária e quasi romântica, adapta-se dessa maneira às novas condições que o progresso dita e a nova civilização impõe definitivamente. Coimbra, triunfa, pois, na nova maneira porque é preciso afirmar a força superior dos grandes núcleos urbanos.

Este “triumfo” de Coimbra, esta identificação com o “urbano”, traduzem uma lógica futurista de desenvolvimento industrial:

(cont.) **Coimbra fabricando automóveis:** (...) O nosso principal objectivo será trabalhar afanosamente, sem receios e sem exaltações, por conseguir fabricar automóveis que, fabricados em Coimbra, inteiramente, honrem a Indústria de Coimbra, afirmem a produção nacional, e nos tragam a conquista do nosso importante mercado, dos das nossas ricas colónias e desse vasto e poderoso Brazil.

A “cidade industrial” está visível nas propostas e ambições: realiza-se a Conferência Inter-parlamentar do Comércio (1921); são noticiados os interesse de uma empresa belga em construir um grande hotel, de um grupo do Porto na construção um casino, anunciada a construção de uma grande fábrica de tecidos (1922); o encontro de profissionais do comércio (1924); uma exposição industrial e artística (1926); são noticiados pedidos de informações de várias cidades portuguesas, sobre Coimbra, junto à Comissão de Turismo, publicam-se títulos sugestivos tais como “Coimbra, centro de turismo” e “Coimbra, centro de excursões” (1929); etc.

Em relação à paridade com Lisboa e Porto ela expressa-se em duas vertentes. A primeira prende-se com o facto de todos os números do jornal possuírem colunas dedicadas a estas duas cidades ostentando, geralmente títulos caricatos, tais como “Crónica Alfacinha” e “Crónica Tripeira”. A segunda, no entanto, já reflecte uma ameaça – Coimbra começa a sentir-se ultrapassada nesta relação a três. Não particularmente pelo conflito com Braga sobre a “terceira cidade”, mas pelo gradual desprestígio da Universidade:

27/05/1922 - **O Ministério da Instrução e a Universidade de Coimbra:** Despesas do Estado com a instrução universitária: Lisboa – 1.024 contos, Porto – 677 contos, Coimbra – 586 contos. Negou-se agora à sua Universidade umas centenas de contos, amanhã suprimir-se-á uma Faculdade, depois a Relação... Coimbra é para os políticos um maravilhoso campo de experiências... porque Coimbra nunca protesta. Coimbra não vive hoje exclusivamente da sua

Universidade. Coimbra possui atualmente um comércio valioso e indústrias florescentes que lhe dão uma posição de destaque na vida económica portuguesa. Mas daqui ninguém conclua que Coimbra possa esquecer os interesses da sua Universidade, que são os seus interesses, porque da Universidade lhe veio a fama e a prosperidade, e porque por ela tem tido na vida económica, política e social do país uma intervenção importante. (...) perguntar em nome da cidade ao Governo de Lisboa se negando à Universidade os meios de vida, pretende vexar os seus professores, diminuir o seu valor... ou se acaso se prepara mesmo para a extinguir!

Este “ataque” sentido pela cidade, simbolizado aqui na Universidade, não se parece cingir a esta entidade. Em todo o sector do ensino, Coimbra vê a sua posição como “centro intelectual” posta em causa, tal como acontece, por exemplo, com a Escola Normal Primária a quem excluem da realização de exames para o curso de preparação do ensino primário complementar:

19/05/1927: **Coimbra e a reforma do ensino primário:** (...)Coimbra, além das suas tradições escolares, radicalmente acentuadas e características tem uma estrutura cultural e pedagógica em todos os graus de cultura quase em absoluto idêntica às de Lisboa e Porto, somente mais desenvolvidas nos ramos artísticos e técnicos. (...) Coimbra impõe-se como centro de cultura, como foco de instrução em toda essa vasta região, servindo-a pela difusão do ensino, pela centralização das suas escolas. Num país que, como o nosso, está estruturalmente, geograficamente tripartido em três regiões mais ou menos características, e onde de há muito, a descentralização dos poderes públicos vem sendo criteriosamente tripartida pelas sedes dessas regiões – Lisboa, Porto e Coimbra – não se justifica a maneira como, nesta reforma, se esquecem os legítimos interesses de carácter histórico, racional e justo.

De facto, esta visão do país tripartido começa, aqui, a “partir-se”. Embora a cidade não deixe nunca de ser reivindicativa, de se afirmar como um “centro comercial”, um “centro turístico” e um “centro industrial”, antes de tudo, sempre se considerou um “centro intelectual”. Mais do que isso, vê-se como a “primeira cidade” neste campo. Este gradual desprestígio dessa centralidade começou, com mais incidência nesta altura, a ser o seu calcanhar de Aquiles.

Assim como nos anos 20, os anos 30³⁵ acentuam muitas das características anteriores. Os problemas de carência de infra-estruturas, as críticas à gestão, não surgem com a mesma frequência e a cidade parece evidenciar o mesmo crescimento demográfico e urbanístico. No entanto, Coimbra insiste na afirmação retórica, na tentativa de marcar o seu espaço, de definir centralidades. Nesta década, marcada pelo apogeu das ideologias totalitárias, a cidade segue cinco linhas principais: ser um centro nacional de estudos; a cidade do pensamento, da arte e da cultura; o “nacionalismo bairrista”; ser um centro de turismo; a retórica de “terceira cidade”.

O discurso regionalista continua a estar presente, agora simbolizado na região da Beiras, assim como a acção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e da Associação Comercial³⁶, mas o discurso anti centralista não está tão vincado, dando-se mais relevo

³⁵ O periódico utilizado para o observatório de imprensa dos anos 30 é *A Gazeta de Coimbra*.

³⁶ Nesta década já surge com a designação de Associação Comercial e Industrial de Coimbra.

às características “essencialistas” da cidade, entendidas enquanto pólos de atracção de uma região. Seja qual for a temática abordada, esta visão está omnipresente:

28/05/1932 - **Coimbra, centro nacional de estudos e a tuberculose:** Coimbra tem, acima de todas as outras, uma função nacional: a função educativa. A sua característica de cidade escolar sobrepõe a tudo o mais;

09/05/1933 - **Jardins e crianças:** Portugal possui três capitais, distribuídas admiravelmente – Lisboa, a capital da vida, da alegria, rival das grandes capitais do mundo; Porto, a capital do trabalho, da riqueza nacional e Coimbra, a capital do pensamento, do universalismo, da tradição...

Mesmo que continue a subsistir uma perspectiva autocrítica das suas fraquezas...

(cont.) – Lisboa e Porto vão caminhando na senda do progresso, do modernismo e da superior urbanização. Coimbra, queda-se estacionária, quando não caminha ao contrário do progresso e da civilização, combatendo-os, aniquilando-os. (...) Coimbra, essa, não possui um jardim para crianças!...

...a cidade nunca abandona a visão de que a vertente escolar é o seu principal trunfo:

09/05/1933 - **Nova cidade universitária:** Coimbra, transformada, melhorada, centro de cultura e civilização, visiona novas directrizes e novos horizontes, enquadrando-se no movimento cosmopolita, alargando a área do seu território, ampliando as suas instalações, e integrando-se no verdadeiro progresso, numa evolutiva e constante marcha.

Nesta vertente, são publicados sequências de artigos denominados “O futuro de Coimbra” que, invariavelmente, reivindicam esta função educativa, não só a nível local, como também a nível nacional:

18/05/1933 - **O futuro de Coimbra 1 – Coimbra, centro nacional de estudos!:** (...) O futuro de Coimbra – é preciso repeti-lo a todo o instante por meio dum poderoso alto-falante colocado no cimo da torre da Universidade – está no desenvolvimento da sua função escolar. É esta a sua função vital: tudo quanto contribuir para a intensificar, levará ao engrandecimento da cidade. Mais do que função local, é função nacional: o País só tem a lucrar que, como centro escolar, Coimbra predomine sobre todas as outras localidades, constituindo o centro nacional da escola em todos os seus graus e modalidades (...) Deslocar para Lisboa ou Porto – e outras cidades não lembram – a função primordial de Coimbra é afrontá-la com outras que àqueles centros de direito pertencem.

Esta visão chega, inclusive, a manifestar características de uma espécie de “estrutural-funcionalismo urbano”, em que cada uma das cidades ostenta uma função específica e deve cingir-se a ela:

(cont.) – À semelhança do organismo animal, um País distribue a cada uma das suas partes funções mais ou menos especializadas, mas quando um só lugar pode concentrar e desenvolver uma determinada função, é isso uma real vantagem. Se Lisboa tem funções de capital do País, de grande porto de mar, de cidade de prazer e de recreio; se o Porto é cidade de trabalho, de indústria e de comércio; porque se não há-de dar a Coimbra o primado que ela sempre gozou e que nenhuma outra pode melhor exercer?”

Mais uma vez o “centralismo educativo” não se restringe à Universidade e Coimbra continua a reivindicar novas funções educativas: seja um Bairro Escolar para o ensino técnico (1933); sejam Escolas Sanitárias, sejam escolas de ensino artístico (1934). Esta última “reivindicação” enquadra-se na ideia da “cidade do pensamento, da arte e da cultura”:

01/05/1934 - **A Arte em Coimbra:** É consolador e desperta nos ânimos propensos às concepções idealistas uma estreita e íntima comunicação das mais gratas impressões, ao constatar-mos que a Lusa Atenas está sendo um centro, onde se revelam as produções belas, que a arte, em todas as suas modalidades se pode e deve manifestar.

Também aqui, a arte, a cultura, a ciência ostentam um perfil essencialista:

22/05/1934 – Coimbra iluminada pelo sol da civilização percorre o caminho traçado pelo seu destino histórico e em todos os tempos tem revelado qualidades que muito a nobilitam e a fazem sobressair. Cidade destinada desde longos anos para a cultura científica e literária, tem-se revelado também nas formas da Arte, que em Coimbra tem revestido os aspectos mais surpreendentes;

04/05/1935 - **A sala de exposições:** Desde longa data que nós, neste empenho sempre crescente de sermos úteis a Coimbra, vimos defendendo a ideia de se trabalhar com todo o afinco para conseguir-se nesta cidade uma sala própria para a realização de exposições de Arte. Coimbra tem sido uma terra preferida pelos pintores de Portugal para exibição das suas telas.

Há um aspecto curioso: a arte, aqui, não se enquadra, propriamente, numa visão universalista. Pelo contrário, ela, a par da competição acentuada a dois níveis – face a Lisboa e Porto³⁷ pela primazia da função educativa e face à manutenção do título de “terceira cidade” do país – ostenta fortes perfis de um “nacionalismo bairrista” onde o ataque a tudo que não pertence à cidade é uma constante:

28/05/1932 (sobre a tuberculose) – Tenho a opinião (que aliás será a de toda a gente) de que não convêm atrair a Coimbra tuberculosos que não lhe pertençam por não serem da região; mas, aparecendo eles, como recusar-lhes a admissão nos Hospitais da Universidade?;

11/05/1933 - **O Palácio da Justiça e os artistas de Coimbra:** Várias vezes temos demonstrado o valor dos artistas de Coimbra, em todos os campos da arte. E é sempre com tristeza que vemos, nos trabalhos a realizar nesta cidade, a intromissão de artistas estranhos, que, mesmo sendo consagrados, não constitue tal facto uma desculpa, porque Coimbra também possui consagrados (...)A intromissão de artistas alheios a uma região nos trabalhos oficiais da mesma, constitue uma afronta ao seu valor, uma falta de protecção ao trabalho regional, no momento terrível de crise que se atravessa. Felizmente em Coimbra existe um critério simpático (...) e assim os nossos artistas são preferidos a quaisquer outros. O exemplo desta afirmação, temo-lo nas obras do Palácio da Justiça, onde a superioridade do artista coimbrão se tem demonstrado nitidamente (...)A Coimbra pertence essa casa e nela devem colaborar apenas os nossos artistas. Importá-los de fora é, não só um crime, mas uma terrível ofensa aos valores dos nossos pintores decoradores.

Em termos retóricos esta visão também é corroborada na forma desprestigiante como outras localidades são retratadas:

08/05/1935 (sobre o turismo) – Quando outros meios, muito menos importantes que o nosso, pretendem, por todas as formas, impor-se à admiração do turista, valorizando-se perante ele (...);

19/05/1936 (sobre a falta de iluminação das ruas) – Há outras terras menos importantes que a nossa, onde se consome a mesma energia que Lindoso fornece à Câmara por um preço muito mais razoável (...).

Tal como na questão da arte e da cultura, a procura da afirmação da cidade como centro turístico não se incompatibiliza com a retórica bairrista. São diversas as visitas da

³⁷ A competição não deixa de ser sinónima de paridade. As colunas “Panorama citadino” (sobre Lisboa) e “Atitudes do Porto” são disso um exemplo. Da mesma forma, o espaço dedicado a outras localidades é muito reduzido, mesmo tendo em conta a dimensão dos jornais da época, geralmente cingidos a seis páginas.

Comissão Nacional do Turismo à cidade³⁸, cabe a Coimbra o encerramento do Congresso Internacional de Turismo (1933); os teatros locais são dinâmicos³⁹, o Parque da Cidade é apresentado como a “obra máxima” da Comissão de Turismo (1935); as Queimas das Fitas são sempre elogiadas, são publicados artigos e discutem-se novas infra-estruturas⁴⁰. Em suma, também nesta área a cidade tenta afirmar-se como um centro:

19/05/1938 - **Turismo:** (...) Coimbra tem condições especialíssimas para poder marcar como um grande centro turístico. As suas belezas naturais, ao encanto sem par da paisagem maravilhosa, da graça dos costumes e da poesia da tradição, alia uma situação geográfica privilegiada, que a distingue entre todas as outras terras do País e da qual poderia tirar-se um magnífico partido.

Embora em todas as orientações estratégicas a cidade apareça combativa, embora as palavras estejam marcadas por uma retórica essencialista, associadas ao “imutável”, subjaz um discurso emocional de que persiste um certo marasmo, de que não se atingiu, exactamente, o que se queria. Esta perspectiva está imbuída no discurso da “terceira cidade”, ora retratada numa retórica de desânimo:

19/05/1934 – **A pavimentação das ruas de Coimbra precisa ser melhorada:** Ainda há poucos dias, dois estrangeiros, que precedentes de França vieram em visita a esta cidade nos formularam a pergunta que encima este artigo.(...) Na realidade, tendo de afirmar que a cidade de Coimbra é a terceira cidade do país, eu tinha de atenuar o mais possível os defeitos, que ainda se notam (...);

ora retratada numa retórica apoteótica: 04/05/1935 (sobre a sala de exposições): “Meio culto e importante, com tradições muito honrosas e com foros legítimos de terceira cidade do País (...)”. De facto, mais do que as orientações estratégicas citadas, sobressai esta paradoxal dualidade – a cidade é, simultaneamente, a tese e a antítese de si própria.

Tal como a década de 20, os anos 40⁴¹ são marcados por outra guerra mundial e por uma acentuada crise económica, de combustíveis, alimentar e agrícola, potenciada pela escassez de chuvas. Em termos da cidade, esta década é assinalada por dois factos: o início do plano de construção da Cidade Universitária na Zona Alta⁴² e a imprecisão dos indicadores demográficos, aspecto condicionado pela discriminação em freguesias urbanas, suburbanas e rurais. É, também, marcada pelo incremento do planeamento urbano, particularmente pelo Plano De Groër⁴³ e pela criação de um Gabinete de

³⁸ Chegando, inclusive, a editar um documentário intitulado: “Coimbra...”.

³⁹ Os três teatros citados – Avenida, Tivoli e Sousa Bastos – a título de curiosidade, já não existem.

⁴⁰ Em 1935 ocorre um curioso debate sobre o que traria mais vantagens à cidade, um estádio de futebol ou uma arena tauromática.

⁴¹ Anais do Município de Coimbra – 1940-59. Biblioteca Municipal de Coimbra. 1981.

⁴² Que condicionaria o, posterior, realojamento dos habitantes dessa zona nos bairros de Celas e Marechal Carmona.

⁴³ Substituído nos anos 50 pelo Plano Almeida Garrett.

Urbanização⁴⁴. Os anos 40⁴⁵ seguem seis linhas essenciais: promoção da Figueira da Foz; o salazarismo; o “nacionalismo bairrista”; a cidade da saúde; o regionalismo; a cidade mnemónica.

O entendimento da Figueira da Foz como cidade satélite de Coimbra é bastante premente nesta altura. São diversos os artigos que as relacionam: quer se esteja a falar de uma exposição de pintura evocativa das duas cidades (1940)⁴⁶; quer se refira a homenagem da Casa das Beiras à Figueira (1941); quer na inauguração de novas ligações ferroviárias entre as duas cidades (1942); quer promovida enquanto localidade turística (1945); quer nas colunas noticiosas que lhe dedicam sempre um espaço. A Figueira da Foz começa a ser entendida, não propriamente como um aliado em igualdade de circunstâncias, mas como um apêndice da ideia, entretanto esmorecida, de Coimbra ser um centro turístico.

O que torna mais complexa a análise aos anos 40 deve-se à tipologia retórica utilizada. Enquanto que nas décadas anteriores se sentia um discurso mais centrado na cidade, assiste-se, a partir desta data e até ao início da de 70, a uma retórica fortemente condicionada/imbuída por uma conjuntura nacional totalitária e centralista, onde os discursos mais inflamados, ou mesmo mais “sectários”, são abafados pela omnipresença do Estado, sendo os seus diversos mecanismos de defesa, dos quais a Comissão de Censura é o melhor exemplo, extremamente inibidores. Logo, o que era, anteriormente, um discurso em prol da cidade torna-se, gradualmente, num discurso em defesa do Estado, mais especificamente do salazarismo:

01/05/1941 - **A homenagem patriótica ao sr. Dr. Oliveira Salazar – constituiu um voto de confiança da Nação:** Coimbra, que tão avessa é a aplausos, que só se manifesta rugindo protestos, desta vez, uniu-se a todas as cidades e vilas de Portugal, aplaudindo o Homem a quem a Nação deve o seu actual bem estar. Duas razões, ambas poderosas levaram Coimbra a manifestar-se – homenagear o seu filho espiritual e o estadista que salvou a Nação. É que Coimbra sente que também contribuiu para o rejuvenescimento da Pátria portuguesa, dando à Nação, um dos seus filhos mais queridos – Salazar!.

Esta evocação é particular: Coimbra “orgulha-se” de ter contribuído para o “surgimento” do estadista, nascido em Santa Comba Dão, mas antigo aluno e docente da Faculdade de Direito da sua universidade. Nesta vertente, grande parte das notícias “elogiosas” são de âmbito nacional: dá-se um grande destaque às celebrações do aniversário da Revolução Nacional, ao Benfica, Lisboa já não é entendida como o

⁴⁴ É também nesta altura (Julho de 1940) que é construído o campo de aviação de Cernache, baptizado posteriormente de “Bissaya Barreto”.

⁴⁵ Nota: de 1940 a 1946 o observatório de imprensa trabalha artigos da Gazeta de Coimbra, a partir de 1947, e assim sucessivamente, artigos do Diário de Coimbra.

⁴⁶ Referência à exposição intitulada: “Coimbra e Figueira na pintura portuguesa feminina”.

“inimigo” mas como a “cidade do poder”⁴⁷, Coimbra possui a “sua” Mocidade Portuguesa, etc. Assim sendo, toda e qualquer visita de um membro do Governo é celebrada de uma forma apoteótica: 30/05/1938 (sobre uma “breve passagem” do ministro da economia, vindo da Figueira da Foz) – “As classes operárias de Coimbra e a população consumidora do Distrito, promovem no dia 10 de Junho uma grande manifestação popular ao ministro da Economia”. Este inevitável alinhamento com o Poder Central⁴⁸ condiciona o “nacional bairrismo” que, não tendo grande capacidade de se exprimir em artigos inflamados, encontra na publicidade uma caricata forma de expressão, como neste anúncio da fábrica de bolachas Triunfo, uma constante em toda esta década:

Sejamos Bons Conimbricenses – Não consumir produtos fabricados em Coimbra e que se vendem em tão boas condições de preço e qualidade como os melhores de outras procedências, é concorrer para o desemprego e empobrecimento da nossa região. – Preferi: Bolachas e Massas TRIUNFO – fabricadas em Coimbra.

Já que as retóricas de “cidade da arte e da cultura”, “cidade industrial”, “cidade comercial” e “cidade turística” não se manifestam tão expressivas⁴⁹, começa a surgir a ideia, ainda muito embrionária, de “cidade da saúde”. Tal como o regionalismo anti centralista dos anos 20, ela também emerge numa perspectiva conservadora, insurgindo-se contra o que considera serem “desvios” da perspectiva “purista” do estudante/médico de Coimbra:

27/05/1943 - **Medicina Industrial:** Em Coimbra não se industrializou a medicina, esta é a grande verdade. A medicina não abriu banca de mercância com Máquina Registradora e guarda-livros à espreita para escriturar a «Caixa». Aqui não são precisos tickets para ter acesso nos consultórios – como quem puxa do bilhete à entrada do teatro. (...) Os nossos médicos continuam estudantes mesmo depois de formados, a viver modestamente, de consciência limpa, não se aproveitando do infortúnio alheio, não desvirtuando nem traindo a sua alevantada missão.

Ainda são pequenos os indícios desta “viragem” para a saúde⁵⁰, mas esta ideia fortemente ancorada na figura de Bissaya Barreto, a quem é dado um sucessivo destaque⁵¹, tornar-se-ia determinante na estratégia de gestão da cidade.

Tal como nos anos transactos o Regionalismo mantém-se uma constante. Embora não tão reivindicativo como nos anos 20, manifesta-se como pólo aglutinador em torno da região das Beiras. É dado um largo destaque noticioso a todas as povoações da região:

⁴⁷ Da mesma forma, são elogiados os trabalhos da Casa das Beiras e da Casa do Distrito de Coimbra em Lisboa, uma espécie de “embaixadores” da cidade e da região na “cidade do poder”, ou “cidade do Governo”.

⁴⁸ Refira-se, a título de exemplo, que a Associação Académica de Coimbra requereu, em 1947, ao ministro da Economia para que o filme “Capas Negras” não fosse exibido no Brasil.

⁴⁹ Não significando que tenham sido abandonadas, já que viriam a ser retomadas nas décadas posteriores.

⁵⁰ Nesta mesma data reunir-se-iam em Coimbra três cursos médicos, por exemplo.

⁵¹ Não só na medicina como também na política.

Viseu, Tondela, Penela, Arganil, Tábua, Pampilhosa da Serra, Guarda, etc; predominam os artigos sobre a matéria e a realização de Congressos Regionais. Note-se que o Regionalismo não contraria o centralismo do Estado. Pelo contrário, é incentivado por ele, imbricado nas suas temáticas mais particulares – o “culto da terra”, as aldeias, a ideia de “província”, etc. Mais uma vez, Coimbra coloca-se na “vanguarda” desse movimento numa estratégia de afirmação da sua capacidade centralizadora:

05/05/1948 - «**O Regionalismo** – Para o ser verdadeiramente tem que traduzir-se na acção. Se me é permitido, aqui deste centro principal, e fulcro da actividade do nosso Regionalismo, eu pedirei que daqui saia, como preocupação máxima da actividade durante o ano de 1948, a realização do VIII Congresso. Que ninguém falte à chamada e mais uma vez sejam um por todos e todos pelas Beiras»⁵².

Embora todos as datas observadas recaiam sobre a realização da Queima das Fitas, evento celebrado de forma “efusiva”, a década de 40 é fortemente ancorada na construção mnemónica de epítetos, surgindo diversos associados ao desfile académico: “Coimbra académica”; “Coimbra eterna!”; “Coimbra, esta sempre menina e sempre graciosa terra do Mondego (...)”; “Coimbra da tradição”, etc. Embora nem só de “tradição” pareça viver a gestão universitária da altura, tendo grande destaque a realização, em 1948, da Exposição Internacional de Actividades Académicas, permanece a construção retórica de perfis essencialistas, de contornos “místicos”: 21/05/1948 – “Já não há Alta académica e morreram as tricanas de olhos românticos, xailes leves como aves e chinelinha na ponta do pé? Não importa! A alma, a verdadeira alma de Coimbra, essa não morre nunca!”

Embora o discurso essencialista seja comum às três décadas, persistem diferenças. Enquanto a década de 20 é assinalada pelo combate por uma posição do “ranking” – ser o “centro mental do país”; ser a “terceira cidade”; ser a alternativa face a Lisboa e Porto – fortemente imbuída na temática das hierarquias urbanas, a década de 30, não obstante demonstrar que a cidade tenta continuar a lutar, já revela fortes sinais de que essa batalha se começou a perder – podendo entender-se o “nacionalismo bairrista” como uma política de resistência face à premonição da derrota. Da mesma forma, mesmo emergindo modelos alternativos de desenvolvimento em torno da indústria, do comércio, da arte, ou do turismo, a cidade nunca se desvincula do modelo educativo, sobrepondo-se a todos os outros. No sentido inverso, o que os 20 e os 30 têm de “ataque e resistência”, os anos 40 têm de conformismo – uma cidade “alinhada” face ao Poder Central, onde a afirmação nacional se começa a restringir ao espaço de uma região.

⁵² Palavras proferidas pelo Dr. Jaime Lopes Dias nas comemorações do 33.º aniversário da Casa das Beiras.

4.2 – Dos anos 50 aos 70

Os anos 50, caracterizados a nível internacional pelo advento da Guerra-Fria e a nível nacional pela contestação ao salazarismo, encimada pela candidatura do general Humberto Delgado à presidência da república (1959), são em Coimbra assinalados pelo crescimento das suas povoações satélites – originado pela deslocação de população activa oriunda do centro para a periferia, por razões de procura de habitação a preços mais acessíveis, aspecto apontado como uma das características das “cidades em vias de industrialização”⁵³. Esta década marcada, essencialmente, pelos planos de urbanização e pela inauguração dos edifícios da Cidade Universitária, segue cinco linhas essenciais: 1- “a cidade do povo, do desporto e da academia”; 2- “a cidade divina”; 3- a “cidade industrial”; 4- a “cidade da saúde”; 5- o Regionalismo decrescente.

A “cidade do povo” – entendida como a urgência de uma feira popular; a “cidade do desporto” – baseada no entendimento, do desporto, particularmente do futebol como “montra” de afirmação das cidades; a “cidade da academia” – associada a iniciativas conotadas com a Universidade; surgem imbuídas da confirmação/manutenção de Coimbra como a “terceira cidade” do país, epíteto pouco referenciado nos anos 40. As três vertentes, a par das iniciativas de consolidação do turismo, inscrevem-se na perspectiva do marketing urbano conimbricense. A necessidade de edificação de uma feira popular, de carácter periódico, a realização da Feira Regional nas Festas da Rainha Santa, posteriormente com um carácter “industrial”, entendida nos seus aspectos centralizadores, marca o início desta década:

12/05/1950 – **Coimbra vai ter a sua feira popular:** Na realidade, Coimbra, a terceira cidade do País e centro de considerável relevo na economia do País, merece, inteiramente, a iniciativa a que, por incumbência do Chefe do Distrito, meteu ombros uma Comissão presidida pelo activo, dinâmico e conhecido industrial José Carlos de Sá: a organização de uma Feira Popular na nossa cidade. (...) Coimbra vai pois ter a sua Feira Popular, análoga á de Lisboa e semelhante às que estão sendo preparadas no Porto, em Santarém e em algumas vilas do País, como Almada, S. João da Madeira, Sintra, Algés, etc.;

14/05/1950 - **Festas da Rainha Santa, A Feira Regional de Coimbra:** (...) Coimbra, com a sua vasta região, é de há muito possuidora de um dos maiores centros industriais portugueses, o que lhe empresta, no quadro económico da Nação, um valor indiscutível. Por conseguinte, a Exposição-Feira que em 8 de Julho próximo terá início é, como se poderá prever, uma afirmação convincente desta realidade.

Repare-se que, a par da necessidade de demonstrar capacidades centralizadoras, de atrair visitantes, de se mostrar como cidade industrial, subsiste a necessidade de essa

⁵³ Anais do Município de Coimbra – 1940-59. Biblioteca Municipal de Coimbra. 1981.

realidade se tornar visível, particularmente às outras cidades. Seja qual for a temática abordada, esta comparação está sempre presente, nem sempre de forma prestigiante, como se fosse necessário “espicaçar” a cidade numa orientação discursiva já assinalada nas décadas transactas:

14/05/1953 - **Bairrismo:** Manda-nos o nosso solícito correspondente da Guarda, a notícia de que o Cine-Teatro daquela cidade deve ser inaugurado nos primeiros dias do próximo mês de Junho. Coimbra, continua na berma da estrada, cheia de preguiça e desmazelo, à sombra acolhedora duma árvore frondosa, a ver, de olhos meio cerrados, aqueles que caminham, despendendo energias e esforços (...) A Guarda vai inaugurar o seu cinema (...). Gouveia, por exemplo, já o tem há muito. E Mealhada, Albergaria-a-Velha, para não citarmos outras terras dão lições, neste particular, a muitas cidades. Coimbra, impávida, continua a assistir a estas manifestações de progresso. (...). Deplorável, simplesmente deplorável!

Sendo a competição baseada na comparação, o desporto local começa, também, a ser entendido nessa vertente:

03/05/1952 – **Sejamos por Coimbra, pelo Dr. Santos Simões:** O desporto, e nomeadamente o futebol, é hoje a grande força que em todo o mundo, consegue dum momento para o outro agitar o grande público. (...) Urge que se alicerce a posição de terceira cidade do país como núcleo desportivo dos mais importantes de Portugal e não há dúvida que, feliz ou infelizmente, essa posição lhe há-de vir do futebol. Na medida em que entendermos que a presença de dois representantes da cidade no Nacional da I Divisão servirá para um fortalecimento desportivo do meio, procurando num sistema de inter-ajuda revigorá-lo ainda mais, podemos ficar certos de que Coimbra terá dois clubes no nosso torneio maior de futebol.

De facto, ao contrário dos anos 40 que trouxeram uma retracção do discurso competitivo, os 50 relançam essa retórica e caracterizam-se por um maior dinamismo. O discurso, marcado pela adjectivação, encontra na Universidade, ainda mais do que no desporto, ou nas feiras populares, um dos maiores expoentes:

12/05/1951 - **Coimbra, terra de tradição:** Coimbra é contraste vivo da cidade eternamente moça e irreverente e da cidade fundamentalmente velha e cheia de tradição num passado todo fundido em manifestações exuberantes de irrequietismo, que nos legou Cultura, Ciência e Fé nos destinos da Pátria. (...) Dá-lhe a vida académica a principal característica, condicionando fortemente toda a sua economia (...). É esta Academia coimbrã, com papel de grande relevo na vida portuguesa multiseccular e, especialmente sob o aspecto cultural, que anda agora entusiasmada com a ideia da realização dum Museu Académico, que deve interessar «tuti quanti» passarem pela «porta férrea».

As actividades académicas, focos de dinamização de Coimbra, parecem pautar-se por um maior dinamismo: desloca-se à cidade uma missão universitária brasileira (1952); a junta directiva dos Amigos de Portugal de Salamanca homenageia o Reitor da Universidade, o Senado Universitário de Coimbra cumprimenta o Chefe do Governo (1953), é dado um largo destaque aos alunos doutorados, os membros do Governo são presença assídua em todas as Queimas das Fitas, pretende-se colocar a funcionar o Emissor Universitário e aposta-se em novas formas de atrair visitantes:

06/05/1953 – **Em prol de Coimbra e da Academia, porque não se põe a funcionar o Emissor Universitário?:** (...) é preciso fazer uma propaganda não só mais intensa, mas mais completa e mais bem organizada. (...) Temos, pelo menos, dois processos de resultados garantidos: a publicidade radiofónica e cinematográfica;

10/05/1953 - (carta de um leitor do Diário de Coimbra) **Em prol de Coimbra:** Um documentário exibido em todas as localidades do continente – e porque não nas ilhas, ultramar, Brasil e Espanha?.

O auge deste “fervor académico” eclode no dia 29 de Maio de 1956 com a inauguração dos novos edifícios da Cidade Universitária, o da Faculdade de Medicina e o da Biblioteca Geral, sob a presença dos ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional. Mais do que meras infra-estruturas de ensino, a sua inauguração reveste-se de aspectos assumidamente icónicos, no que pode ser compreendido na visão de uma “cidade divina”. Algumas declarações de membros presentes são particularmente elucidativas:

Nós não somos senão os elos frágeis que soldam entre si a imensa cadeia das gerações. **Prof. Dr. Lopes de Almeida, Director da Biblioteca Geral da Universidade;**

O edifício da Biblioteca representa a cultura; o da Faculdade de Medicina aproxima-se de Deus porque cria homens para velarem pelos seus semelhantes. **Arcebispo Bispo-Conde”.**

Esta “deificação” da academia traduz o expoente máximo da osmose entre a Universidade e a cidade. Mas não só de “Deus” se constrói esta relação, o Estado Central também possui um papel determinante. Assim sendo, são comuns os cumprimentos enviados e as homenagens por parte do executivo municipal aos membros do Governo, particularmente ao Ministro das Obras Públicas, Eng. Arantes de Oliveira. Esta relação de dependência face ao Governo tornar-se-ia mais incidente a partir desta época.

A visão da “cidade industrial” é similar à da “feira popular” – mais do que sê-lo, torna-se necessário demonstrá-lo, perspectiva que sempre condicionou, de alguma forma, a estratégia de Coimbra. Mas ao contrário dos anos 20, em que a industrialização traduz uma realidade apresentada como indiscutível, nos anos 50 ela é retratada como uma realidade “tímida”, sinónima de algo que não está bem presente. Da mesma forma, também está imbuída da mesma retórica comparativa face às suas congéneres portuguesas, nomeadamente Lisboa e Porto, e da ausência de “bairrismo” por parte dos seus cidadãos:

22/05/1953 - **Coimbra cidade industrial:** Ao passarmos ontem na Rua da Sofia, ficámos surpreendidos de ver muita gente em frente da montra da casa Hermann Biener, Lda. que tem a sua sede naquela rua. (...) Aquilo é unicamente um quadro de distribuição de energia eléctrica, todo montado em ferro, encomendado pelo Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz (...) E viemos a saber que outros quadros de distribuição têm saído daquelas oficinas, mostrando as suas possibilidades e contribuindo para demonstrar que Coimbra não receia confronto com o que de melhor se faz, no seu género, em Lisboa e Porto. (...) Vê-se que Coimbra pode concorrer com Lisboa e Porto em todos os trabalhos desta natureza. O que é necessário é um pouco mais de bairrismo e que os nossos industriais lhe dêem a preferência, em igualdade de condições, lembrando-se que Coimbra é uma Cidade industrial, com os seus técnicos, os seus artífices, os seus operários, que se ufanam de serem dos melhores e que, quando vêem que no País não podem completar os seus conhecimentos, vão buscá-los, vão estudá-los nos estrangeiro, para aqui virem aplicar o que aprenderam.

Esta abordagem traduz um aspecto curioso que o texto não refere: sendo a cidade um “centro de ensino”, por que não se questiona o facto de não facultar toda a formação especializada nesta área? Pelo lado contrário, a problemática parece reduzir-se a uma escolha dos industriais entre Coimbra, Lisboa e Porto.

Na mesma lógica reemerge a ideia de “cidade da saúde” afluída nos anos 40, outra vez impulsionada pela figura de Bissaya Barreto. Em 1958 e 59 são editados, periodicamente, um conjunto de artigos intitulados: “Subsídios... – Coimbra: Coimbra precisa de ter um Hospital-Faculdade, precisa de ter um Hospital-Cidade”. Esta conotação com a área da saúde, tendo a Universidade como interlocutora, emerge da mesma relação de dependência face ao Poder Central – as acções locais têm de ser subsidiadas. Mas ao contrário do que acontecia nos anos 40, em que se advogava a superioridade do estudante/médico coimbrão, a retórica dos 50 remete para a ideia da “inferioridade” do mesmo. Estas falhas são apontadas à cidade que, de alguma forma, não se soube adaptar às transformações sociais, à “vida moderna”. Logo, torna-se necessário combater essa situação:

10/05/1959 –É certo que Coimbra deixou perder a tradição a respeito do valor profissional dos médicos, que se apresentavam sempre melhor junto dos colegas e dos doentes das outras escolas. O regime de cursos livres, tantas vezes mesmo livres de estudo, a transformação do meio, as modificações da vida académica actuaram, profundamente e em prejuízo, sobre a formação do estudante de Coimbra (...) Coimbra perdeu e se Lisboa não ganhou, pelo menos, não perdeu. O estudante da capital manteve a mesma vida de sociedade, continuou integrado no ambiente, mais aberto, mais rasgado, criando um modo de ser mais desembaraçado e menos bisonho;

24/05/1959 - Veja-se o que se passa em Lisboa, repare-se na actividade, no estado de desafio em que se encontram os variados estabelecimentos de assistência, sempre numa ânsia desenfreada de fazerem aquele «mais e melhor» (...).

Este sentimento de “inferioridade” também condiciona o discurso regionalista, não obstante continuarem a ser realizados congressos e advogadas as suas qualidades. Mesmo assim, essa perspectiva “regionalista” parece estar mais presente nas notícias dedicadas às povoações das beiras que vieram substituir as de Lisboa e Porto nas páginas noticiosas, na ligação próxima à Figueira da Foz e no papel de embaixadora da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra. Existe outro aspecto interessante nesta década⁵⁴, a par da autocritica do discurso, são diversas as notícias que revelam o dinamismo de outras cidades, não só de Lisboa e Porto, mas também de Braga a quem é realçado o empreendedorismo empresarial e industrial.

A década de 60, marcada a nível nacional pelo despoletar da Guerra Colonial em Angola e pela sucessão de Marcelo Caetano a Salazar (1968), é essencialmente assinalada a nível local pelo conflito da academia coimbrã com o Governo,

⁵⁴ Tendo em conta o facto de o Observatório de Imprensa se focar, apenas, nos jornais locais.

particularmente nos anos de 1962 e 69. Este conflito, ao contrário do suposto, reflecte-se na ausência de discurso por parte dos jornais, visto a Comissão de Censura a isso determinar⁵⁵. Desta forma, torna-se uma década complexa de analisar, visto as notícias em foco poderem, facilmente, induzir a um posicionamento incondicional face ao Poder Central, facto que aconteceu, contudo, em relação à Guerra Colonial, mas que não pode ser aferido *a priori* no entendimento do conflito académico. Embora os jornais, assim como as actas municipais, “ignorarem” estes eventos, não deixa de ser verdade que muitas das reivindicações da Cidade/Universidade – restauração da Faculdade de Teologia e a de Farmácia, por exemplo – encontram o seu azo no trabalho de pressão dos deputados da Assembleia Municipal face ao Poder Central. Mas não só de “conflito” vive esta década. É nos anos 60 que é reorganizado o Serviço de Urbanização de Coimbra, executada a sua Planta Topográfica (1965) e aprovada a concessão hidroeléctrica da Bacia do Mondego (1969). O turismo também se assume como essencial, destacando-se o papel da Comissão Municipal de Turismo; assim como o da Comissão de Desenvolvimento Económico-social do Distrito. Embora algo “pobres” em termos noticiosos, os 60 seguem três linhas essenciais: o crescimento demográfico; a subserviência ao Governo; a “cidade invisível”.

Mais uma vez associado à competição sobre o estatuto de “terceira cidade”, o número de população, tal como aconteceu nos anos 20 volta a ser invocado nesta década. No entanto, ao contrário do que sucedeu nessa altura, o particular entendimento com o Poder Central surge como um trunfo a considerar nessa competição:

27/05/1965 - **Coimbra pretende ser uma cidade de 100.000 habitantes:** Cumpre-nos defender a nossa posição de terceira cidade, agora que de outros lados vemos ameaçado esse título, que desde sempre constituiu para nós justificado motivo de orgulho. A recente visita do sr. Ministro das Obras Públicas poderá ter constituído como que um verdadeiro toque de alvorada, convidando-nos a todos para um intenso trabalho que terá de ser feito em comum, com superior espírito de lealdade e total colaboração.

Esta necessidade de afirmação demográfica emerge numa década em que, embora a população da cidade aumente, se acentua um decréscimo ao nível do distrito, condicionado pelo êxodo das suas populações rurais⁵⁶ para outros mais industrializados, casos de Aveiro, Braga, Lisboa, Setúbal e Porto⁵⁷. A urgência do crescimento pode ser sintetizada nesta frase da Vereadora Maria José Bacelar Moniz (1962)⁵⁸: “Urge que, «Coimbra deixe finalmente de ser a cidade anã, como já tenho ouvido classificá-la» “.

⁵⁵ Anais do Município de Coimbra – 1960-69. Biblioteca Municipal de Coimbra. Coimbra. 2008.

⁵⁶ Tal como aconteceu nos distritos de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

⁵⁷ Considerando, ainda, o fenómeno da emigração que caracterizou os anos 60.

⁵⁸ Op cit. P.12

Este critério demográfico, sinónimo da afirmação/manutenção da “terceira cidade” também se reflecte na gestão das infra-estruturas municipais:

19/05/1967 - O Município tem o desejo de dotar a Cidade de instalações desportivas condignas, declarou-nos o sr. Eng. Araújo Vieira⁵⁹: «Coimbra, terceira cidade do país e centro escolar por excelência, não tem beneficiado de instalações desportivas em relação ao número de jovens que alberga».

Imbuído do mesmo “espírito demográfico”, o desporto, com o futebol em foco, ocupa um papel preponderante:

(cont.) – Como veria o município a entrada da Associação Académica em provas internacionais? / – Sem dúvida com a maior simpatia. Se a Associação Académica pudesse representar a Cidade e o País em provas internacionais, seria vantajoso para Coimbra em todos os aspectos, até, mesmo, no turístico, pois é uma das cidades portuguesas mais conhecidas no Mundo por ser um meio intelectual, e isso seria mais uma importante achega⁶⁰.

Refira-se que, nesta década, a relação com o futebol está longe de ser pacífica. A Académica tornou-se num dos principais símbolos da luta estudantil quando disputou a final da Taça de Portugal frente ao Benfica, em 1969, e jogadores como Artur Jorge gozavam de muita popularidade a nível nacional⁶¹. Não tendo deixado de ser um símbolo da cidade, nunca foi considerada um contraponto ao Poder municipal. Este facto complica o entendimento da década, visto que se torna, particularmente, visível uma relação de dependência/subserviência da cidade ao Governo, presente em todos os eventos de relevo e nas principais decisões que condicionam a sua dinâmica. Repare-se: visita do Presidente da República, Almirante Américo Tomás (1960); Ministro das Obras Públicas preside à reunião dos Presidentes dos Municípios do distrito (1961); Ministério da Educação Nacional divulga uma nota oficiosa sobre a não realização da Queima das Fitas (1962); Ministro das Corporações, Gonçalves de Proença, preside às cerimónias do 30.º aniversário do Sindicato dos Empregados de Escritório (1964); visita do Ministro das Obras Públicas, Eng. Arantes de Oliveira (1965); Ministro das Comunicações “promete” a construção da Central de Camionagem de Coimbra (1967). Este estreitamento das relações com o Poder Central é particularmente óbvio nos artigos noticiosos, de pendor nacional e internacional, onde a retórica contra tudo o que se considera “inimigo da nação” é uma constante: o comunismo, os independentistas africanos, o Maio de 68 em França, etc. No entanto, não se pode afirmar que a retórica parta de uma vontade expressa da “cidade”, visto que, a partir desta década, o

⁵⁹ Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

⁶⁰ Extracto da entrevista ao Eng. Araújo Vieira.

⁶¹ Da mesma forma, em 1967, a Académica foi homenageada pelo executivo municipal pela obtenção do 2.º lugar no Campeonato Nacional de Futebol. Ainda sobre a final de 1969, o clima político, agitado pela “revolta estudantil”, condicionou que a partida não fosse transmitida pela RTP. O Presidente da República, Américo Tomás, também não esteve presente.

enfraquecimento do Regime político se começa a manifestar pelo endurecimento do seu discurso e meios dissuasores, tais como a Censura e a PIDE/DGS. Logo, trata-se de uma década profundamente dual, onde o discurso oficial e dos jornais não reflecte o eco da sociedade civil conimbricense.

É nesse sentido que falamos da “cidade invisível”, conotada, inevitavelmente, com o “luto académico”, evento que se tornaria num dos ícones da cidade, quer falemos da crise de 1962 – originada pela contestação ao Decreto 40.900 de 1959 e pela recusa do Ministério da Educação à realização, em Coimbra, do Encontro Nacional de Estudantes no seguimento da criação do Secretariado Nacional de Estudantes Portugueses –, quer falemos da de 1969, resultado da não participação dos estudantes no Senado e na Assembleia da Universidade, potenciada pelo facto de a Associação Académica de Coimbra ter sido gerida por uma Comissão Administrativa nomeada pelo Governo entre 1965 e 68. Assim se entende que a inauguração do Edifício das Matemáticas em 1969 não se coadune com a deificação da “obra universitária”, como aconteceu nas inaugurações dos anos 50, mas, inversamente, se insira na imagem de uma cidade revoltada, revolucionária e contestatária face ao Poder Central – simbolizada pela interpelação do Presidente da Associação Académica de Coimbra, Alberto Martins, ao Presidente da República, Américo Tomás. Mais do que a negação da palavra, o regime respondeu, nessa mesma noite, com a sua prisão e com cargas policiais contra os estudantes que se manifestavam em frente à sede da PIDE/DGS. Embora visível nas ruas esta “outra Coimbra” é completamente invisível nos órgãos noticiosos locais, aspecto que dificulta o observatório de imprensa. O “luto académico” não pode ser entendido como uma mera greve às aulas. Incarna, antes de tudo, uma contestação da cidade, ou de grande parte dela, sempre a mais simbólica, face ao Poder Central originando, inclusive, a substituição do Ministro da Educação, José Hermano Saraiva, por Veiga Simão. Mas mesmo assim o resultado do “confronto” não é claro, pois se a “revolta dos estudantes” é a “revolta de Coimbra” nada dessa revolta é construída em termos discursivos. Ressalva-se apenas a imagem de uma cidade alinhada ideologicamente com o Poder Central, a quem recorre, invariavelmente, para a obtenção de mais-valias.

Se os anos 60 são de contestação, os 70⁶² são de ruptura e têm de ser interpretados em dois momentos distintos – antes e depois do 25 de Abril de 1974. Enquanto que antes da Revolução encontramos um discurso alinhado com as políticas do Governo vigente,

⁶² Nota: A partir de 1969 o dia da cidade deixa, oficialmente, de ser 8 de Maio e passa a ser 4 de Julho, passando a ser esse o mês escolhido para o observatório de imprensa.

depois da Revolução assiste-se a uma tentativa de reposicionamento da cidade e, por conseguinte, a retórica discursiva sofre uma inflexão radical. Embora os anos pré-74 se iniciem com a discussão sobre a necessidade de apoios para a criação do Hospital Central de Coimbra (1970) e do aeródromo (1971), esta fase segue quatro linhas marcantes: 1- a inadaptação da cidade à vida moderna; 2- Poder Central e salazarismo; 3- a “capital regional”; 4- início da política de geminações.

O início dos anos 70 encontra uma cidade de Coimbra a revelar sintomas de desilusão com o desenvolvimento demonstrado:

06/07/1970 - **Coimbra, a nossa cidade – temos de fazer alguma coisa mais por ela:** Coimbra é uma cidade que cresce, e que, como cidade em plena euforia de desenvolvimento, sente, mais do que qualquer outra em idênticas circunstâncias, a agudeza dos seus problemas. Não se pode dizer que seja uma urbe que cresce desordenadamente. Mas é, por certo, um aglomerado que se desenvolve num terreno que não estava preparado para esse desenvolvimento (...).

Tal como nas décadas transactas, Coimbra encontra na Sociedade de Defesa e Propaganda um dos porta-vozes da sua “desilusão”, como se pode ler num dos seus comunicados à imprensa:

24/07/1970 - Nunca como hoje Coimbra necessitou mais de defesa e propaganda. A apatia a que se chegou, a falta de motivos de interesse que se verifica, este viver morno e sem estímulo, esta indecisão permanente de não se saber para onde se caminha, deixa-nos a todos abúlicos, de braços caídos à espera «daquilo-que-não-se-sabe-se vem». Talvez já fosse assim há sessenta anos quando um grupo de conimbricenses resolver «sacudir» a apatia que se respirava e criou a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra cujo fim era «fomentar o progresso moral, social e material da cidade e da sua região». (...) Isto aconteceu há sessenta anos e, mau grado nosso, não há que modificar uma linha ou uma ideia do texto dos Estatutos (...).

As razões apontadas para esse esmorecimento gradual são, de certa forma, caricatas – os conimbricenses, para além de não se conseguirem organizar, não são capazes de acompanhar o progresso:

09/07/1972 - **Coimbra, a nossa cidade** – continua afastada dos princípios que prevalecem hoje na urbanização das urbes modernas mas que têm atrás de si o prestígio dos anos. Continua a não encontrar os homens que, para além daqueles que se sucedem na gestão municipal, e nela se esgotam esforçando-se em lhe serem úteis, se constituam em grupo e a defendam no que ela tem de característico e tão esquecido foi sempre. Uma terra como a nossa, não se pode impor apenas pelos seus jardins, por uma nova rua que se abre, pela Universidade, pelos templos, ou pelos museus. Temos que fazer reviver os outros esquecidos pormenores, que para muitos se afiguram como velharias, mas não serão para quem nos visite. E até para nós próprios.

Este sentimento de derrota que acompanha as últimas linhas parece ser mais apontado a um desgaste de imagem do que à falta de uma estratégia a seguir. Paradoxalmente, a ausência de progresso não impede o surgimento de novos epítetos, tais como “cidade verde” e “cidade romântica” (1972).

Mais uma vez, tal como nos anos 60, esta fase é marcada pelo alinhamento ideológico com o Governo, presença “assídua” na cidade, que atinge o seu auge retórico logo em 1970 com a morte de Oliveira Salazar. Neste caso, tal como aconteceu nos anos 40, a

imagem do estadista é associada à da cidade e na apregoada relação de proximidade entre os dois. As suas palavras de enaltecimento a Coimbra e à Universidade são relembradas com entusiasmo:

28/07/1970 - **Morreu Salazar:** (...) Quem está diante de mim é o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos: quando estuda, quando ensina, quando se manifesta, é escusado perguntar porque é Coimbra, é a Universidade.

Talvez com base nesta proximidade, o Conselho de Ministros aprova a criação da Faculdade de Ciências e Tecnologia em 1972. No mesmo ano a cidade reivindica mais cursos de engenharia e uma Faculdade de Agronomia. Também a cronologia das visitas dos membros do Governo é sintomática: visita do Secretário de Estado do Trabalho e da Previdência (1971); ministro Veiga Simão recebe a medalha de ouro da cidade e inaugura, com o Secretário de Estado das Obras Públicas, a Estação de Tratamento de águas da Boavista, as instalações desportivas do Sport e a piscina de Santa Clara; visita do Secretário da Indústria às Fábricas Triunfo; Marcelo Caetano assiste às Festas da Rainha Santa (1972)⁶³.

Não obstante a inacção apontada, mal grado os sintomas de enfraquecimento do Regime⁶⁴, Coimbra tenta se afirmar como uma “capital regional” seguindo as directivas essenciais do planeamento urbano, nomeadamente a discussão sobre o Plano Director Municipal e a necessidade de uma Carta Escolar e uma Carta Turística (1973)⁶⁵. No entanto, a cidade encara que não é nas suas, entretanto consolidadas, funções terciárias que se deve afirmar, mas sim na industrialização⁶⁶:

23/07/1973 - **Necessário intervir no sentido de aumentar (para efectivas funções de capital regional), o ritmo de crescimento urbano-industrial da cidade de Coimbra, uma das conclusões do Plenário Distrital da Acção Nacional Popular:** (...) A cidade de Coimbra embora possua condições favoráveis à implantação imediata de novas actividades, tem-se desenvolvido mais como centro terciário que secundário. Deste modo, e para que possa desempenhar efectivas funções de Capital Regional, considera-se necessário intervir no sentido de aumentar o seu ritmo de crescimento urbano-industrial.

Refira-se, ainda, que estes primeiros anos (1971/72) marcam o início das políticas de geminação, neste caso entre Coimbra e a cidade norte-americana de Santa Clara da

⁶³ Na mesma altura o executivo municipal declara o seu apoio à política ultramarina do Governo e à candidatura de Américo Tomás à presidência da república. Coincidência ou não, seria logo a seguir aprovado um volume de investimentos de mais de 10 milhões de contos para a Região Centro, no âmbito do IV Plano de Fomento.

⁶⁴ Alvo de críticas da ONU chegaria, inclusive, a abandonar a UNESCO em 1971.

⁶⁵ Elaborado pelo engenheiro Costa Lobo que presta esclarecimentos públicos.

⁶⁶ Também entendida numa necessidade da cidade competir num mercado global: 28/07/73: “A indústria de Coimbra prepara-se para a competição europeia”.

Califórnia, que se tornariam numa das imagens de marca da cidade⁶⁷. De todas as formas é esta a realidade encontrada pelo processo democrático de 1974: uma cidade fragilizada em termos de imagem e autoestima, sem uma orientação estratégica clara, caracterizada por uma relação de subserviência face ao Poder Central. O período democrático do pós-74 pode ser balizado desta forma: 1- a democratização da cidade e o reposicionamento ideológico; 2- a inadaptação; 3- a derrota.

Este período, marcado pela convulsão política interna, pelo Conselho da Revolução, pela emergência de nomes como Mário Soares, Vasco Gonçalves, Ramalho Eanes, entre outros, pelas independências dos territórios ultramarinos, encontra uma Coimbra muito “mal preparada”. Gradualmente os “velhos actores”, como a Sociedade de Defesa e Propaganda, vão sendo substituídos por outros, como o Movimento Democrático de Coimbra (1974). A ausência de discurso crítico que caracterizou o “luto académico” é substituída pela omnipresença do mesmo, onde proliferam manifestações e tomadas de posição: 29/07/1974 – (contra a Guerra Colonial): “Grandes manifestações convocadas para hoje em Lisboa, Porto e Coimbra”. No mesmo sentido, enquanto antes apenas se podia escutar (ler) uma só “voz”, geralmente a do poder oficial, também os jornais se têm de readaptar a uma nova realidade, nomeadamente à existência do contraditório. Também aqui se denota a necessidade de mudar de paradigma, quer em relação ao jornal: 12/07/1975 - “Os leitores devem velar pela orientação do Diário de Coimbra”; como também no entendimento do papel da Universidade: “Colaboração da Universidade no processo revolucionário”. Enquanto que nas décadas anteriores, não obstante o discurso frequentemente se caracterizar pela ambiguidade – elogio e autocritica surgiam, muitas vezes, associados –, o processo democrático, ao possibilitar um sistema político multipartidário e ao permitir a constituição livre de associações, originou que se facultasse a construção de narrativas diversas e, na maior parte das vezes, antagonistas. Logo, a partir desta fase a orientação estratégica da cidade, assim como a construção/projecção da sua imagem, não consegue ser extraída com a mesma nitidez dos jornais, visto a pluralidade de ideias a isso condicionar. Da mesma forma, os jornais, locais ou nacionais, começam a optar por um tipo de jornalismo de pendor mais objectivo, em detrimento do jornalismo “inflamado”, muitas vezes faccioso, que caracterizava, particularmente, os anos 20, 30 e 40. O que se torna nítido é que todas estas súbitas transformações “arrefeceram” ainda mais o entusiasmo de Coimbra que transmite a imagem de uma cidade completamente inadaptada aos novos tempos, visível neste artigo de opinião de António Alberto:

⁶⁷ Particularmente geminações com cidades estrangeiras, refira-se. Actualmente Coimbra possui acordos de geminação com 28 cidades.

21/07/1976 – **Acorda Coimbra, antes que seja tarde:** Coimbra, porque não despertas de vez? Reivindica, não tenhas medo. Estás num país livre e democrático. Não receies manifestar-te. Une-te. Fá-lo, no entanto, com cabeça, tronco e membros, sem molestar os interesses de terceiros, procurando soluções que honrem ambas as partes, mas não hesites. Basta de tanto seres espezinhada, diminuída, condenada ao abandono.

Não obstante os anos sequentes “anunciarem” uma reacção da cidade, quer insistindo no velho modelo Centralista – patente na visita dos ministros do Comércio e Turismo, Basílio Horta, e da Administração Interna, Jaime Gama, à ACIC⁶⁸, aquando a inauguração do Arquivo Histórico Municipal (1978), e na presença do Presidente da República, Ramalho Eanes, no mesmo certame (1979) –, quer promovendo as potencialidades da sua região, o europeísmo, a “alternativa” do slogan “Descentralização também é liberdade” (1978), apesar da participação da UNESCO num encontro de associações culturais (1979), a última imagem com que se fica desta década é a “derrota”. Em 1978 o Ministério da Educação reconhece que Coimbra tem as “piores instalações universitárias” e em 1979, não obstante a Lei das Finanças Locais⁶⁹, o concelho de Coimbra vê-lhe serem atribuídos menos 130 mil contos do orçamento⁷⁰ que, supostamente, lhe estava destinado.

Enquanto que nos anos 50 ainda é possível vislumbrar o arrebatamento discursivo, característico das décadas anteriores, assim como linhas estratégicas bem definidas, a análise às décadas de 60 e 70 é algo complexa. Repare-se que o epíteto de “terceira cidade” desaparece em meados dos anos 60, exactamente na altura em que a cidade, à custa do movimento estudantil, se divide em duas (a oficial e a “outra”) e a relação de dependência/subserviência face ao Poder Central se intensifica. Por outro lado, se é certo que o pós-74 e a mudança de paradigma social condicionaram a uma inflexão radical da retórica, revelando as fraquezas da inadaptação à democracia, também é certo que as mesmas fragilidades estavam bem explícitas anteriormente, não se podendo afirmar que foi a mudança de regime que debilitou o “estado anímico” da cidade, embora, inevitavelmente, também muito tenha contribuído para isso.

⁶⁸ Associação Comercial e Industrial de Coimbra

⁶⁹ Refira-se que em 1976 a Constituição da República Portuguesa consagrou a organização autárquica, suas funções e estatutos, aspecto que temos de considerar para o entendimento da gestão estratégica da cidade, resultado da democratização do país. As primeiras eleições autárquicas realizaram-se em 1977, sendo a partir dessa data que podemos falar num “verdadeiro” Poder Local, ano em que foi promulgada a Lei das Autarquias Locais. Em 1979 seria promulgada a Lei das Finanças Locais.

⁷⁰ Orçamento Geral do Estado.

4.3 – Dos anos 80 à actualidade

A década de 80, assinalada pela consolidação do processo democrático, assim como pela entrada portuguesa na Comunidade Económica Europeia (1986), traduz uma inflexão da cidade a nível discursivo e estratégico. Desenrola-se em quatro linhas fundamentais: consolidação interna; internacionalização – associada às políticas de geminações e orientação europeísta; teorização urbana; ideia de Coimbra “cidade nova”.

Em sequência da democratização do país e da reorganização municipal, potenciada pelas eleições autárquicas de 1977, o entendimento sobre o que “deve ser uma cidade” começa a alterar-se. Não só ao nível de eixos de desenvolvimento como também de prática retórica, assistindo-se, a partir desta data, a uma retracção considerável, nomeadamente nos jornais, do discurso subjectivo e ao incremento de uma maior objectividade e rigor na forma como as notícias são apresentadas. Ao contrário do fim dos anos 70 em que Coimbra apresentava uma imagem, essencialmente, desgastada, os 80 revelam indícios de um maior dinamismo, nomeadamente na indústria – destacando-se a mediatização da Feira da CIC⁷¹, onde o Presidente da República, Ramalho Eanes, é uma presença assídua – e na saúde – com a construção do novo Hospital Central e o anúncio da criação de um curso de medicina dentária (1984). A consolidação interna, fomentada por entidades locais, mas também nacionais, assinala, essencialmente, a edificação de um conjunto de infra-estruturas e de programas que procuram, não só, colmatar carências estruturais da cidade, como também de a dotar de um maior dinamismo. São diversos exemplos: deslocação do Ministro da Justiça para instalação de serviços judiciais, anunciada a edificação de uma estação de tratamento de esgotos, instalação do Centro de Estudos de Formação Autárquica (1980); construção da Torre do Arnado, delimitação da área consignada para o Centro Histórico (1981) – assim como o futuro papel atribuído à UNESCO para a sua preservação (1983); consagração dos novos limites da cidade no Diário da República (1982); reconversão do edifício Avenida numa “sala de espectáculos de alto nível” (1983); anunciada uma feira de artesanato, fundada a Associação de Municípios do Alto Mondego (1984); realização de um colóquio com a presença de técnicos do Plano Director Municipal e membros da Câmara Municipal para debaterem uma estratégia turística, anunciado um seminário internacional do Projecto MERECE – Gestão Financeira de Recursos e Energia em Cidades – em Coimbra e Guarda, atribuição pelo FEDER de cerca de 200 mil contos

⁷¹ Comércio e Indústria de Coimbra.

para os concelhos do distrito de Coimbra (1986); criação da Faculdade de Arquitectura, anunciados 89 jardins-de-infância para a Região das Beiras, promoção do Centro Hípico – anunciado com “um dos melhores da Europa” (1987); realização de um congresso de antropólogos, a Universidade de Coimbra é contemplada com 21 programas inter-universitários pela Comissão das Comunidades, a Câmara Municipal recupera o Pátio da Inquisição tendo em vista fins culturais, anunciada a licenciatura em sociologia (1988); comemorações dos 200 anos da Revolução Francesa, colóquio organizado pelo Centro de Estudos Sociais e por Boaventura de Sousa Santos sobre as problemáticas do Poder Local, comemorações dos 700 anos da Universidade, promoção turística das ruínas de Conímbriga (1989).

Embora a cidade se pareça pautar por um maior dinamismo, não se pode afirmar que recupere o “estatuto perdido”. Não. Subsiste uma noção clara de que o prestígio, ou o “nome”, já não é sinónimo de estatuto, assim como a ideia de que Coimbra tem sido “prejudicada” pela acção e inacção dos “outros”: (sobre a não eleição de uma “pessoa” de Coimbra para Presidente da Região de Turismo do Centro) 06/07/83 – **“Coimbra foi a lição... de que o nome (já) não basta** – ainda que possa haver razões que a razão desconhece”; (sobre as acusações da Autarquia ao Governo pela degradação da Mata do Choupal) 25/07/84 – **“Choupal, Autêntica catástrofe:** Coimbra tem de ser indemnizada do mal que lhe fizeram”; (declaração do Presidente da Câmara, Mendes Silva, aquando a visita do primeiro-ministro, Mário Soares, e do vice primeiro-ministro, Mota Pinto, ao Choupal) 30/07/84 – “Coimbra não precisa de se colocar em bicos dos pés para ganhar altura”. No mesmo sentido, esta perda gradual de importância, também se expressa no “ataque” a cidades que revelam alguma ascensão: 06/07/1983 – **“Em causa uma fábrica em Setúbal:** Empresários da Região Centro agitam-se e protestam contra “proteccionismos”; (sobre um empreendimento em Sines) 27/07/1985 – **“Uma autêntica vergonha! – Fundos do FEDER:** Sines leva tanto como todos os concelhos do país”.

Existem, no entanto, indicadores mais optimistas, assentes, essencialmente, na gradual “internacionalização” da cidade. A política de geminações encetada nos anos 70 assume na década de 80 uma clara orientação transfronteiriça de Coimbra. A cidade espanhola de Salamanca (1980), a cidade brasileira de Santos (1981), a norte-americana Cambridge (1983), a russa Yaroslavl (1984), a francesa Aix-en-Provence (1985), a marroquina Fés (1988), todas de proveniência geográfica diversa, mas todas com um denominador comum – a história, a ligação com uma universidade, a geoestratégia local, a cultura, etc. – ilustram esta clara orientação de Coimbra: procurar “alianças” fora das fronteiras portuguesas e, desta forma, investir na consolidação/promoção da sua

imagem. Embora nem sempre associado à questão das geminações, o período em análise reflecte esta perspectiva: visita de uma delegação da cidade francesa de Poitiers, o Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens, recebe o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra (1980); Aix-en-Provence e Coimbra iniciam o processo de geminação – “Uma dimensão europeia à altura da sua fama” (1982); uma embaixada cultural de Coimbra desloca-se a Poitiers – “A cidade das rosas recebeu a cidade do milagre das rosas” (1983); dois projectos do departamento de física da Universidade são contemplados na iniciativa *Eureka* (1986); exposição no Arquivo universitário – “A Universidade de Coimbra e a Europa, um manancial de cultura”, acordo de geminação com a cidade marroquina de Fés – “Duas cidades milenárias fazem nascer amizade e cooperação” (1988). O ponto mais alto da “internacionalização” é atingido em 1984, altura em que Coimbra recebe a Bandeira de Ouro do Conselho da Europa: 06/07/1984 – “ «A Bandeira de Ouro do Conselho da Europa traz-nos o reconhecimento alheio pelos méritos próprios», disse, anteontem, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, ao receber a honraria das mãos do deputado alemão federal Gunter Muller”. Declaração de Mendes Silva, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra: “Ao singularizar Coimbra, homenageia a sua história, o seu contributo para a civilização e progresso da Humanidade, a sua importância como mensagem espiritual que os seus filhos têm sabido levar a todo o mundo”.

Os anos 80 também reflectem o incremento de teorias de pendur urbano, reflexo da importância que a arquitectura, o urbanismo e o sector da construção começam a assumir. A principal diferença face à autocrítica, “destrutiva”, inflamada, das décadas transactas prende-se, essencialmente, com o gradual predomínio de questões de planeamento urbano em detrimento das problemáticas da gestão de imagem e da especulação sobre a perda de importância simbólica. No entanto, também a teoria urbana não deixa de “produzir” novos epítetos. O principal exemplo está patente neste conjunto de artigos denominados “Vultos e Coisas de Coimbra”, assinados pelo arquitecto Carlos de Almeida:

20/07/1984 – **Coimbra Cidade Absurda:** Ora porque os centros urbanos se não comportam como entidades sociais isoladas, antes como organizações dependentes da região e dos respectivos países (...). Coimbra – cidade sem escala – maus arruamentos, degradação e insuficiência do parque habitacional, fazem com que a populações procurem habitação nas periferias e Coimbra não ostente grande densidade demográfica.

É certo que a teorização urbana se distingue da crítica “autofágica” das décadas anteriores. No entanto, nenhuma das problemáticas invocadas é recente. A preocupação com a densidade demográfica reflecte, por exemplo, uma linha estratégica recorrente nos discursos sobre Coimbra – a cidade para se afirmar tem de crescer em população.

Mas tem de crescer “por dentro”, não se pode “perder” para as periferias. Tem de ser o pólo catalizador e centralizador, não o mero local de passagem de fluxos metropolitanos.

A par da promoção da área da saúde, emerge no final dos anos 80 uma gradual preocupação com a solidariedade, sobretudo com os jovens e crianças menos favorecidas. Repare-se que a saúde e a solidariedade não são temáticas recentes. O projecto “Coimbra, Cidade Nova”, impulsionado por Fernando Castro, professor da Escola Secundária Avelar Brotero, que seria desenvolvido durante a década de 90, apresenta fortes similaridades com a estreita ligação/promoção da Casa dos Pobres, das décadas de 30 e 40, ou com o combate à tuberculose. Mas embora não sendo recente, começa a acentuar-se a partir do final dos 80.

Em relação à década anterior, os anos 90 não apresentam diferenças muito substanciais. No entanto, não deixando de acentuar e desenvolver as linhas estratégicas anteriormente definidas, apresentam novas direcções. Seguem as seguintes linhas de orientação: 1- consolidação interna; 2- internacionalização; 3- a “cidade solidária”; 4- a “capital do teatro” e a “cidade da cultura”; 5- Regionalização e retórica partidária; 6- a “capital da tecnologia e da saúde”; 7- o fim da “terceira cidade”.

Procurando dotar a cidade de novas infra-estruturas e fomentar novas acções, quer da iniciativa do executivo municipal, quer da sociedade civil, esta década pauta-se pelo mesmo dinamismo nas duas vertentes. São diversos os exemplos: discussão pública sobre o Plano Director Municipal, constituído o Instituto Pedro Nunes – orientado para servir de “ponte” entre a Universidade e o mundo empresarial, a Câmara Municipal defende a criação de um pólo industrial de alta tecnologia (1990); inauguração da sede do Instituto Nacional de Estatística, anúncio da instalação de um centro de tecnologia, anunciado o início da construção do IP10 entre Coimbra e Castelo Branco (1991); Coimbra passa a integrar a Região Militar Norte – definida geograficamente desde a região de Leiria até Bragança, início das obras na Praça 8 de Maio (1993); instalação do novo hospital pediátrico (1994); Manuel Machado, Presidente da Câmara Municipal, defende a reconversão do Estabelecimento Prisional de Coimbra num Observatório Astronómico, execução do Plano de Pormenor do Vale das Flores – futuro terreno para a Ponte Europa (1996); surgimento da Ecovia – serviço que visava reduzir o fluxo intenso de trânsito na cidade, Comissão de Coordenação da Direcção Regional do Centro (CCDRC) elabora estudos para um novo Plano de Desenvolvimento Regional, é elaborado um anteprojecto camarário para um futuro canal de televisão (1997); Boaventura de Sousa Santos apresenta o Congresso da Cidade a realizar em 2001

(1999). O ponto mais significativo é atingido em 1998 quando a Câmara Municipal apresenta os principais projectos estruturantes da cidade: Ponte Europa, Parque Verde, Circular Externa, Centro de Congressos, Colégio das Artes, Metropolitano Ligeiro de Superfície e feira industrial da ACIC.

Tal como as acções de consolidação interna, também a vocação/promoção para o exterior se acentua: o Presidente da República, Mário Soares, aquando a presidência aberta, em Coimbra, recebe diversas personalidades internacionais – entre as quais se destacam o Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, o Presidente da universidade japonesa de Kyoto e o ministro das Relações Exteriores do Brasil (1990)⁷²; antigos orfeonistas da academia celebram um acordo de “geminção” com um coro de Aix-en-Provence (1992); visita de uma delegação cultural da cidade norte-americana geminada – Santa Clara da Califórnia (1993); realização de um festival de música de tradição europeia – “Coimbra, a par de Évora, Guimarães e Oeiras foi uma das cidades escolhidas para acolher os «Encontros Musicais de Tradição Europeia»”, presença de delegações culturais das cidades de Aix-en-Provence e de Santiago de Compostela nas Festas da Rainha Santa, equipa de Coimbra participa nos Jogos Sem Fronteira em Itália (1994); o historiador Alfredo Pinheiro Marques apresenta um livro onde defende que os chamados “Descobrimientos” tiveram a sua “origem” em Coimbra, visita de Fernando Cardoso – Presidente do Brasil (1995); Coimbra recebe delegações de sete das suas cidades geminadas – Curitiba, São Paulo, São Vicente, Poitiers, Aix-en-Provence, Halle e Yaroslavl (1997); realização de um fórum académico luso-moçambicano (1998); Festival Internacional de Música de Coimbra (1999). Note-se que a projecção da imagem para o exterior “encontra-se”, muitas vezes, com as temáticas da “cidade solidária”. Para além das actividades do Projecto “Coimbra Cidade Nova”, vocacionado para a acção social “na cidade”, encontramos exemplos de uma política de solidariedade “internacional”. Esta, algumas vezes, assume um carácter tendencialmente activo, reivindicativo, tal como acontece em relação à causa de libertação de Timor-Leste: 13/07/1996 – **“Visita a Xanana adiada, Universidades por Timor:** As universidades portuguesas, com Coimbra à cabeça, estão a dinamizar um grupo de pressão a favor da causa de Timor-Leste”. Também aqui facilmente se observa que a temática da construção da imagem – neste caso de Coimbra/Universidade estar na “vanguarda” da solidariedade – não deixa de estar subjacente no discurso retórico. Outro exemplo desta solidariedade internacional também se encontra no programa de recolha de alimentos para a Guiné-Bissau em 1998.

⁷² Não deixando de ser sintomático da importância que as relações com o Poder Central ainda ostentam nesta fase.

Se a “cidade solidária”, com maior ou menor expressão, parece ser uma experiência, relativamente, bem sucedida, o mesmo já não sucede com a “capital do teatro” de 1992, iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura. “Coimbra Cidade Capital do Teatro” constitui uma das primeiras experiências em que, a par da constituição de um rótulo/epíteto bem definido – Capital do Teatro –, também existe uma orientação clara de “capitalização” de uma das mais-valias apontadas à cidade – a relação de proximidade com a cultura, factor já “sugerido” anteriormente, mas que seria explorado veementemente a curto prazo. No entanto, esta “primeira experiência” com o teatro acaba por ser um “acto falhado”. Teresa Portugal, Vereadora que estava a gerir a Comissão da “Cidade Capital do Teatro” pede demissão alegando falta de “transparência” na gestão cultural do projecto (21/07/1992). No dia 26 é publicado um comunicado dos grupos de teatro amador (Ateneu, Bonifrates, Grémio Operário, etc.) a darem conta das mesmas dificuldades: “Sem a Universidade e sem a vereação da cultura da Câmara Municipal, Coimbra Capital do Teatro torna-se ainda menos capital do que até ao momento tem sido. Todavia, estamos certos de que, com capital ou sem capital, o Teatro sobreviverá na sua independência (...)”. Refira-se que, não obstante a descontinuidade deste projecto, o termo “Capital” começa a ser explorado com maior incidência a partir desta data. Ainda na mesma altura, uma competição de remo, realizada no Mondego, é promovida como “Coimbra Capital do Remo”.

A “cidade da cultura” que esteve na base da “Capital do Teatro” é “ensaiada” em 1990 através do Programa Cultura e Desenvolvimento da Delegação de Coimbra do Instituto Português da Juventude, que se propunha reunir 500 jovens das mais diversas áreas, e manifesta, desde logo, uma vontade de se afirmar como “capital”: 30/07/1990 - “Coimbra será em Outubro uma capital da cultura”. Apesar de algumas iniciativas ainda nesta década – em que a “Capital do teatro” não deixa de se inscrever – esta orientação só seria explorada na década posterior de uma forma mais incisiva.

Não deixando de estar inerente à vontade de se afirmar como “capital”, a temática recorrente da Regionalização retoma com grande força nos anos 90. Tal como em todas as décadas anteriores, em que se defendia veementemente a Região das Beiras, parece subsistir o mesmo princípio – a cidade precisa de se afirmar enquanto líder de uma região. A principal diferença prende-se com o predomínio do discurso partidário e da consequente politização retórica. Desde o início desta década até à realização do Referendo de 1998, que terminaria com a derrota dos que defendiam a divisão em regiões administrativas, são diversos os grupos partidários e entidades conimbricenses, dos mais diversos quadrantes, que advogam este modelo de gestão territorial. Destaca-se a criação, em 1996, de um Grupo de Reflexão sobre a Regionalização que incluía

jornalistas, professores universitários, empresários e outras personalidades de relevo na gestão da cidade. Esta defesa da Regionalização assume, muitas vezes, uma importância vital para Coimbra, como se sem ela a cidade não conseguisse sobreviver: 15/07/1998 (sobre as declarações de Vítor Baptista, Governador Civil de Coimbra) **“Vítor Batista não teme «coimbricídio»: Quem subestimar Coimbra verá o erro que cometeu”**. Mas mais uma vez esse projecto acaba por não se tornar realidade.

O mesmo já não acontece em relação à tecnologia e à saúde. Estas áreas ganham um papel de relevo nesta década. A primeira “aparição” da “cidade tecnológica”, ainda muito tímida, surge em 1996 através da empresa *Ciberbit* que desenvolve uma página sobre a cidade, iniciativa conotada com a promoção turística: 16/07/1996 – “Viajar sem sair de casa é o atractivo. Agora, da mesma forma que se chega ao Louvre também se pode conhecer Coimbra. Basta estar ligado à Net”. No entanto, esta pioneira iniciativa seria corroborada em 1997 altura em que emerge o epíteto de “Cidade Ciência”:

27/07/1997 - **Coimbra pode ser cidade/ciência, Recursos de saúde pouco explorados**: Um estudo realizado recentemente revela que Coimbra se pode transformar numa cidade/ciência de nível europeu, no campo da saúde. Contudo, diz o documento, falta explorar correctamente as possibilidades existentes.

Este estudo denominado “Coimbra – Pólo de Saúde”, da autoria dos estudantes de Economia, Pedro Cerqueira, Ana Melo e Aida Tavares, distinguido pela CCDRC, também alude à visão de que Coimbra se assume como um epicentro entre Lisboa e Porto tendo reunidas as condições para a criação de um *cluster* nesta área. O estudo ancora-se na existência de infra-estruturas físicas e de investigação, nomeadamente na construção do Pólo III da Universidade, na existência do Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem e do Centro de Neurociências de Coimbra. Nesta vertente, entendem que se tornam necessárias parcerias entre a Câmara Municipal, a Universidade, as empresas e as associações sectoriais. Imbuída da mesma visão, é constituída em 1998 a empresa *Inesvita*, dedicada à promoção da saúde e investigação em Coimbra. Em 1999, no seguimento da mesma iniciativa, é realizada a *Expovita* – exposição ancorada no conceito de “cidade saudável”. Nesta sequência assiste-se a outra transformação retórica – a de “cidade da saúde” para a “Capital da Saúde”, assente nos mesmos princípios do estudo, tal como é confirmado nestas entrevistas a profissionais da saúde com funções de direcção:

05/07/1999 – **Coimbra já não pode deixar de ser a Capital da Saúde, «Mãos à obra!», a Expovita regressa em 2001**: (...) Coimbra «tem muitas boas razões para ser a Capital da Saúde. Tem um bom leque de instituições ligadas à saúde, é um grande pólo de investigação e é uma cidade muito agradável e muito longe do se que vive em Lisboa e Porto».

Neste fim de década a “Capital da Saúde” assume-se como investimento estruturante: em 1999 a Câmara Municipal decide que as empresas de saúde não necessitam de pagar

o imposto de derrama e a empresa *Inesvita* planeia a criação de um canal de televisão temático. O conceito de “cidade saudável” também se ancora na luta contra a implementação da co-incineração na cimenteira de Souselas, outro dos “eventos” que serviria de elo aglutinador da cidade no início dos “anos zero”.

Se o conceito da “Capital da Saúde” emerge de um estudo académico é outro estudo académico a confirmar a “morte” do epíteto de “terceira cidade”. Em 1995, um estudo de alunos do curso de Marketing, Relações Públicas e Publicidade do Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (ITAP), baseado num inquérito centrado num universo de 1000 pessoas, refere que 90% dos inquiridos associam a cidade à Universidade. Em termos de categorias encontramos a seguinte distribuição: 1- associação entre a cidade e a Universidade: 72%, 2-cidade dos doutores: 16.8%, 3-centro de Portugal: 7,2%, 4-terceira cidade: 1,4%, 5-Conímbriga: 1,3%, 6-Portugal dos pequeninos: 0,6%. De facto, embora esta década seja fértil na criação de epítetos tal não acontece em relação ao de “terceira cidade” que, como observamos, deixou de ser utilizado em meados da década de 60.

Os últimos anos da nossa análise, os “anos zero”, centrados no período temporal entre 2000 e 2007, podem ser caracterizados pelo incremento exponencial da tendência assistida na década de 90 em termos de “capitalização” da imagem. Estes anos desenvolvem-se nas seguintes linhas estratégicas: 1- a “capital da saúde”; 2- a “capital da cultura”; 3- a internacionalização “pensada” – associada ao marketing e à criação da marca “Coimbra”; 4- infra-estruturas, planos estratégicos e competição (estádio, metro, etc.); 5- Universidade, UNESCO e Centro Histórico; 6- o “eterno retorno”.

A temática da saúde mantém-se presente nos primeiros anos desta década. Em 2000 é constituída a Agência de Desenvolvimento Regional – *Coimbravita* – concebida para promover o conceito de “cidade saudável”. No mesmo ano, é estabelecido um protocolo entre o município e a Universidade que se assume como “defensora da saúde pública”, propondo-se vigiar e monitorizar o ambiente e os níveis de poluição de Coimbra. A importância da saúde para a cidade implica uma centralização neste tema, passando o dia da cidade a ser, também, o da inauguração da *Expovita*: 04/07/2001 - “Hoje é Dia da Cidade e de inauguração da *Expovita*, Capital da Saúde em festa”. No mesmo sentido, a par da saúde o ambiente é outra das áreas promovidas: (sobre as declarações de Agostinho Almeida Santos, presidente do conselho de administração da *Inesvita*): “O professor universitário acredita que, Coimbra, pode juntar ao epíteto de cidade da saúde o cidade saudável ambiental”. Na mesma vertente, Coimbra, nesse mesmo ano, adere ao Dia Europeu sem carros. Embora a ideia de “capital da saúde” não surja de uma forma

instantânea parece desaparecer muito rapidamente, sendo escassas as referências a partir de 2002.

Abandonada a “capital da saúde” emerge outro epíteto – a “capital da cultura” – que, tal como a saúde, também não traduz uma temática recente, mas que se concretizaria como realidade plena em 2003. Em 2000 são atribuídos a Coimbra fundos comunitários, oriundos do Programa Operacional de Cultura para a criação de empregos na área cultural e em 2001 o Ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, reúne-se em Coimbra com parceiros da CCNC (Coimbra Capital Nacional da Cultura): 14/07/2001 – “Mãos à obra pela Capital da Cultura”. Tal como a saúde, a cultura passa a ser entendida como “vital” para a cidade, recolhendo consensos dos mais variados sectores da sociedade: 01/07/2002 - “**Bispo D. Albino Cleto adianta participação da diocese: Capital da Cultura importante para a animação de Coimbra**”⁷³. Em 2002 são atribuídos 3,7 milhões de euros para a “Coimbra Capital da Cultura” e são apresentados mais de 300 projectos de animação cultural. Embora o ano de 2003 tenha trazido alguma animação e dinamismo à cidade, o epíteto “capital da cultura”, tal como aconteceu com o da saúde, parece esgotar-se nesse mesmo ano, não significando, contudo, que as temáticas culturais tenham sido abandonadas.

A “internacionalização pensada” não deixa de se inscrever na área da cultura, tal como acontece, por exemplo, na continuidade dos processos de geminação, mas não se circunscreve a esta temática, estendendo-se para o turismo e para a procura de investimento estrangeiro, sendo alargados os contactos institucionais e empresariais. São diversos os exemplos: festival das cidades geminadas (2000); realização do Encontro Internacional de Turismo – “**Cidade é tema central de encontro internacional de turismo: Coimbra mostra-se a mais de 20 países**”, intercâmbio com os serviços de saúde de Macau (2002); delegação cultural de Coimbra desloca-se a Aix-en-Provence (2003); Coimbra recebe os embaixadores da Índia e do Chile, o Alto Conselho de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) realiza um fórum de reflexão estratégica onde é debatido o investimento estrangeiro em Coimbra, realizado um fórum internacional de investigadores, Coimbra e Catalunha “trocam experiências” no âmbito de um seminário sobre conhecimento, tradição e inovação – onde o vice-presidente do município, Horácio Pina Prata, apresenta os principais tópicos sobre o “Coimbra Inovação Parque” (2004); delegação da polícia de Coimbra visita a de Poitiers, oficialização do acordo de geminação entre Coimbra e Saragoça (2005). O ponto mais significativo acontece em 2005, aquando a realização do Fórum de Reflexão Estratégica

⁷³ Este responsável religioso refere que a diocese irá promover a “cultura religiosa”.

– “Coimbra tem coisas atractivas para o investimento estrangeiro” e o Fórum Internacional de Negócios. Nesta ocasião seria apresentado o “Coimbra Inovação Parque”, outro dos projectos estruturantes da cidade visando a “Atracção de capitais, partilha de know how, internacionalização de PME’s, atracção de novos projectos de investimento, parecerias económicas e de investigação (...)”. No âmbito do Fórum Internacional de Negócios, Coimbra passa a integrar a Rede Sesame – visando a criação de oportunidades de negócio em rede. Neste mesmo evento, as mais-valias da cidade são apresentadas em termos de inovação, ciência e tecnologia. Nesta óptica, assiste-se a uma fase de maior “euforia” retórica:

06/07/2005 - (artigo de Pina Prata vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra) **O caminho está traçado, Agenda Coimbra séc. XXI:** Coimbra sempre soube para onde queria ir. Quando os objectivos são já tão claros e ambiciosos, o tempo é de pensar, sim, mas directamente nos planos de acção e nos passos a dar para concretizar projectos, criar estruturas, dinamizar mentalidades.

Observa-se que a “internacionalização” desta década se distingue da dos anos 90 por ser mais específica em função dos objectivos a atingir, consolidando o que se pode definir como uma política de marketing urbano. O investimento, o turismo, assumem-se como sectores estratégicos. Em 2005, Jorge Costa, presidente do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, citando um estudo da União Europeia, refere que os turistas dos novos estados membros, pertencentes a um estrato social médio/alto, procuram destinos tais como a Universidade de Coimbra ou Conímbriga. Também José Manuel Alves, presidente da Região do Turismo do Centro, aponta as mais-valias da cidade:

19/07/2005 - Ninguém duvida que Coimbra é um nome que vende no mercado internacional, seja ela Cidade do Conhecimento ou Cidade da Saúde. Apesar de a segunda imagem «vender melhor» assumem os técnicos de turismo. É por aqui que passam os Caminhos de Santiago, mas é também nesta cidade que existe a Rota dos Judeus ou a Rota dos Escritores, que se junta a todo o património histórico material ou imaterial.

Nesse mesmo ano a empresa *tc turismo de Coimbra, e.m.* propõe-se promover a “marca” Coimbra e todas as infra-estruturas turísticas do concelho, procurando apostar, especificamente, no turismo científico. Esta aposta no nome, na marca, na sua promoção, embora constitua o vértice da construção da imagem de Coimbra, não deixa, contudo, de apresentar diversas semelhanças com os esforços da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra durante várias décadas. Descontando a questão dos meios de promoção, o que traduz uma verdadeira mudança parece ser a terminologia utilizada, visto, não obstante o entendimento de um “mundo globalizado”, onde a “parceria” tanto pode ser um trunfo como uma inevitabilidade, todas as temáticas abordadas – turismo, investimento empresarial, até mesmo a tecnologia – não podem ser consideradas recentes, longe disso. O que se assiste, principalmente, prende-se com uma espécie de “efeito multiplicador”, tendente a uma produção/reprodução acelerada de estratégias,

obras estruturais, áreas temáticas, projectos a curtíssimo prazo, etc. Quer em termos de retórica, quer em termos de acções.

São os “anos zero” que vêem surgir obras estruturais, tais como a reconversão do estádio municipal para o campeonato europeu de futebol de 2004, a Ponte Rainha Santa Isabel, ou a Ponte Pedonal do Parque Verde do Mondego, assim como a reconversão/construção de novas zonas urbanas e da rede viária. Muitas das infra-estruturas mais emblemáticas são edificadas no âmbito do Programa POLIS, que visava melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções ambientais e urbanísticas, sendo constituída, para o efeito, a Sociedade para o Desenvolvimento *Coimbrapolis*. No entanto, a questão central prende-se com o metropolitano urbano e suburbano, tendente a dar resposta às questões de mobilidade de Coimbra e da sua área metropolitana, embora algo circunscrita aos municípios da Lousã e de Miranda do Corvo. Embora a *Sociedade Metro Mondego* tenha sido constituída em 1996, só na década seguinte é que assume um papel mais preponderante. A questão da mobilidade, na qual também se inscreve a reivindicação de uma das paragens do troço do TGV (trem de alta velocidade) para Coimbra, assim como a opção pela construção do aeroporto na Ota – a qual também se baseou num estudo da Universidade de Coimbra – está longe de estar terminada, ou ser considerada pacífica. No entanto, existe um entendimento claro de que, a nível local, o metro é um projecto estruturante, assumindo um papel “vital” para a “sobrevivência” da cidade:

07/07/2005 – (declarações do arquitecto José António Bandeirinha) O eléctrico rápido representa também uma esperança (a última?) de que a cidade possa evoluir para patamares de urbanidade que permitam a sua sobrevivência na competitiva rede urbana actual, continuando a tentar fazer jus à imagem que ainda dela se vai tendo, no país e fora dele.

No mesmo sentido, focaliza as necessidades estruturais das cidades médias e a sua tentativa de fazer face à bipolarização do país:

(declarações de Pais Antunes, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia, coordenador do Laboratório de Urbanismo e Transporte) –O desenvolvimento de Portugal continuará a dar-se de um modo pouco harmonioso e dificilmente sustentável se não formos capazes de criar condições para evitar a concentração de mais população e mais actividades nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Neste sentido, são de primordial importância as iniciativas que concorram para a valorização das poucas cidades médias do país que se localizam claramente fora das áreas metropolitanas – como Vila Real, Viseu, Leiria, Évora, Faro e, sobretudo, pela dimensão que já tem hoje, Coimbra.

Este combate à bipolarização, esta necessidade de servir de contraponto às grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, esta redefinição do que são as questões essenciais do universo das cidades médias, não deixam de traduzir o retorno da competição entre cidades, quer em termos de estratégias e planeamento, quer em termos de formulação retórica: 07/07/2007 - (declaração de Almeida Henriques, presidente do Conselho Empresarial do Centro) “O Centro é a região do país com mais futuro”;

02/07/2007 – (artigo do engenheiro Horácio Pina Prata) “As cidades tal como as empresas entram em competição pela afirmação como espaços físicos de excelência e na existência de infra-estruturas de suporte em saúde, educação, justiça e tecnologias”.

No mesmo sentido, o planeamento urbano caracteriza-se por uma maior objectivação. O (anunciado) Plano Estratégico de Coimbra elaborado pelo consórcio *Vasco Cunha, estudos e projectos/Deloitte* define quatro áreas estratégicas de competitividade – Qualidade de Vida e Rendimento; Tecnologia e Conhecimento; Saúde; Turismo e Património – e oito áreas de actuação – empreendedorismo e inovação; transportes, mobilidade e acessibilidades; ambiente; património edificado; cultura e entretenimento; turismo; “marca” Coimbra e dinâmicas urbanas; base económico-social. Sobre a saúde, embora a retórica da “capital” tenha sido deixada para segundo plano, não deixa de ser incentivada em termos mais ambiciosos, enquanto cidade alternativa a um mercado nacional e a um mercado ibérico:

04/07/2007 - **Em condições de criar um cluster:** Já não na perspectiva de alavanca, mas de objectivo estratégico, a Saúde em Coimbra «detém activos para se potenciar como o principal centro» a nível nacional. Na comparação com as cidades espanholas que servem de base, Coimbra apresenta um valor significativamente superior em número de médicos por mil habitantes no distrito – 7,7, «posicionando-se como uma oferta de referência numa óptica ibérica.

Mais do que este aspecto, observa-se que todas estas áreas estratégicas, que anteriormente eram apontadas de forma algo discriminada, surgem aqui sumariadas numa mesma estratégia comum.

O património a preservar, a importância do Centro Histórico, é disso exemplo. Embora não seja temática recente, reemerge nestes últimos anos em termos de retórica/prática urbanística tendente à sua reconversão/dinamização. Temos como exemplo as actividades da Sociedade de Reabilitação Urbana – *Coimbra Viva SRU*; ou da Agência para a Promoção da Baixa. Da mesma forma, a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, iniciada em 2003, inscreve-se na mesma temática. Mais do que a velha parceria entre a Cidade/Universidade, não deixando de ser uma necessidade de preservação/dinamização patrimonial, também deve ser entendida enquanto estratégia clara de capitalização de imagem.

Embora o final deste período temporal traga alguns bons indícios – a empresa *Sinergiae*, sediada em Coimbra, participa na construção de uma sonda especial da NASA, a Universidade procura apostar nas energias alternativas, a Câmara Municipal e a Universidade criam a Fundação Museu da Ciência, vinte municípios do Centro apostam numa estratégia turística concertada (2007), por exemplo – surgem alguns sinais negativos que nos remetem para a lógica do “eterno retorno”. Mais do que a não escolha do aeroporto para a Ota, ou o atraso da passagem do metro “para os carris”, a cidade

volta a viver realidades similares às das décadas de 20 e 30. Em 2007 é decidida a transferência da Direcção Regional de Economia para Aveiro, a Universidade de Coimbra não é eleita como uma das “sete maravilhas portuguesas” e os transportes municipalizados reclamam da falta de apoios públicos. A forma como este último evento nos é apresentado é emblemática e remete-nos para os “velhos tempos” da retórica competitiva entre cidades, para essa retórica “inflamada” de quando Coimbra competia directamente com Lisboa e Porto:

18/07/2007 – **Reclamam apoio nos transportes públicos:** Cinco cidades aliadas a Coimbra – seis cidades reclamam apoios para transportes públicos – Coimbra, Aveiro, Barreiro, Braga, Bragança e Portalegre – reclamam audiência no IMTT. (...) Coimbra quer ser tratada como Lisboa e Porto.

Embora com algumas diferenças, os três momentos temporais ostentam uma óptica de continuidade processual raras vezes encontrada nas quase nove décadas em análise. Revelam, também, um aspecto curioso, aferido no observatório de imprensa. Enquanto que na década de 80, inícios de 90, ainda podíamos encontrar muitas notícias referentes a Viseu ou Castelo Branco, gradualmente as notícias começam a restringir-se às cidades de Águeda e Aveiro e, mais recentemente, “abandonando” estas, à Figueira da Foz. Este claro estreitamento geográfico, resultado do advento da imprensa local noutras localidades, não pode deixar de ser interpretado como uma perda gradual da importância centralizadora de Coimbra na região centro, notória em termos simbólicos. Da mesma forma, também se começa a assistir a um elevado dinamismo das suas povoações satélites, tais como Cantanhede ou Condeixa-a-Nova, dinamismo que não se encontra, muitas vezes, na “cidade central”. Neste sentido, observa-se que existe uma clara tendência para as cidades com as quais Coimbra mantém uma relação de proximidade/aliança, quase sempre numa relação de “superioridade”, se deslocarem desse eixo e assumirem modelos próprios, transformando-se, inequivocamente, em “cidades rivais”.

Sobre os três momentos deste capítulo, enquanto que a década de 80 é de claro reposicionamento face ao “fracasso” da década de 70, os anos 90 caracterizam-se pelo incremento do planeamento estratégico que sofreria um aumento exponencial nos “anos zero”. Embora, aparentemente, pareça existir uma retracção do discurso subjectivo, não deixa de ser verdade que são estes últimos anos que demonstram uma maior apresentação de epítetos, dos quais o de “capital”, deste ou daquele sector, é o principal exemplo; assim como o entendimento da cidade enquanto “marca” a promover e dinamizar. Nesta vertente, não obstante o epíteto de “terceira cidade” ser desconsiderado, a tentativa de colagem ao rótulo de “capital”, mesmo que num sector específico, traz subjacente a tentativa de Coimbra se afirmar como a “primeira cidade”. Logo, não traduz uma diferença tão acentuada face a outras décadas, visto que o ser a

“terceira cidade” do país sempre teve por base o facto de se considerar a “primeira” no ensino universitário.

5. Conclusão

Procurámos responder à questão – como se constrói a imagem de Coimbra em termos da hierarquia urbana das cidades portuguesas – e assumimos que essa competição existe ramificada em dois níveis: em termos das hierarquias urbanas e em termos da construção da imagem. De forma a aferirmos a retórica competitiva imbuímo-nos do epíteto de “terceira cidade” e enquadrámo-lo enquanto categoria analítica.

Partindo da nossa primeira hipótese – a perda de importância social e simbólica de Coimbra está mais patente em termos perceptivos do que em indicadores “concretos” – observamos que isso se verifica, sendo de confirmar essa hipótese. De facto, a análise cronológica revela-nos que desde os anos 20 até aos “anos zero” mais do que a análise de indicadores concretos, quantificáveis, o discurso pende, invariavelmente para a retórica emocional, aspecto que nunca deixou de acompanhar as quase nove décadas analisadas. No entanto, a análise cronológica revela-nos um processo construído no desgaste e nas contínuas renovações/inflexões de discurso. Nesta análise, os anos 20 revelam-nos uma Coimbra competitiva, reivindicativa, a querer lutar em igualdade de circunstâncias com Lisboa e Porto, dotada de actores sociais imbuídos de uma carga simbólica muito acentuada, caso da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, não obstante o discurso pender para um certo reaccionarismo face às mudanças sociais. Embora seja nesta década que emerge a competição com a cidade de Braga sobre o estatuto de “terceira cidade”, Coimbra vê-se como vencedora dessa competição, quer em termos de argumentos hierarquizantes, ou quantificáveis, quer em termos de projecção de uma imagem muito sólida, enraizada, que alimenta a verdadeira razão do que entende ser a “terceira cidade” – não um estatuto menor face à primeira e à segunda, não enquanto um lugar ameaçado em relação à “hipotética” “quarta cidade”, mas pelo simples facto de que ser a “terceira cidade” se deve ao facto de ser a “primeira cidade”, o único centro intelectual do país. Embora nos anos 30 este discurso ainda esteja presente, torna-se visível que a mudança de paradigma político nacional condicionou uma menor capacidade de resposta face ao que podemos identificar como o principal “inimigo” de Coimbra na escala competitiva, aspecto corroborado pelas entrevistas realizadas – o poder central, entidade directamente identificada com a cidade de Lisboa. Assim sendo, a perda do seu poder reivindicativo manifesta-se, nos anos 30, por uma espécie de “xenofobia” de pendor local, e por uma quase inexistente capacidade de se rebelar contra o poder central, bastante visível na década de 40, conduzindo, no sentido inverso, a uma subserviência gradual face a ele, entendendo-o

enquanto tábua de salvação do estatuto, cada vez mais ameaçado, de ser a “terceira cidade” do país. A partir dos anos 40 a posição de Coimbra torna-se cada vez mais frágil e, incapaz de se afirmar na escala nacional, vê-se cada vez mais circunscrita ao espaço de uma região. Nesse âmbito, a defesa do Regionalismo também não pode ser entendida como a afirmação de uma posição liderante numa geografia de proximidade, mas sim enquanto estratégia menor impulsionada pela incapacidade de defender a sua posição na “mítica” trindade nacional – Coimbra/Porto/Lisboa. Embora dos anos 20 aos 50 ainda seja visível que a funcionalidade coimbrã não se resume à educação, ostentando, por exemplo, uma dinâmica industrial muito acentuada, a cidade nunca se desvincula da defesa acérrima da sua função educativa, não obstante serem muitos os indicadores de que a divisão geográfica e “estrutural-funcionalista” do país já estar posta de parte há muito tempo. Sendo assim, embora muitas vezes, quer a indústria, quer o comércio, quer a arte, etc; se revelem muito mais “pujantes” do que a Universidade, a cidade nunca se desliga da sua principal referência, sentindo qualquer ataque à Universidade como um ataque ao seu ego. Como resultado, não só a Universidade se “desprestigia” gradualmente como todas as outras áreas acabam por não ter uma afirmação plena, ou muito simplesmente se extinguem. Acontece isso nos anos 50 e 60, sendo estes últimos particularmente dramáticos, potenciados pelo conflito académico, pela “divisão da cidade em duas”, a oficial e a “alternativa”, tornando-se algo visível que, mesmo em confronto com o Poder Central, a cidade (oficial) não só não o “antagoniza” como também manifesta um claro alinhamento ideológico e subserviente face a ele numa nítida tentativa de conquistar, tendo por base esse estatuto de proximidade, outras mais-valias de afirmação – entendendo-as, como é óbvio, enquanto mais-valias de pendor educativo. Assim sendo, a democratização do país encontra uma Coimbra a “sofrer” de uma baixa autoestima, privada do seu estatuto de “terceira cidade”, incapaz sequer de se afirmar como tal, sendo sintomático desse aspecto o facto de a última referência a esse epíteto se encontrar em meados dos anos 60. Tal como a mudança de regime político a meio dos anos 20 implicou uma acentuada retracção da capacidade reivindicativa da cidade, também esta outra mudança se revelou “complexa” de gerir, visto, mais uma vez, as suas relações com o Poder Central, actor indispensável às aspirações conimbricenses, terem de ser reformuladas. Só que enquanto o Estado Novo “encontrou” uma Coimbra competitiva, a lutar em igualdade de circunstâncias com Lisboa e Porto, sendo menores as mudanças retóricas, a democracia “encontra” uma cidade cada vez mais regional, embora sem um estatuto claro de líder de pleno direito, tendo que alterar radicalmente o sentido do seu discurso. Talvez como resposta a esta “incapacidade” as décadas de 80 e 90 reflectem a procura

de novos modelos de desenvolvimento, modelos que, a espaços, ostentam uma dinâmica retórica e competitiva similar à da “terceira cidade” dos anos 20. Esta procura de novos modelos de desenvolvimento atinge o seu apogeu no fim dos anos 90 e prolonga-se até aos “anos zero”. Poderíamos afirmar que, aqui assim, a cidade encontrou novos modelos de desenvolvimento para além da Universidade, ou começou a construir uma verdadeira ponte entre ela e a “sociedade civil”, modelos imbricados no turismo, na cultura ou na saúde, por exemplo. Mas a verdade é que todos esses modelos, em décadas transactas, já tinham sido sugeridos, não obstante não terem sido promovidos com a mesma intensidade como vieram a ser nos últimos anos. As razões para isso não ter acontecido anteriormente não são claras, quer em termos de estratégia de desenvolvimento, quer em termos de uma retórica mais incisiva. Cingindo-nos a este último aspecto, observamos que a “banalização” dos termos de “capital”, seja da saúde ou da cultura, não deixa de ser o regresso, sob outras roupagens, da “terceira cidade”, visto que o epíteto se fundamentava no facto, entendido enquanto “essencialista”, de Coimbra ser a “capital do ensino universitário”. A grande diferença é que enquanto a “terceira cidade” teve um prazo de validade de largas décadas, todas estas “capitais” não parecem resistir mais do que três, quatro anos, não só em termos de mnemónica como também enquanto estratégias de desenvolvimento continuado.

Da mesma forma, a análise cronológica, assim como a de informação mais recente, confirmam a nossa segunda hipótese – o estatuto de Coimbra como a “terceira cidade” portuguesa tem sido “desafiado” desde os princípios do séc. XX. Embora a informação analisada não encontre um conflito tão directamente centralizado como o vivenciado com a cidade de Braga, nos anos 20, a verdade é que Braga, a exemplo de outras cidades portuguesas, continua a utilizar o epíteto de “terceira cidade” como estratégia actual de desenvolvimento. Esta constitui a face visível da problemática. A face menos visível, sendo esta uma competição entre cidades, está, na maior parte das vezes, subentendida na cronologia do observatório de imprensa – as notícias, sobre as outras cidades, começam por falar de Lisboa e Porto, gradualmente apenas incidem sobre as cidades da região centro, tais como Viseu, Guarda, Castelo Branco, posteriormente começam a reduzir-se geograficamente a Águeda e Aveiro e, actualmente, cingem-se à Figueira da Foz, a única “cidade satélite” com alguma dimensão. Este gradual afunilamento não se prende, apenas, com o advento da imprensa local nas outras cidades. Simboliza, fundamentalmente, a perda gradual de influência estratégica de Coimbra. Nesta vertente, torna-se visível que a cidade nunca teve capacidade de se impor e, logo, nunca foi aceite, plenamente, como líder da região centro pelas outras cidades. Pelo contrário, tal como também é confirmado pelas entrevistas, as tradicionais

cidades “aliadas”, fundamentalmente Aveiro e Viseu, gradualmente se foram transformando em cidades “inimigas”, quer por assumirem funções culturais e educativas, tradicionalmente atribuídas a Coimbra, quer por ser sobre elas que recai a escolha da instalação de funcionalidades públicas – um dos principais critérios apontados para balizar a importância de uma cidade em Portugal. Logo, a par do desgaste da sua imagem, Coimbra também se tem caracterizado por um isolamento gradual e acentuado, simbolizado num processo que transforma as suas “aliadas” tradicionais em potenciais “rivais” a médio prazo.

A terceira hipótese – a competição entre cidades tem sido uma retórica transversal aos diversos períodos temporais – também se confirma nesta análise. De facto, embora pareça existir uma maior construção de imagens hoje em dia, que, actualmente, se invista mais na criação da marca, ou que se incorpore a retórica do marketing nos projectos urbanos, a verdade é que a competição, quer em termos de projectos, quer em termos retóricos sempre esteve presente. Ainda mais: fundamentalmente nos anos 20 e 30 a competição é, realmente, “entre cidades”. Ou seja, não só eram pouco expressivas as áreas metropolitanas e as áreas de influência dos “centros”, como também ainda existia um “funcionalismo geográfico” que determinava papéis específicos para cada cidade. No caso conimbricense isso ainda se manifesta visível, já não em relação ao “funcionalismo geográfico”, mas, fundamentalmente, por competir num “campeonato” de cidades médias, todas com uma lógica identitária bem acentuada, mas nenhuma delas com capacidades suficientemente estruturantes para se sobreporem à bipolarização do país, ao centralismo, e às acentuadas dinâmicas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Visto de um outro prisma, enquanto Lisboa e Porto mantiveram as suas funcionalidades, reforçando-as com uma maior capacidade centralizadora, Coimbra não só perdeu as suas funcionalidades tradicionais como também não se ramificou enquanto área metropolitana consolidada e, logo, a sua centralidade foi sendo reduzida.

É neste sentido que confirmamos a nossa primeira hipótese de trabalho – a competição entre cidades e a sustentabilidade implicam nas estratégias de desenvolvimento de Coimbra. Podemos afirmar que ao nível retórico Coimbra sempre foi uma cidade competitiva, que sempre insistiu na sua imagem e na construção de epítetos, dos quais o de “terceira cidade” sempre foi o vértice da sua projecção. A grande questão, no entanto, prende-se com o facto de que todas as suas acções estratégicas são, quase sempre, reacções face a mudanças conjunturais que, de todo, não controla. Ou seja, o que parece proactivo é, essencialmente, reactivo e nunca o contrário. A principal reacção caracterizou-se, quase sempre, não por uma lógica de futuro, mas por uma insistência na perspectiva “essencialista” inerente ao “passado mítico”, o que nos faz

confirmar a segunda hipótese de trabalho – as políticas estratégicas de Coimbra, mesmo que procurando mais-valias a curto/médio prazo, assentam numa perspectiva centrada no passado idealizado. Esta mesma constatação também confirma a nossa terceira hipótese de trabalho – a perda de exclusividade do ensino superior de Coimbra condicionou o seu posicionamento estratégico na óptica da competição entre cidades – embora também tenhamos de acrescentar ao ensino universitário a noção conimbricense de “centro intelectual”, principal “fornecedor” das elites políticas e dirigentes do país, outra “característica” que se foi perdendo.

Existe outro aspecto fundamental, mas que a formulação teórica não contempla. Mais do que a perda do estatuto de “terceira cidade”, mais do que o conflito com Braga, mais do que a (ironizando) “traição” dos seus vizinhos de proximidade, mais do que os “atropelos” do poder central, de Lisboa, das áreas metropolitanas, mais do que a perda do “cluster” da saúde para o Porto, da cultura para Guimarães, entre outros, nota-se, claramente, que o discurso da cidade é “partido” por dentro. Trata-se de um discurso extremamente autocrítico, auto-centrado, em que o elogio mais exacerbado convive, muitas vezes nas mesmas linhas, com a retórica, também ela inflamada, da condenação da cidade pela sua perda gradual de importância e pela sua inação. Esta estranha ambiguidade – a “frase” contém a tese e antítese – torna-se transversal a todas as décadas em análise operando como uma espécie de “mantra” em que, “por mais que as luzes brilhem”, a sombra da derrota está sempre anunciada.

Procurámos responder à nossa questão de partida e, pelo menos em algumas das suas condicionantes, cremos que o conseguimos. A “cidade construída” e a “cidade imaginada” encontram-se em Coimbra, quer em termos de imagem, quer em termos de hierarquias urbanas. Antes da nossa operacionalização abordámos nos primeiros capítulos essas duas vertentes. Nesse sentido, embora tenhamos observado que em termos de imagem, Coimbra apresenta um longo e visível desgaste, em termos de hierarquias urbanas observámos que, quer enquanto cidade, quer enquanto região, os indicadores colocam-na em patamares de topo, nos primeiros lugares do *ranking*, independentemente das assimetrias patentes na sociedade portuguesa. Não obstante este último aspecto, a imagem parece ser aquilo que sobressai. Logo, embora se apresentem como complementares, a imagem parece sobrepor-se às hierarquias, o que nos faz indagar se não será, fundamentalmente, a imagem que estará a ser hierarquizada. E tal como constatámos, essa parece ser a principal dificuldade e principal preocupação de Coimbra.

6. Referências bibliográficas

Abrantes, Patrícia, Fernando Bação, Victor Lobo, José António Tenedório (2005), “Spatial Modelling of Metropolization in Portugal – Exploratory Analysis of Spatial Metropolitan Áreas”, 14.º European Colloquium on Theoretical and Quantitative Geography. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Tomar.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, “Voto de congratulação pelos 460 anos de Ponta Delgada” (2006). Documento de arquivo. Ponta Delgada

Barreira, Irllys Alencar (2005), “Os guias turísticos em Berlim”. Tempo social, revista de sociologia da USP. V.17. n.1. São Paulo.

Biblioteca Municipal de Coimbra, Anais do Município de Coimbra – 1920-1939 (1971). Coimbra.

Biblioteca Municipal de Coimbra, Anais do Município de Coimbra – 1940-59 (1981). Coimbra.

Biblioteca Municipal de Coimbra, Anais do Município de Coimbra – 1960-69 (2008). Coimbra.

Câmara Municipal de Coimbra, Carta Educativa do Município de Coimbra – 2008-2015 (2008). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Comissão Europeia (2007), Relatório de Síntese da Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia.

Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (2005) – Volume I. I Parte – os objectivos da competitividade e da coesão: uma necessária clarificação conceptual. QREN.

Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (2005) – Volume I. II Parte – um índice sintético de competitividade e coesão territorial para as regiões portuguesas: as grandes linhas metodológicas. QREN.

Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (2005) – Região Centro. Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Costa, Pedro (1993), “Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia, ou Economia urbanas?”, Socius – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Socius Working Papers, n.º 4. Lisboa

Czarniawska, Barbara (2008), “Alterity/Identity Interplay in Image Construction”. in BARRY: The sage handbook of new approaches to organization studies. SAGE Publications LDA. Londres.

DPP Portugal Profiles (2008) – n.4 – Território(s) – (documento de trabalho). Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

Ferreira, Claudino (2002), “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão de culturas urbanas”. Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. N.º 167. Coimbra.

Fortuna, Carlos e Peixoto, Paulo (2002), "A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas" in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (orgs.), Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal. Afrontamento. Porto.

Fortuna, Carlos (2006). “Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos – uma avaliação e duas propostas para Coimbra”. Oficina do CES, n.º 254. Coimbra.

Fujita, T. Mori (1995), “Why are most great cities port cities? Transport nodes and spatial economic development”. Working Papers in Regional Science, N. 175. University of Pennsylvania. Pennsylvania.

Henderson, J.V. “The sizes and types of cities” (1974). American Economy Review, American Economic Association.

Leandro, Maria Engrácio e Manuel Carlos Silva (2003), “Rede social de Braga, pobreza e exclusão no concelho de Braga – Relatório de diagnóstico”. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de sociologia. Braga.

Mela, Alfredo (1999), “A sociologia das cidades”. Editorial estampa. Lisboa.

Peixoto, Paulo (2006), “O passado ainda não começou – Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português”. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Peixoto, Paulo (2000), “O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais. Coimbra.

Krugman, Paul (1996), “Confronting the mystery of urban hierarchy”. Journal of the Japanese and international economies, n.º10.

Reis, José (2006), “O que é uma Cidade? Coimbra 2026: Os cinco sentidos da ousadia urbana”. Comunicação apresentada na Conferência da Abertura do II Congresso da Cidade de Coimbra. Coimbra.

Sassen, Saskia (1994), “Cities in a World Economy”. Pine Forge Press, Thousand Oaks, California.

Simmel, Georg (2001), “As grandes cidades e a vida do espírito”. in Carlos Fortuna (org.). Cidade, cultura e globalização. Celta Editora. Oeiras.

Simon, Herbert (1955), “On a class of skew distribution functions”. *Biometrika*.

Smailes, A.E. (1968), “The urban hierarchy in England and Wales”. *Geography*.

Smith, R.D.P. (1968), “The changing urban hierarchy”. *Regional Studies*, vol. 2. Pergamon Press.

Xavier, Beatriz de Oliveira (1999), *Cidades, geminações e globalização: a força dos pequenos laços*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia. Coimbra.

Whittaker, João Sette Ferreira (2000), “Globalização e urbanização subdesenvolvida”. São Paulo em perspectiva. São Paulo.

Webgrafia

Câmara Municipal de Coimbra – www.cm-coimbra.pt

Comissão Europeia, Política Regional - http://ec.europa.eu/regional_policy/

Quadro de Referência Estratégico Nacional – www.qren.pt